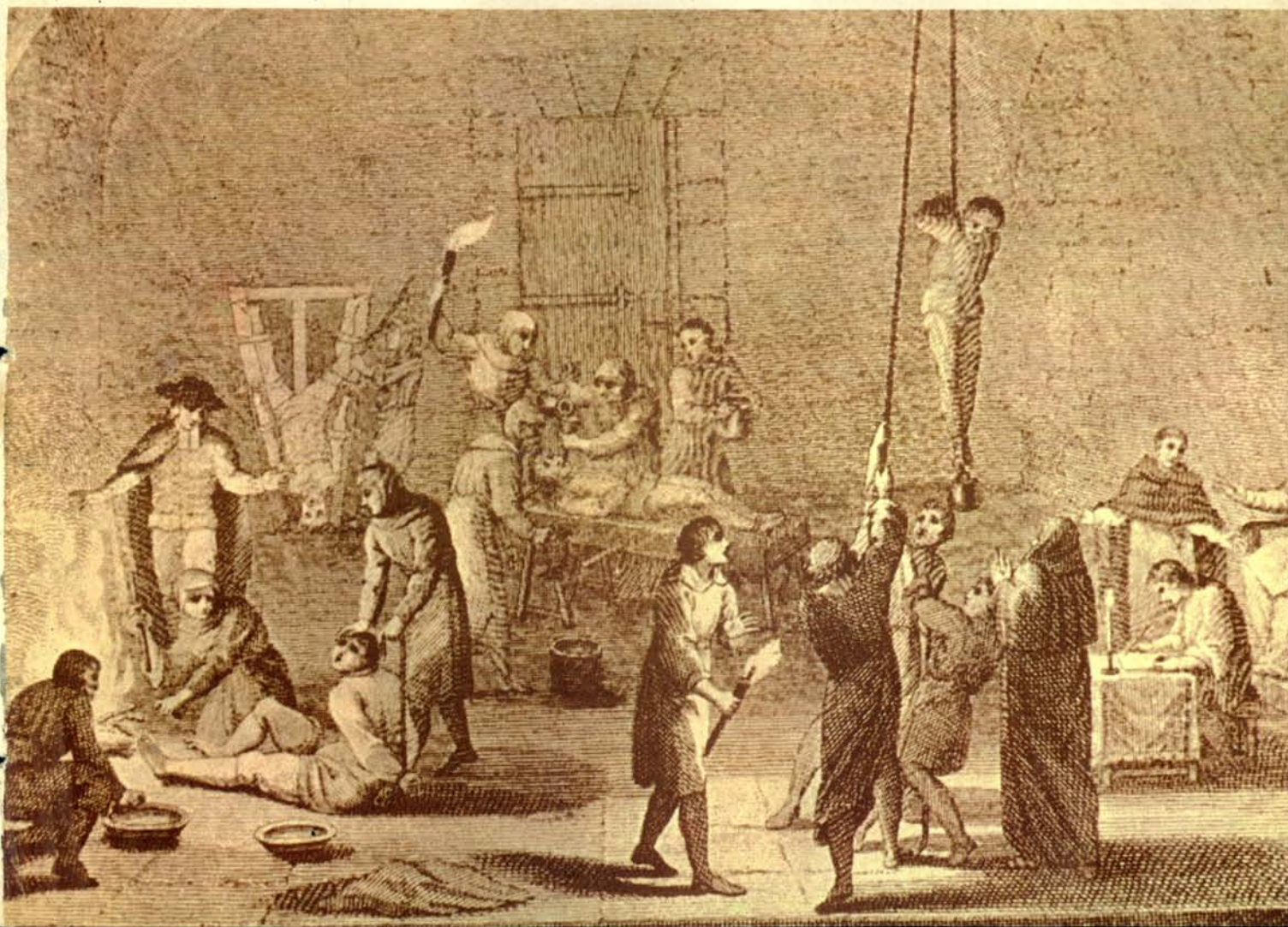


veja

EDITORA ABRIL - N.º 66 - 10 DE DEZEMBRO DE 1969

NCr\$ 2,00

TORTURAS





A NOVA SECURIT TEM ALGO DE PROIBIDO!

(Aqui está a nova dobradiça Securit que permite às portas selar herméticamente o corpo do móvel)

Proibida, portanto, a entrada de insetos, cheiros, vapores gordurosos, etc.

E tem mais! Sómente a nova Securit oferece puxadores de jacarandá maciço; portas almofadadas, absolutamente rígidas; gavetas espaçosas, sem soldas; pés de alumínio, reguláveis; e a mais linda e durável pintura!

COMPRE LOGO A MELHOR - EXIJA **SECURIT**

SECURIT



**AUTÊNTICA
"PORTA DE GELADEIRA"**

Graças à nova dobradiça, de ação de cotovelo e de duplo estágio, estão eliminadas as frestas tão temidas pelas donas de casa.

A moral do transplante

*Os transplantes criaram uma nova moral para os médicos?
Quatro grandes cirurgões respondem*

Por Michel Cecilio

Durante o Simpósio sobre Transplantes de Órgãos, no auditório da Bienal de São Paulo, VEJA reuniu quatro "grandes" nomes desse campo da cirurgia, tão novo quanto discutido. Na entrevista com os doutores Marius Barnard, Richard C. Lillehei, Jorge Kaplan e Jean Crosnier, VEJA abordou os novos aspectos de uma velha moral, acossada e transformada por uma experiência de 150 trocas de corações. Marius Barnard, 42 anos, mais novo que seu famoso irmão Christian, 46 anos, trabalha com ele no Hospital Groote Shuur, na Cidade do Cabo, África do Sul. Como o irmão, é cirurgião (tira o coração do doador), tem um rosto bem semelhante, o mesmo sorriso, o mesmo jeito de olhar e o mesmo interesse por mulheres. Richard Lillehei, 41 anos, é

outro cirurgião na mesma situação: seu irmão mais velho, Walton (cinquenta anos), foi o primeiro a realizar uma cirurgia cardíaca de "coração aberto", com a máquina coração-pulmão artificial, que ele próprio ajudou a criar. Mas Richard, que trabalha na Universidade de Minnesota (EUA), também tem sua glória de pioneiro mundial com os primeiros transplantes de pâncreas (1966) e de intestino (1967). Kaplan, 46 anos, do Hospital Naval de Valparaíso, Chile, é o único a ter um paciente vivo na América Latina: Nelson Orellana, 25 anos, que sobrevive bem há catorze meses. Crosnier, 43 anos, é da equipe de transplantes renais do Hospital Necker, de Paris. É mundialmente conhecido por seus estudos sobre os aspectos morais dos transplantes.



Marius Barnard: fama do irmão não subiu à cabeça, mas é ótimo cartão de visitas para abrir tôdas as portas



Lillehei: ninguém vê, por trás da figura de galã do cinema, o pioneirismo mundial em dois tipos de enxerto



Kaplan: sempre alegre, orgulha-se de realizar transplantes num país latino-americano e sem recursos como o Chile



Crosnier: colabora em transplantes renais e é famoso por estudar aspectos morais desse novo campo da cirurgia

FOTOS DE CARLOS NAMBA

*Marius Barnard: 90
por cento
sobrevivem mais de um ano*



FOTOS DE CARLOS NAMBA

*Lillehei: o paciente
é o único
com direito a decidir*

VEJA — Um médico tem o direito de amputar o rim de um homem vivo e em perfeita saúde, apenas para tentar salvar a vida de um semelhante?

CROSNIER — Teoricamente é inadmissível, pois só se poderia aceitar uma operação mutilante feita em benefício de quem a suporta. Mas mesmo a Igreja não vê conflito entre esse preceito tradicional e o transplante, e o admitiu publicamente: "O homem que se atira à água para salvar seu próximo não comete nada de imoral ao aceitar, para seu próprio corpo, um risco calculado".

VEJA — Mas, e qual é esse risco calculado?

CROSNIER — Retirar um dos rins de doador vivo representa, para ele, um risco imediato de 0,05 por cento, segundo estatísticas mundiais. É a mesma margem de perigo à espreita de quem dirige um carro por uma estrada ou cidade. Já o risco a longo prazo acredita-se estar entre 0,1 e 0,2 por cento.

VEJA — E esse risco compensa?

CROSNIER — Para quem recebe o rim, as probabilidades de sucesso vão de 60 a 100 por cento.

MARIUS BARNARD — Para um receptor de coração, operado hoje com todas as condições favoráveis de compatibilidade e os conhecimentos adquiridos na utilização das drogas anti-rejeição, as probabilidades de sucesso são de 90 por cento para uma sobrevivência de mais de um ano.

LILLEHEI — Não vejo por que falar em riscos. Façamos uma analogia entre o tratamento cirúrgico de um câncer e o de uma doença cardíaca grave. Nos casos de câncer, a sobrevivência não é de 100 por cento, nem mesmo de 50 por cento. No entanto, não hesitamos em recomendar a operação, prevenindo o paciente sobre todos os riscos. Fazemos o mesmo com um paciente de transplante, no caso de doença cardíaca incurável: avisamos que as chances de viver mais de um ano são pequenas, agora, mas estamos melhorando cada vez mais. Surge então a opinião pública querendo decidir se podemos ou não fazer o transplante. Mas como, se nunca perguntamos — e ela nunca disse — se devemos ou não operar o canceroso? Daí se vê a incoerência da atitude. Por isso mesmo, deve-se deixar ao médico a escolha do tratamento apropriado a cada caso. Transplante pode não ser o remédio para muitas doenças, mas, em algumas delas, é a única solução. Não se pode deixá-los morrer só porque a opinião pública se intrometeu, com ou sem razão.

VEJA — A quem deveria caber, então, a decisão final de fazer ou não o transplante?

LILLEHEI — Cabe ao paciente, única e exclusivamente, o poder e privilégio de aceitar ou recusar o tratamento proposto pelo cirurgião, sem influências de qualquer natureza. O doente sempre pode, naturalmente, consultar outro cirurgião para confirmar ou afastar a sugestão. A confiança adquirida neste ou naquele médico conta ponto na escolha.

VEJA — Quando e quem pode fazer transplante?

CROSNIER — O transplante só deve ser tentado se comportar razoável margem de sucesso. De outra parte, temos condenado, em conferências internacionais, a realização de transplantes isoladamente, sem prévio trabalho experimental e sem todos os recursos de infra-estrutura.

VEJA — Isso significa que só podem operar os centros adiantados, com muitos recursos?

KAPLAN — No Chile — e, acredito, em todos os países pobres —, não podemos condicionar os transplantes aos recursos financeiros. Devem ser resultado do esforço pessoal e da imaginação para criar e improvisar equipamentos que permitam baratear a operação. Além disso, é preciso contar com uma equipe — de trinta a cinquenta elementos — disposta a se entregar a um trabalho árduo, sem horário e sem remuneração. Até fazermos os nossos primeiros transplantes — três, até o momento — foi necessário lutar contra muitas dificuldades, inclusive conseguindo medicamentos de graça ou comprando-os com dinheiro do próprio bolso. Agora recebemos recursos governamentais e particulares e iniciamos a construção de um centro de cirurgia cardiovascular, com capacidade para setenta leitos.

VEJA — Seria então a oficialização do transplante, pelo governo chileno?

KAPLAN — Mais que isso. Prova que governos e capitais privados se motivam por avanços científicos e tecnológicos. Devemos romper esta prostração em que se encontram os países latino-americanos. Não podemos nos preocupar exclusivamente com os problemas diários de casa, comida e escola. Não nego sua importância ou prioridade de resolução. Mas também não concordo em fechar os olhos à necessidade de progresso. Se não compreendermos tal necessidade, permaneceremos sempre dependentes dos centros adiantados e a culpa será sempre nossa.

*Kaplan: não devemos
pensar só
em habitação e fome*



*Crosnier: lei permite
extrair os
órgãos para enxertos*

VEJA — Se os transplantes são feitos para prolongar vidas, por que os mesmos recursos não são empregados em manter vivos os possíveis doadores?

CROSNIER — Realmente, há certa reticência a esse respeito. Acredita-se, mesmo, que alguns médicos teriam suspenso as manobras de reanimação, motivados pelo desejo de extrair o órgão necessário. É um risco real, pois envolve criaturas humanas passíveis de erros igualmente humanos.

VEJA — Quem deveria, então, determinar o momento da morte e assinar o atestado de óbito?

LILLEHEI — Nos Estados Unidos, a constatação da morte está e sempre esteve confiada totalmente ao médico. Nesse particular, temos tido plena liberdade de ação. Acho que uma equipe de especialistas, inteiramente desligada do pessoal de transplantes, é quem deve lutar pela vida do possível doador, cercando-o de todos os cuidados e recursos possíveis. A mesma equipe deverá assinar o atestado e encaminhar o corpo já com prévia autorização, feita em vida ou dada pela família do morto.

VEJA — O médico teria direito de mutilar um cadáver? O corpo pertence à família ou à sociedade?

CROSNIER — Tais questões são mais da alçada da lei. Na maior parte dos países, atualmente, a legislação permite, mediante a autorização citada, retirar órgãos para transplante. Outro ponto onde a lei muitas vezes interfere é quanto ao conceito de morte, hoje quase unanimemente aceito como o da parada cerebral. Excetuam-se os casos como os de comas tóxicos provocados por drogas.

VEJA — Em outras palavras, uma dose excessiva de drogas origina um simulacro de parada cerebral e invalida o conceito?

MARIUS BARNARD — Não, porque é um conceito científico e utilizado pelos médicos há muitos anos. A única novidade, agora, é a de retirarmos o coração. Por isso mesmo, a opinião pública quer saber se o indivíduo estava morto ou não. Não há qualquer dúvida, a morte é mesmo a parada cerebral. No que se refere às drogas, tudo depende da dose. Uns tomam demais, ficam inconscientes e, mesmo assim, o cérebro continua trabalhando. Outros também ficam inconscientes, mas o cérebro pára de funcionar. Aí está a diferença fundamental, que pode ser estabelecida por equipamentos. Muitas pessoas tomam doses excessivas de drogas em tentativas

de suicídio. E acabam morrendo mesmo; o cérebro pára e o coração também pára, pois a dose foi alta.

LILLEHEI — As controvérsias dessa ordem é que a imprensa deu tanta ênfase, fazendo da morte algo tremendo, de difícil evidência. Isso é tolo e só causa problemas. Tivemos famílias que voluntariamente nos procuraram para fazer doações. Mas houve também as que nos acusaram de homicídio. Daí a necessidade de campanhas educativas — a única publicidade que ambicionamos — para ganhar a confiança pública e tornar clara a necessidade de doação.

VEJA — A autorização da família tem sido apontada como muito difícil de obter, levando os médicos a retirar órgãos sem autorização. Recentemente, na Inglaterra, foi excluída a necessidade dessa autorização. O problema estaria resolvido?

LILLEHEI — Não. Leis como essa só trazem prejuízos porque repercutem muito mal junto ao público, enegrecendo ainda mais o nosso conceito. Acho absurda a interferência. Da mesma forma como não admito que o governo diga quem pode e quem não pode ser receptor, não tolero que indique quem deve ou não ser doador. Quanto mais se legisla a respeito, mais aumentam a confusão e os problemas, com prejuízos para a obtenção de doações de órgãos.

VEJA — Diante da falta de doadores — que poderá permanecer por muitos anos —, qual seria a proposta dos médicos para contorná-la?

MARIUS BARNARD — Se mesmo no futuro o número de doadores continuar insuficiente, poderemos — desde que resolvido o problema da rejeição — utilizar corações de vacas, porcos e macacos. De qualquer forma, acredito que com o tempo, a melhora dos resultados e a conveniente educação popular nesse sentido não haverá falta de doadores.

VEJA — Limitados por tantos fatores, os transplantes parecem predestinados a continuar sempre como privilégio de uns poucos, quase um luxo. Nessas condições, seriam eles a melhor solução para as doenças cardíacas atualmente incuráveis?

MARIUS BARNARD — Não são e ninguém nunca disse que seriam. A melhor solução é, e sempre será, a prevenção de tais doenças mediante dietas equilibradas e exames de check-up periódicos para descoberta precoce de qualquer problema cardíaco.

LILLEHEI — Além da dieta e do exame periódico, recomendaria não fumar tanto e, aos que levam

*Marius Barnard: nos
operados houve
períodos de depressão*



FOTOS DE CARLOS NAMBA

*Croisnier: é difícil
escolher quem
vai viver ou morrer*

vida sedentária, fazer uma quantidade regular de exercícios. O coração é uma das poucas máquinas que se tornam melhor com o uso. Todos temos de morrer um dia, mas pode-se em grande parte optar pela morte por velhice, levando-se uma vida mais saudável.

VEJA — Quais os que oferecem melhores perspectivas para transplantes, os velhos ou os jovens?

KAPLAN — Para doadores ou receptores, a idade é importante no sentido de que há menos alterações nos diferentes órgãos, que se apresentam em melhores condições de funcionamento nos jovens. Quanto ao problema da rejeição, acredito que seja igual em ambos os grupos. Há teorias segundo as quais os velhos apresentariam uma rejeição mais fraca, mas não existe qualquer confirmação.

VEJA — E como reage, mentalmente, o transplantado?

CROISNIER — Nunca observamos, entre nossos transplantados de rins, qualquer sentimento de culpa por ter levado um familiar a correr um risco calculado. Também não notamos a sensação de atentado à integridade pessoal pelo enxerto de um órgão estranho. Constatamos, ao contrário, grande vontade de viver manifestada por sintomas de ansiedade, ou profundos estados de depressão durante as crises.

VEJA — Em outras palavras, os transplantes produzem psicopatas? Um homem branco que recebesse o coração de um negro se sentiria inferiorizado? Ou um homem que recebeu coração retirado de mulher estaria ferido em sua masculinidade?

MARIUS BARNARD — Não registramos problemas tão específicos, apesar de que tivemos exatamente ambos os casos da pergunta, com Blaiberg e Washkansky, respectivamente. Se ocorressem, seriam problemas passageiros e fáceis de resolver com psicoterapia de apoio. Na verdade, nos nossos cinco operados constatamos alterações mentais muito leves, mas de outra natureza: mudanças de comportamento e períodos de depressão. As causas, porém, foram outras: ingestão de altas doses de drogas imunológicas, tensões causadas pelo tratamento intensivo e a grande publicidade que envolveu os pacientes.

VEJA — É contra a divulgação dessas operações?

MARIUS BARNARD — Não sou contra a publicidade e sim contra o exagero. Nem há por que fazer

sensacionalismo ou denúncias. Conhecemos muito bem todos os problemas e todos os riscos. Sabemos que doentes ou são morrerão algum dia. Os cirurgiões que fazem transplantes são indivíduos honestos preocupados em fazer viver mais os que estão à beira da morte. Não somos uma classe especial de heróis. Estudamos e trabalhamos apenas para sermos bons médicos. Não queremos nada além disso e os transplantes não mudaram em nada as nossas vidas.

VEJA — Ao condenarem a interferência do poder civil e religioso e a fiscalização da imprensa, estariam defendendo para os cirurgiões a plena liberdade de ação, de operar sem limites?

LILLEHEI — Não. Se algum cirurgião pensa em transplantar sem os conhecimentos e recursos necessários, seus próprios companheiros de equipe se recusam a ajudá-lo e ele terá que parar. Pessoalmente, não pretendo transplantar cem corações ou cem pâncreas ou cem pulmões. Se os meus resultados, num prazo médio, forem considerados fracos, a própria direção do hospital irá fechar para mim as portas da sala de operação. Essa é uma decisão médica, essa eu respeito. Ninguém vem a nós para proibir transplantes de fígados ou pulmões. Querem impedir apenas os de coração. Essa é outra estúpida incoerência. Os riscos são exatamente os mesmos, sendo que com os pulmões e fígados os resultados são muito mais pobres. Tudo porque uma concepção romântica coloca no coração a sede das emoções.

VEJA — Quem deve beneficiar-se dos transplantes? Quem escolhe quais terão esta chance de viver e quais deverão morrer?

CROISNIER — É um problema grave que não comporta, atualmente, nenhuma solução. Todo ano, dezenas de milhares de pessoas morrem, quando poderiam ser salvas por transplantes ou órgãos artificiais. As possibilidades materiais, no momento, só permitem tratar uma minoria. A escolha, portanto, é a mais dramática que um médico ou um grupo possa ter. A decisão, obrigatoriamente, será tomada com base em argumentos não científicos e, por isso, injustos. Acresce que os pacientes e suas famílias sabem que os meios de sobrevivência existem. Não conheço médico que, colocado nessa situação, não tenha sentido as palavras de Jaime Torres Bodet: "Um homem morre em mim todas as vezes que um homem morre em alguma parte".

**Criamos o aroma
de Bulldog sabendo
que as mulheres
não fumam cachimbo.**

Mas ficam por perto.



Fumar
cachimbo é
um privilégio dos
homens. Por enquanto,
pelo menos. Por isso as
mulheres sentem tanta inveja do
homem que fuma cachimbo. Já reparou?
E como elas gostam de ficar por perto, de
aproximar-se. Principalmente quando o fumo
tem o aroma de Bulldog. Ah, elas adoram sentir
em você esse perfume de homem. Ficam loucas.



Fumos para cachimbo

BULLDOG



Os sexos andam tão iguais que, hoje, quando a gente apresenta o casal Mário e Maria Silva, tem que acrescentar: "A Maria é esta"

SOCIALIZEMOS AS DIVERSÕES

Fala-se muito em Teatro para o Povo, Concertos para o Povo e Parques de Diversão para o Povo. Mas, ora, é preciso atentar que muita gente detesta teatro, música, parques de diversão. Não, não queremos nos opor a que qualquer pessoa goste de qualquer desses tipos de diversão e as receba gratuitamente da Federação, do Estado ou dos municípios. Como lá dizia o americano antes de invadir Cuba: estamos numa democracia. O que queremos defender, porém, é o direito de milhões de pessoas que, como nós, apreciam outro tipo de diversão e prazer, a fim de que também o tenham de graça. Sim, por que não grandes Salões de Sinuca para o Povo? Sinuca é muito mais diversão, excita e exercita muito mais do que ficar sentado assistindo, sem participar (por mais que se fale em participação), a uma peça chatíssima. Também deveria haver lugares onde se distribuisse Tabaco para o Povo. Cigarros, charutos, cigarrilhas! Para muita gente, o tabaco é muito mais fundamental, como diversão, prazer e cultura, do que música, teatro e até escola. E, bem, vocês já perceberam, afinal, onde quero chegar. Vocês todos que pagam impostos (eu procuro sempre evitá-los) já sentiram exatamente o meu objetivo. E vocês todos devem, imediatamente, lutar por mais essa conquista da nossa civilização, num mundo que caminha aceleradamente para o socialismo. Sim, amigo, por que não, também, grandes, imensos, confortáveis, inúmeros bares com um agradável e abundante Uísque para o Povo? Defendam essa idéia! Que pode, naturalmente, ter várias facetas, transformando-se, para os russófilos, em Vodca para o Povo e, para os nacionalistas, em Cachaça para o Povo.

Esta rodada eu pago.

Millôr Fernandes

Para um estudo das
grandes figuras
geométricas da nossa história

O RETÂNGULO



O retângulo é um quadrado com personalidade. Uma espécie de losango bem sucedido. Já que, percebe-se, o losango é apenas um quadrado que nasceu torto. Ou que tentou libertar-se da quadratura e não foi longe. Uma espécie de paraplegia da geometria.

Já o retângulo representa a libertação de um dos lados. E logo do outro, semelhante. Conseqüentemente, a hegemonia desses lados sobre os menores. O quadrado sendo apenas a chatura dos lados iguais entre si e a superchatura de todos os quadrados serem iguais. Já o retângulo é o absoluto inesperado. Pois há retângulos e retângulos. Mais excitante que ele, só o paralelogramo. Se você não acredita na superioridade do retângulo, tente sentar-se num quadrado e verá que, por mais que você o vire, estará sempre sentado à mesma altura e na mesma posição. Ao passo que o ato de sentar-se num retângulo é uma surpresa contínua. Uma verdadeira aventura.

Uma coisa difícil:
distinguir
onde termina o cara apaixonado
e onde começa o estudante de anatomia

EDIPIANA SEM ÉDIPO

Pois é; o nôvo Prestidigitador baralhou, baralhou e a única surpresa a distingui-lo dos anteriores é que nem ás na manga êle tem. Êsse é o problema quando o cara profissional (será um profissional?) aceita jogar com cartas velhas: elas não escorregam direito, grudam umas nas outras, jogar com elas deixa de ser um prazer para ser uma tarefa desagradável. E, algumas vêzes, o blefe sai pela culatra, a gente tem que fazer um truque e acaba saindo o truque contrário. Por isso (com cartas velhas), o Prestidigitador está sempre à mercê do adversário. Por mais tolo que êste seja, é capaz de reconhe-

cer as cartas pelas costas: sujeiras antigas, remendos mal feitos, marcas familiares indisfarçáveis identificam as cartas facilmente. Com um baralho velho a competência se anula, os prestidigitadores se nivelam. Quando isso acontece, mesmo que a disputa já esteja no meio, qualquer Prestidigitador decente exige um baralho nôvo. De preferência de outra marca e procedência, mas, pelo menos, nôvo. Com um baralho nôvo, muita habilidade e alguma sorte (esta, indispensável), o Prestidigitador pode, então, mostrar de que truques e habilidades é capaz. Com êsse baralho aí, não vai, não.



— MEU FILHO, UM DIA TUDO ISSO SERÁ SEU!

ganhe
dia 24 de
dezembro

75
milhões
cruzeiros novos
EXTRAÇÃO
DE NATAL
LOTERIA
FEDERAL



Em
matéria
de Papai
Noel, você
vai deixar
todos os outros
no chinelo.

mpm 69

CARTAS

PROBLEMA DE MORAL

Sr. Diretor: Esta Câmara, em função de suas próprias finalidades, toma ciência de uma nota inserta na seção "Gente" do número 61 de VEJA, na qual se fazem referências a determinado autor e se afirma que o Ministério da Educação e Cultura proibiu a adoção de suas obras, como textos de leitura complementar, nas escolas de todo o Brasil. Considerando que todo o processamento administrativo deve obedecer aos ditames da Lei, em seus dispositivos específicos, desconhece esta Câmara a existência de legislação que proíba o uso de determinados livros como suplementos aos currículos das matérias que lhes correspondem. Ignora, também, as instruções ou portaria do referido Ministério, concernente à proibição noticiada. Esta Câmara vem, pois, solicitar a V.S.^a lhe seja informado, com a identificação dos dispositivos legais, em que documentação se baseou o redator para elaborar a nota mencionada, que pode gerar dúvidas quanto à complexidade de que se revestiria qualquer tipo de proibição ou circulação de livros.

Paulino Saraiva, presidente da Câmara Brasileira do Livro / São Paulo / SP

O Ministério da Educação e Cultura foi solicitado a recomendar aos professores que atentem para a pornografia e os incentivos à rebeldia infantil encontrados nos livros de José Mauro, através de uma representação de J. B. Mello e Souza, membro da Ordem dos Jornalistas da Guanabara. A representação recenseou, apenas no romance "O Meu Pé de Laranja Lima", 38 passagens em que o menino-personagem insulta o pai e a irmã com palavras, faz apologia do vício, da vadiagem, do furto e da ingratidão, desrespeitando a religião e achincalhando os portugueses através de expressões pejorativas. Num documento anexo à representação, sob o título "O Meu Pé de Laranja Lima — Trechos escolhidos, com ligeiros comentários para apreciação das altas autoridades do ensino e do meritíssimo Juiz de Menores", aquele jornalista transcreve os trechos condenáveis com a indicação das páginas (14, 15, 16, 27, 28, 30, 40, 42, 46, 47, 48, 64, 65, 72, 73, 76, 82, 91, 92, 99, 101, 102, 109, 112, 118, 123, 130, 139, 140, 144, 152 e 153), o que não pode ser imitado por VEJA: em muitos casos, bastaria a transcrição de uma frase para que as autoridades apreendessem a revista nas bancas. Além da representação, não se conhece nenhuma medida restri-

tiva do Ministério da Educação. Sem entrar no mérito da representação e no dos livros do escritor José Mauro de Vasconcelos, VEJA louva a atitude do Ministério, não desejando chamar a si a tarefa de restringir a liberdade de criação literária, que é também a liberdade de expressão de pensamento.

MAIS SACARINA

Sr. Diretor: Lendo o número 62 de sua revista VEJA, detivemo-nos com muita atenção na página 44, onde se destaca a reportagem intitulada "Açúcar ainda não ganhou", que diz: "Apenas dois laboratórios o fabricam (adoçante dietético sacarina) no momento no Brasil: o tradicional Silva Araújo e o Parke Davis". Considerando que VEJA é realmente a mais quente em notícias atuais, achamos por bem comunicar que nosso cliente Laboratórios Boehringer do Brasil S.A. — Produtos Químicos e Farmacêuticos (Grupo Mannheim Boehringer) é fabricante de sacarina pura em tabletes, há muitos anos vendida no Brasil. Alysio Pires / Rio de Janeiro / GB

GLÓRIA E VERDADE

Sr. Diretor: Solicito de V.S.^a o obséquio de retificar a reportagem intitulada "Glória na hora da verdade", publicada no n.º 62 de VEJA, páginas 76/77, onde se lê — "para escrever a sua telenovela, primeira que produz desde que foi demitida da TV Globo e passou para a TV Tupi". Não fui em absoluto demitida e sim pedi demissão. Glória Magadan / Rio de Janeiro / GB

Sabemos que, quando um funcionário de categoria chega a uma posição insustentável dentro de uma empresa, a praxe é ele mesmo pedir demissão. E, já que Dona Glória Magadan tocou no capítulo dos erros, queremos chamar-lhe a atenção para um: no papel timbrado em que nos enviou a sua carta, o seu nome está com "m" no final.

O NÚMERO EXATO

Sr. Diretor: Anuncia-se que já existem quinze encomendas de aviões comerciais Jumbo Jet, tipo Boeing 747. A firma aeronáutica Boeing diz que já recebeu mais de cem. Qual o certo? Raimundo N. C. Silva / São Luís / MA

O número verdadeiro é o da Boeing.

Cartas para: Diretor de Redação, VEJA. Caixa Postal 2372, São Paulo, Capital.



E viu o mundo que
o cafèzinho era bom.

Até que apareceu
alguém com uma idéia

memor.
Uma idéia que
mudou o curso da história:

O refrêscos de café.

O coquetel de café.

O café gelado.

O sorvete de café.

O frapê de café.

A batida de café.

Etc. etc.

E tudo aquilo que o
cafèzinho tem de bom,

o café gelado também tem.
ê ele reconforta, estimula,
faz você se sentir bem do
mesmo jeito.

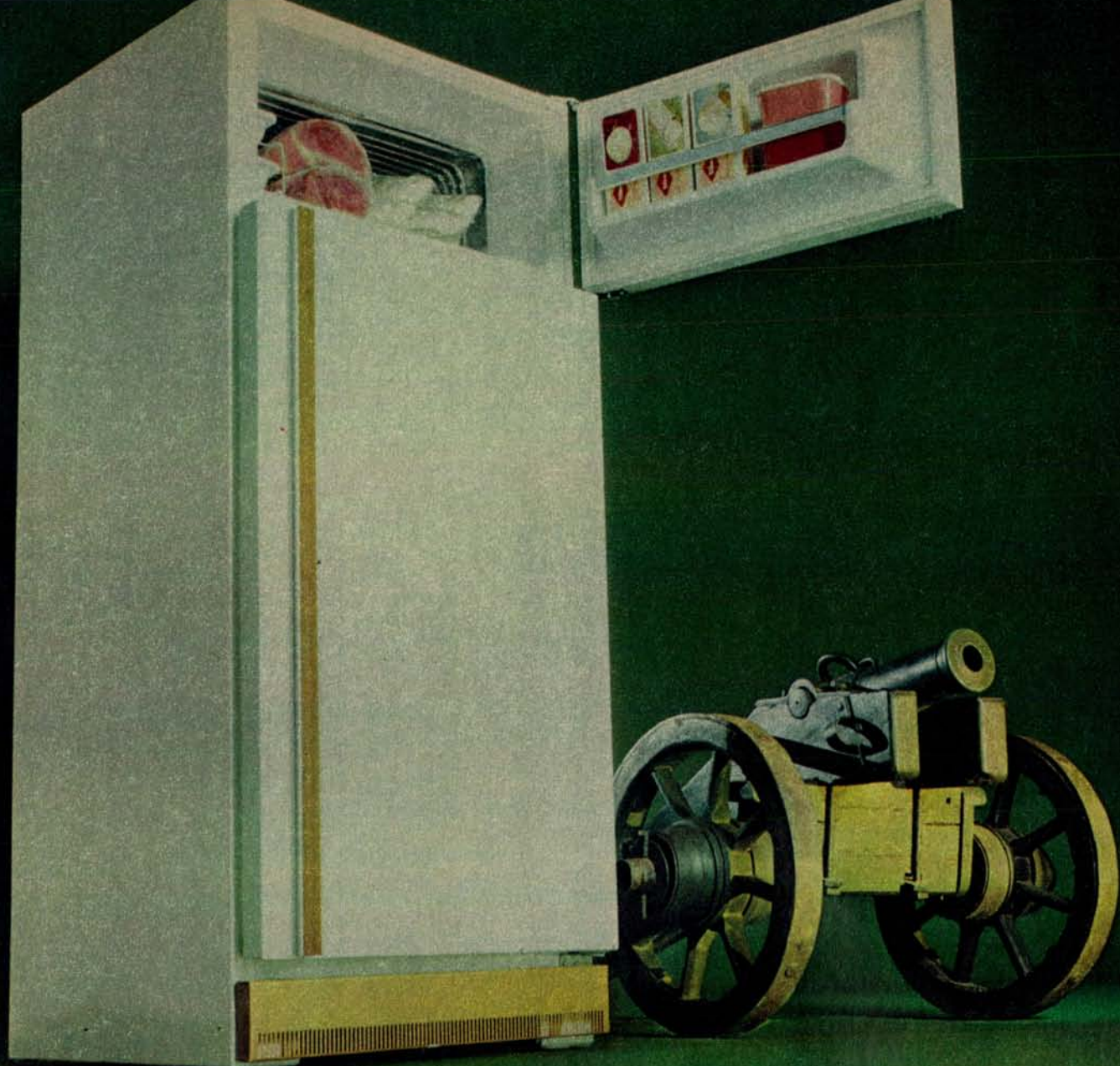
Mesmo que esteja
fazendo muito calor.

Está na hora de você
começar a gostar de café
gelado.

O Brasil espera que
cada um ponha o café
numa fria.



NO PRINCÍPIO ERA SÓ O CAFÈZINHO.



Westinghouse lança um aperfeiçoamento revolucionário nas geladeiras de 2 portas:

o preço. As geladeiras de 2 portas eram o céu. Seu estilo, seu ar moderno, suas 2 portas.

Mas, seu preço... Ah, o seu preço.

Bem, a Westinghouse conseguiu eliminar esse gravíssimo defeito. A Nova Westinghouse custa muito menos.

O mesmo que as humildes geladeiras de uma porta. Sua humildade, porém, ficou aí. De resto, ela tem 2 portas magnéticas. 310 litros (11 pés). Congelador mais amplo, com sua porta particular. Descongelamento automático.

Refrigerador e congelador independentes, evitando a formação de placas de gelo. Cores lindas (vermelho "Bloody Mary", verde "Avocado", azul "Blue-up", cobre "Coppertone" e branco "Snow White").

As geladeiras de 2 portas estavam longe. Lá nas cozinhas de Hollywood.

Com a Nova Westinghouse, poderão vir para a sua.



Westinghouse

2 portas pelo preço de uma.



310 litros (11 pés)

Mod. "Frost-Free"

INDICAÇÕES

Roteiro da semana de 8 a 14 de dezembro

Belo Horizonte

O início do curso intitulado "Aprenda a Ver Teatro", segunda-feira, na AMI, coincide com uma boa estréia teatral esta semana: a da peça "Os Inimigos não Mandam Flores", de Pedro Bloch, que começa quinta-feira, com Carlos Alberto e Yoná Magalhães. Na área do show, boa estréia é a do espetáculo "E Juliana Viu o Amor Chegar", terça-feira (vai até domingo); nos cinemas, a do filme "Os Delicados", que o Metrôpole apresentará a partir de quinta-feira, com Rex Harrison e Richard Burton: um drama conjugal. Pelas galerias, enquanto na Guignard continua a exposição dos primitivos Heider, Rodenlénio e Quintão, a Prefeitura inaugura segunda-feira o II Salão de Flores Artificiais da artista Maria de Paula, em comemoração do 72.º aniversário de Belo Horizonte.

Brasília

A apresentação do pianista Antônio Guedes Barbosa abre a semana na Sala Martins Pena com um programa à base de Haydn, Beethoven, Vila-Lôbos, Debussy e Chopin. No auditório da TV Brasília, os componentes do Grupo Juventude, Arte e Teatro apresentam às 8 da noite, até quinta-feira, a peça "Amor, Dimensão Maior", de Álvaro Heleno. Na Cultura Inglesa, a pintura de Helen Hewitt pode ser vista até domingo. Na entrada do Conselho Britânico de Brasília, poetas e pintores exibem e vendem a 200 cruzeiros novos seus "posters"-poemas, "num esforço maior de comunicação". E o mais é cinema, com pelo menos dois filmes recomendáveis: "Perdidos na Noite", de John Schlesinger, que estará de quinta a sábado no Brasília, e "O Ouro de Mackenna", com Gregory Peck e Omar Sharif, inaugurando o Cine Atlântida.

Curitiba

Uma peça de teatro e um bom filme, eis tudo o que o calendário da semana tem para oferecer em matéria de atrações. A peça é "Testemunha de Acusação", de Agatha Christie, que está no Guaíra, com Telmo Ferrari dirigindo o Grupo de Teatro Amador do Colégio Estadual. O filme é "A China Está Perto", do italiano Marco Bellocchio, ga-

nhador do prêmio especial do júri do Festival de Veneza de 1967, e que está no Riviera.

Pôrto Alegre

Com o teatro ainda representado pela peça "Arena Conta Tiradentes", no Arena, e pela comédia "Lá", no Clube de Cultura, a semana só tem a oferecer como novidade a ópera "Tosca", no Auditório Araújo Viana, terça-feira, com a Sinfônica de Pôrto Alegre e o Coral da Universidade Federal, e o filme "A Mulher de Todos", do brasileiro Rogério Sganzerla, que pode não ser bom, mas vai originar polêmica: a personagem central, Ângela Carne e Osso (Helena Ignez já ganhou melhor atriz em três festivais), é considerada pela crítica figura muito exagerada.

Recife

Com a música ainda em recesso, a maior atração da semana continua sendo a III Feira do Comércio e Indústria do Nordeste, no Parque da Jaqueira. Fora daí a opção está entre o cinema (Virna Lisi está em "Arabella" no São Luís, no Coliseu há festival de filmes japoneses) e o setor de artes plásticas, com a inauguração de seis exposições: tapeçarias de Sílvio Palma na Galeria da Casa Holanda, pinturas de João Câmara na Mobília Contemporânea e de Roberto Lúcio na Galeria Portinari. Em Olinda, Arturo Kohotta e Lella Scheroder expõem na Oficina 154 e Pedro Frederico no Museu de Arte Contemporânea, enquanto no Teatro do Parque Pedro Frederico os alunos da Escola de Artes da Universidade Federal de Pernambuco mostram trabalhos de cerâmica, fotografia, gravura, cenografia, gráfica, modelagem, escultura, pintura e restaurações de pintura e vitral.

Rio

Embora o período das férias de dezembro faça rarear as atividades culturais, ainda assim alguns bons espetáculos garantem uma semana movimentada. No setor do teatro, o Opinião, comemorando cinco anos de atividades ininterruptas, apresenta "Antígona", de Sófocles, numa temporada popular para atrair estudantes em férias e turistas em trânsito. No Dulcina, a peça "Exercícios",

de Lewis John Carlino, continua sua carreira de sucesso com Glauce Rocha e Rubens de Falco. Na área dos shows, dois lançamentos: o de "Me Tarzan, You Jane", com a bela mulata Lady Hilda, o comico Zé Bonitinho e Lana Bittencourt, quarta-feira, no Serrador, e o do musical carnavalesco "Sambanana", com Nilza Magalhães "e um punhado de garôtas para ninguém — nem o Lacerda — botar defeito", que estréia quinta-feira no Carlos Gomes. Isso sem contar que Romuald continua no novo Teatro de Bôlso, Elizeth Cardoso na Sucata, Helena de Lima no Drink's, Jô Soares no Teatro da Lagoa, José Vasconcelos e Maria da Graça com seus bons fados na Adega de Évora. No setor das artes plásticas, a estréia de Ivonaldo, terça-feira, na Galeria Voltaico (trata-se de pernambucano de Caruaru radicado em São Paulo), é a única novidade da semana; Iaponi Araújo continua na Petite Galerie, e a Galeria de Arte de Botafogo aproveita o Natal para uma mostra de temas natalinos. Quanto a cinema, o lançamento mais importante parece ser o do filme "Astrágalo", baseado no romance da ex-detenta Albertine Sarrazin (lançado em tradução no Brasil, há dois anos, pela Editora Nova Fronteira), e que o Veneza estará apresentando a partir de quinta-feira.

Salvador

Com festas diante da Igreja da Conceição da Praia, prosseguem na segunda-feira as programações populares do calendário natalino. Terça-feira começam as festas em louvor de Santa Luzia, na Rua do Pilar, com seu ponto culminante no sábado, em meio a muitas preces e muita cantiga de roda. Para quem não gostar de festa de largo, o teatro oferece várias atrações: de terça a sexta, Tarcísio Meira e Glória Menezes estão no Castro Alves com a comédia "Linhas Cruzadas"; ainda terça-feira estréia no Vila Velha a peça de Rubem Rocha Filho "Aquele Garoto de Olhos Grandes", e sábado e domingo, às 5 da tarde, as crianças ainda poderão assistir ao espetáculo "O Pequeno Polegar", que se despede na semana que vem. Quanto ao cinema, o tempo é de filmes nacionais, com o cantor Wanderley Cardoso em "Pobre Príncipe Encantado", no Rio Vermelho, "A Mulher de Todos" no Capri, e "Corisco, o Diabo Louro" no Pax e no Excelsior.

São Paulo

Sete novas exposições garantem para as artes plásticas a maior importância numa semana em que cinema, teatro e

shows praticamente marcam passo à base de continuações, esperando passar o período das festas de Natal. As exposições começam na segunda-feira, quando a Galeria Cosme Velho abre a coletiva "Quatorze Artistas", e no Hotel Vila Rica começa uma coletiva de pinturas, objetos e outras modernas formas de arte. Na terça-feira, o acontecimento mais importante é a inauguração da exposição de gravuras completas de Marcello Grasman, no Museu de Arte Moderna, às 7 da noite, com a presença do governador e secretário de Turismo. A mostra é da série completa de gravuras compradas pelo Estado para a Pinacoteca. Ainda na terça-feira, porém, a Galeria Seta inaugura a exposição de pinturas, paisagens e talhas de Tiago e Telenos; a Galeria Atualidades abre a do pintor nipo-brasileiro Shigeto Tanaka (radicado no Brasil desde 1930), e, na Mini-Galeria de Arte do USIS, doze artistas (entre os quais Aldemir Martins, Yolanda Mohaly e Wega Nery) começam a expor seus mini-quadros (há dois trabalhos de cada artista). Tudo para culminar na sexta-feira, dia 12, com a inauguração, no Museu de Arte e Arqueologia da Universidade de São Paulo, na Cidade Universitária, da maior exposição de arte negra africana já montada no Brasil. Serão mostradas setecentas peças (máscaras, esculturas, terracotas, objetos litúrgicos) de artistas de 46 grupos étnicos, recolhidas por especialistas da Universidade de Dacar, no Senegal. Na A Galeria, a exposição Arte para a Infância ainda apresenta até o fim do mês das 10 da manhã às 8 da noite, ao lado de atrações para as crianças, o trabalho de pintura ao vivo que permite uma aproximação entre os artistas e o público infantil. Ao lado dessas exposições de artes plásticas, o Museu do Folclore fará inaugurar na segunda-feira, com a Festa do Presépio, Arte e Artesanato, verdadeiro show de criação popular: haverá presépios de todos os tipos, pinturas e objetos criados por artistas populares sob o tema do Natal. Os Correios lançam juntamente com a Festa um carimbo com a figura de um quadro do pintor primitivo Cassio M'Boi e, de sexta a domingo, haverá apresentação de Folia de Reis por grupos de foliões paulistas. Fora do que só haverá três novidades: no **teatro** a estréia da peça "O Balcão", de Jean Genet, sexta-feira, no Ruth Escobar; na área da **música**, a realização do Festival de Música Contemporânea Brasileira, com a apresentação do violonista Antônio Carlos de Barbosa Lima no Teatro Anchieta, segunda-feira, e, finalmente, o **show de variedades** "Variété Soviético" (música, ballet clássico, danças típicas, malabarismo e marionetes) no Teatro São Pedro, a partir de quinta-feira.

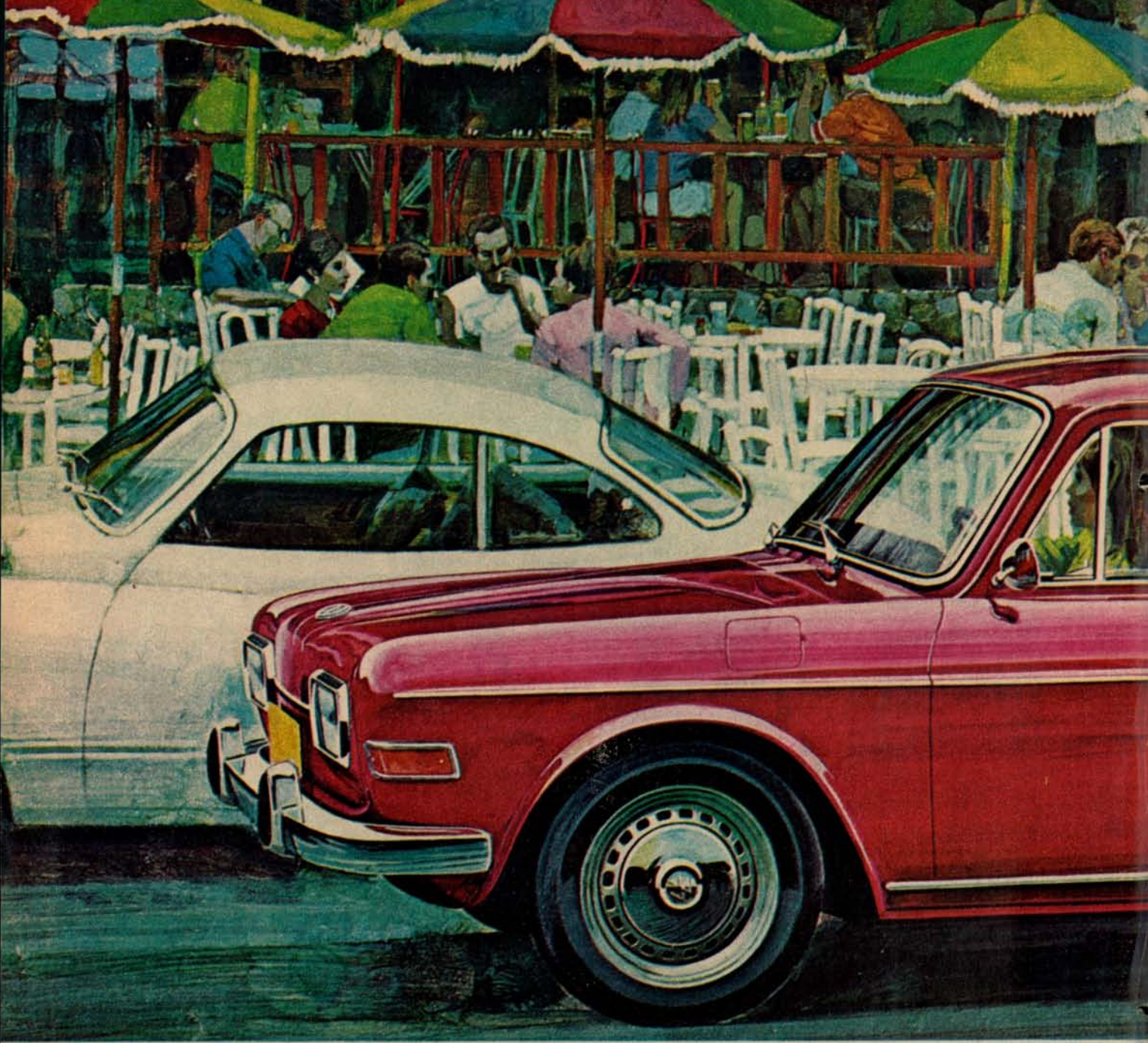
No íntimo,
todos preferem



malhas
Hering

BLUMENAU S.C.

OS DOIS PEIXINHOS GARANTEM A QUALIDADE



A Volkswagen pôs

Não era para menos.

Durante toda a fase de testes, a Variant VW 1.600 aprontou cada uma...

Espantou todo mundo com a capacidade de arranque de seu motor de 65 HP (SAE), com 2 carburadores. Fêz uma revolução com seu motor de construção plana: tem todas as características que fizeram famosos os motores VW, mas trabalha deitado. Com isso, a Variant é o único carro que tem porta-malas no lugar do motor, e porta-malas no lugar do

porta-malas. Não é de enlouquecer?

Mas a Variant não ficou só nisso, aprontou muito mais. Fêz curvas fechadas em velocidade, mas com toda a segurança. Andou pra valer, mesmo em terrenos ruins.

Tudo porque ela tem uma barra compensadora traseira, baixo centro de gravidade, bitola traseira mais larga e suspensão que nunca se acaba.

E na hora de acalmar seu motor nervoso, os freios a disco nas rodas dianteiras são

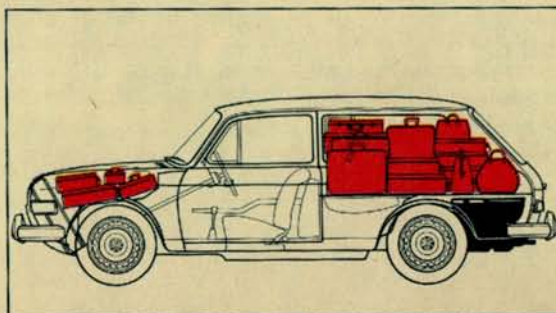


© VOLKSWAGEN DO BRASIL S.A.

a Variant na rua.

ótimos tranquilizantes.

Dirigir a Variant? Uma tranquilidade. Seu câmbio VW é facilímo de manejar. As marchas entram como faca quente em manteiga. E que maneabilidade, gente! A Variant é prática, elegante, versátil. Aprontou tantas que a Volkswagen resolveu colocá-la na rua. Contrate-a para v. e sua família. V. nunca mais vai querer separar-se dela. O que garante isso? As referências da Volkswagen.



Um de nossos anunciantes pediu campanha para o lançamento de um pneu de transporte veloz. Precisávamos uma imagem que falasse logo de cara com o motorista de estrada, sobre as características principais do novo produto: superioridade, força, resistência, rapidez e durabilidade. O nome internacional do pneu era um pouco ingrato: Ilio. Ilio e nada mais. Trabalhamos e trabalhamos. Finalmente Ilio saiu por aí com roupa de xerife. O sucesso foi tão grande que a sustentação ficou prejudicada, reduzida, desnecessária. Nestas alturas, o redator comentou o acontecido com esta frase: É.

“Ganha mal quem trabalha bem.”

publitec propaganda ltda.

SÃO PAULO - RIO - RECIFE - SALVADOR - B. HORIZONTE - P. ALEGRE - MONTEVIDEU - B. AIRES - NOVA YORK



Redatores-chefes: José Roberto Guzzo, Sérgio Pompeu
Editores: Aloysio Biondi, Raimundo Rodrigues Pereira, Sebastião Rubens Gomes Pinto, Ulysses Alves de Souza
Secretário de Redação: Henrique Caban
Chefe de Arte: George B. J. Duque Estrada
Diretor de Fotografia: Lew Parrella
Editores Assistentes: Antônio E. Teixeira, Bernardo Kucinski, Carmo Chagas, Carlos Soulié do Amaral, Geraldo Mayrink, J. Salomão D. Amorim, José Ramos Tinhorão, K. Matsumoto, Leo Gilson Ribeiro, Luís Gutemberg, Luís Adolfo Pinheiro, Renato Pompeu, Roberto Pereira, Sérgio Oyama, Silvio Sena
Repórteres Especiais: Alceu Gama, Armando Salem, Fernando Smedeo, Nilo Martins, Norma Freire
Redatores: Dorrit Harazin, Gulomar Smith de Vasconcellos, Harry Laus, Hersch Schechter, Michel Cecilio, Pedro Cavalcanti, Sílvia Lancelotti
Repórteres: Antonio C. Augusto, Anthony de Christo, Dirceu Brisola, Eda Maria Romio, Eliana Machado, Guilherme Veloso, Helio Gama Filho, J. A. Dias Lopes, Léa Ancona Lopes, Magno Dadonas, Maria da Penha Della, Nello Pedra Gandara, Tárk de Souza, Thereza Linhares
Fotógrafos: Amilton Vieira, Carlos Namba, Geraldo Guimarães, Makiko Kishi
Arte: Ademar Assaoka, Américo Ietto Filho, Hélio de Almeida, José Bigatti, Pedro de Oliveira, José Ferreira Marques (mapas)
Produção: Alexandre Daunt Coelho, Garito Nucl, Maurício Benassuto
Colaboradores: Teatro: Paulo Mendonça. Livros: Bruna Becherucci. Medicina: Iramy Novah Moraes
Gerente de Produção: Arno Langer

Bureau

Rio - Diretor: Odilo Costa, filho / Chefe de Redação: Nelson Silva / Repórteres: Danúbio Rodrigues, Elio Gaspari, Gastão F. Patusco Filho, Ismar Cardona Machado, Marcos de Sá Correa, Maria Helena Dutra, Osvaldo Amorim, S. Proença Leitão, Sílvia Távora / Fotógrafos: Yllen Kerr (chefe) / Ademar Veneziano, Antonio Andrade, Darcy Trigo, Pedro Henrique - Av. Presidente Vargas, 502, 15.º, fone: 23-8913, Telex: 031-451 - **Brasília** - Diretor: Pompeu de Sousa / Almir Gajardoni (chefe) / Evandro Paragná, J. Carlos Bardawil - Ed. Central, salas 1201 e 1208 - Setor Comercial Sul, fones: 43-4800, 43-4890, 43-4823, 43-4888, Telex: 041-254 - **Belo Horizonte** - Alberico Souza Cruz (chefe) / Geraldo Augusto dos Reis - R. Espírito Santo, 466, salas 707 e 708, fone: 22-3720, Telex: 037-224 - **Curitiba** - Elmar Bomes da Costa - Ed. Galeria Tijucas, Largo Frederico Faria de Oliveira, conjuntos 1516/7, fones: 4-9634 e 4-6599 - **Porto Alegre** - Paulo Totti (chefe) / José Antonio Severo - Av. Otávio Rocha, 115, sala 511, fones: 24-4825 e 24-4778 - **Recife** - Renan S. Miranda (chefe) / Franklin Campos, José Saffioti, Gilberto Pauletti / Clodomir Bezerra (fotógrafo) - R. da Concordia, 153 - Ed. Cidade de São Salvador, salas 502 e 503, fone: 4-4957 - **Salvador** - Edgard M. Catoira (chefe) / Hesio A. Passali - Travessa Bonifácio Costa, 1 - Ed. Martins Catarino, sala 1302, fone: 3-2482 - **Nova York** - Luiz Garcia - 11 W. 42nd Street, Telex: 423-063

Serviços Editoriais

Diretor: Roger Karman / Documentação: Samuel Dirceu (Gerente), Antonio Zago, Celso Ming, Dilco Covizzi, Fernando Reis, Ireda A. Cardoso, João Guizzo, Maria Regina Viana, Octavia Yamashita, Riwka Tauba Schwarc, Sérgio Capozzi, Ubirajara Forte, Waldimas N. Galvão / **Serviços Fotográficos**: Francisco Albuquerque (Gerente), Jussi Lehto (Supervisor), Olga Krell (Produção), Carlos Motta, Miguel Viglioglia, Regnier de Oliveira, João Batista Perilo (fotógrafos) / **Cartografia**: Francisco Beltran (Supervisor) / **Abril Press**: Flávio Barros Pinto (Gerente)

Serviços Internacionais

Newsweek/Paris-Match/Associated Press/Matérias Internacionais Via Varig e Air France

ADMINISTRAÇÃO

Diretor, Divisão Revistas: Domingos Alzugaray
Diretor de Publicidade: Salviano Nogueira
Diretor Comercial, VEJA: Paulo Augusto de Almeida
Diretor de Publicidade, Rio: Sebastião Martins
Gerente Comercial: Oscar Colucci
Gerente de Publicidade, Rio: Ricardo Tadei
Assessor do Diretor Comercial: Antônio de Alcântara Cabral
Representantes: São Paulo: Clodineir Caffagni, L. A. R. Frota, Paulo Dias Pini, Páriso Brait Pisan / Rio: F. Paula Freitas / **Porto Alegre**: Rubens Molino (Gerente) e Elcenho Engel / **Belo Horizonte**: Sérgio Pôrto / **Curitiba**: Edison Heim / **Recife**: Antônio Lyra Filho / **Brasília**: Luiz Edgar Tostes

Diretor de Operações — Richard Civita

Diretor Editorial — Luis Carta

Diretor de Publicidade Internacional — L. Bilyk

Diretor de Relações Públicas — Hernani Donato

Diretor — Escritório Rio — André Racach

Assessor do Diretor Responsável — J. R. Franco da Fonseca

Diretor Responsável — Edgard de Sílvia Faria

VEJA é uma publicação da Editora Abril Ltda. / Redação: Av. Otaviano Alves de Lima, 800, fone: 206-0011, Telex n.º 021-533 / Publicidade e Correspondência: Rua João Adolfo, 118, 9.º andar, fone: 239-1422 / Administração: R. Emilio Goeldi, 375, São Paulo / Distribuição exclusiva para todo o Brasil da Distribuidora Abril S.A. Preço: exemplar avulso — NCR\$ 2,00 acrescido de NCR\$ 0,08 para porte registrado superfície e NCR\$ 0,36 para porte registrado aéreo, em todo o Brasil. Assinatura semestral — NCR\$ 52,00 acrescido de NCR\$ 2,98 para porte registrado superfície e de NCR\$ 9,36 para porte registrado aéreo. Para assinatura anual esses valores deverão ser dobrados. Nenhuma pessoa está credenciada a angariar assinaturas desta publicação. Se for procurado por alguém, denuncie-o às autoridades locais. Números atrasados: Rio de Janeiro, R. Sacadura Cabral, 141; São Paulo, R. Brigadeiro Tobias, 773. Pelo Correo: caixa postal 7901 / Todos os direitos reservados / Impressa em oficinas próprias e nas da S.A.I.B. — Sociedade Anônima Imprensa Brasileira, S. P.

CARTA AO LEITOR

Um dos mais chegados assessores do Presidente Emilio Garrastazu Medici disse recentemente a um repórter de VEJA que o terceiro governo da Revolução deseja uma imprensa "livre, com responsabilidade". Que significa "com responsabilidade"? Seria este adendo ao adjetivo "livre", de claro e definitivo significado, uma tentativa de impor limitações à liberdade, de prendê-la dentro de fronteiras mais ou menos estreitas? VEJA não receia cometer um redondo engano ao acreditar que não se trata de limitação alguma, mas apenas de uma justa referência, de um oportuno lembrete, de um generoso pedido de colaboração — ou seja: a imprensa não pode e não deve esquecer as suas responsabilidades. Gostariamos de ser os inventores de um lema admirável: "Nós separamos os fatos que fazem notícia dos fatos que fazem barulho". É o lema de um grande e responsável órgão de imprensa americano e nós, hoje mais do que nunca, aderimos a ele. VEJA foi o primeiro órgão da imprensa brasileira que procurou o fundo de um grave assunto, trazido por cochichos apavorados, por enxames de rumores e, até há pouco, por nenhuma informação precisa: as torturas praticadas nas prisões brasileiras, contra alguns presos, políticos ou não, e até contra simples suspeitos. Mas VEJA não fez dos rumores fatos que produzem barulho: procurou as autoridades, para um esclarecimento realmente autorizado, enquanto na medida do possível investigava por conta própria. De um lado, conseguia as primeiras declarações de assessores da Presidência e do próprio ministro da Justiça definindo a posição do governo sobre o



A antecipação de VEJA, ou o fato que apenas faz notícia

problema — o que nos permitiu informar o nosso leitor com pelo menos dois dias de antecedência em relação aos demais órgãos da imprensa brasileira. De outro, levantava um vasto dossiê de denúncias procedentes de todos os pontos do país. Coerente com os desejos do Presidente Emilio Garrastazu Medici, que aplaudimos, e com os lemas que não inventamos mas adotamos, enviaremos esta semana ao ministro da Justiça o resultado das nossas investigações: o dossiê contém muitos fatos que fazem apenas barulho e que a imprensa responsável não pode publicar no mesmo momento em que o presidente inicia a difícil caminhada para a normalização democrática. Na reportagem de capa (página 20) nos limitamos a publicar fatos devidamente comprovados, os fatos que fazem notícia.

M.C.

Índice

CAPA	20	INVESTIMENTOS	87
ESPECIAL	70	LITERATURA	80
ARTES PLÁSTICAS	76	MEDICINA	58
BRASIL	29	NEGÓCIOS	44
CIENCIA	63	RÁDIO E TV	78
ENTREVISTA	3	RELIGIÃO	60
ESPORTE	68	CARTAS	10
GENTE	83	DISCOS	12
HUMOR	8	INDICAÇÕES	14
INTERNACIONAL	48	LIVROS	12

Três estudos sobre a tortura: seu significado histórico (páginas 20 a 23), suas histórias mais dramáticas (23 a 26) e o significado da violência para o homem comum (página 27)

TORTURAS

Existem, e não são poucos, os que defendem as torturas. Waldo Bandeira Fraga, quarenta anos, delegado de Polícia em Niterói, que tem um filho "poeta", como gosta de dizer, e que tem um crucifixo na parede azul atrás de sua mesa, as admite abertamente: "Eles são muito duros. O criminoso é gente muito receosa de passar por dedo-duro, ter de enfrentar os amigos depois, entende? Por isso é preciso muito pau em cima deles. Acho que a polícia está certa em agir assim". O conhecido delegado "Fraguinha", de Nite-



rói, não estava falando apenas das torturas contra presos políticos, que ocuparam as manchetes de quase todos os jornais do país durante vários dias na semana passada. Ele estava falando e defendendo a tortura, de um modo amplo, universal. O Dr. "Fraguinha" não foi muito sutil ao defender a tese de dar "muito pau" em cima do prêso. Mas há os que defendem a tortura com mais argumentos. O delegado Eldes Schenini Mesquita, 35 anos, chefe de gabinete do superintendente de Serviços Policiais de Pôrto Alegre, que é estudante de Direito

e escreve crônicas dominicais no "Correio do Povo", jornal de maior circulação na capital gaúcha, é um destes. "O uso de tais métodos (de tortura) deverá um dia ser abolido, quando se puder fazer, de fato, a coação psicológica através de sistemas eminentemente científicos. O que se condena é a dosagem em excesso dessa violência" (os grifos são do próprio delegado Schenini, que, pela gravidade de suas opiniões, preferiu dá-las por escrito). O policial e candidato a bacharel de Direito defende uma violência especial, uma tortura dosada. Como êle,

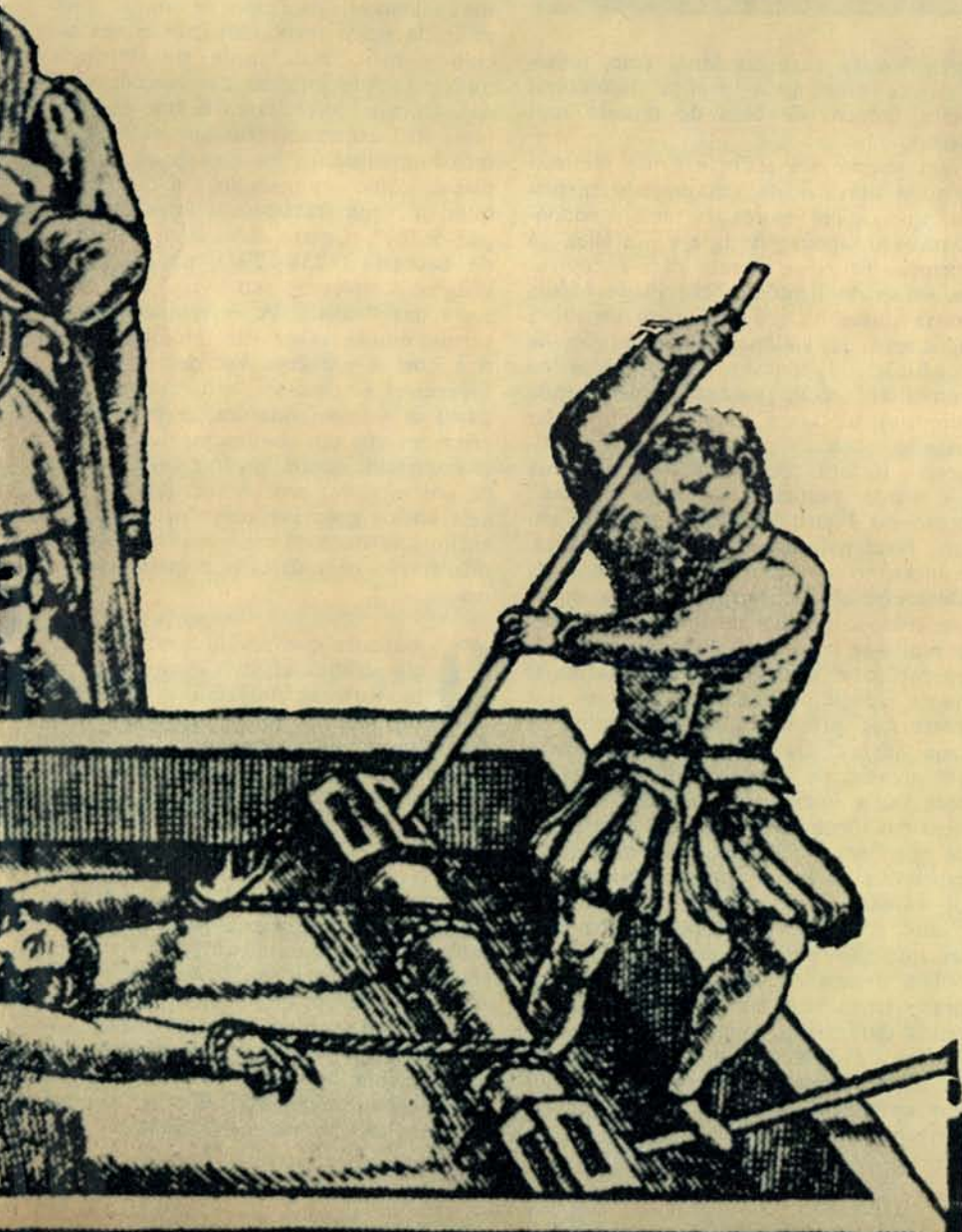
como o Dr. "Fraguinha", há muitos outros no país. Alguns saem às ruas para defender suas opiniões. No fim da semana passada, num manifesto distribuído por Volkswagens nas ruas centrais do Rio, um grupo de cidadãos que se assinavam com as siglas VAR-Palmares, MR-8 e PCBR criticava veladamente todos os jornais do país e o próprio ministro da Justiça pela campanha iniciada pelo governo contra as torturas.

Históricamente, a defesa da tortura sempre teve muitos adeptos. Roger Willaume, inspetor-geral das polícias civis da França no período da guerra da Argélia, expunha detalhadamente sua posição pró-torturas. Dizia num relatório: "Os métodos de água e eletricidade, desde que cuidadosamente usados, produzem um choque que é mais psicológico que físico e não constituem, portanto, crueldade excessiva... Esta conclusão, que nos leva de volta a um passado recente e doloroso, pode parecer repugnante. Mas, desde que o problema está em nossas mãos, nós devemos enfrentá-lo com coragem".

Monsieur Willaume, que os políticos franceses anteriores a De Gaulle chamavam de "um homem de completa integridade moral", se referia às torturas muito comuns — ontem e hoje — de, por exemplo, jogar gotas de água no nariz da pessoa colocada de cabeça para baixo (que produzem uma brutal sensação de afogamento), ou ao caldo — forma de enfiar repetidamente a cabeça do prêso dentro da água, produzindo a mesma sensação —, ou ainda aos choques de eletricidade estática de certa voltagem, aplicáveis em diversas partes do corpo, sendo especialmente eficientes na língua do prisioneiro. O policial francês referia-se também ao "passado repugnante" da época da invasão alemã, quando a Gestapo, polícia nazista, empregou métodos de tortura refinados que certos franceses aprenderam com diligência.

Stálin era outro excelente mecenas dos métodos de tortura. Um de seus discípulos mais oportunistas mostrou êsse zelo do ditador vermelho pela tortura, quando, em 1956, durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, revelou que "milhares de comunistas sinceros e inocentes morreram porque se aceitavam naquela época todas as espécies de 'confissões' falsas conseguidas graças à prática de arrancar, pela tortura física e moral, acusações de uma pessoa contra a outra e até acusações contra si própria".

Os argumentos dos torturadores soam racionais, lógicos. "Em nossa opinião, há duas coisas básicas quando se considera a questão das torturas. A primeira é que nós estamos em guerra — uma guerra contra a subversão — e que essas pessoas (isto é, os torturados) são





os inimigos. Se eles subirem ao poder, não se falará em torturas ou prisões para nós, mas se falará na nossa morte, com quatro balas nas costas", teria dito a Peter Kramer, correspondente no Rio da revista semanal de informação americana "Newsweek", "alto oficial dos serviços de inteligência brasileiros". "A outra coisa", teria continuado o oficial, "é que uma pessoa com uma ideologia não dá informação de presente." O oficial citado por "Newsweek" pode ser um personagem-símbolo e suas eventuais palavras poderiam representar o pensamento generalizado dos que defendem as torturas contra os presos políticos. Talvez com boa intenção democrática, e também com um excessivo zelo pelas idéias com que definem democracia, eles parecem dizer: "É melhor dar pancadas neste cidadão e obrigá-lo a confessar onde estão os outros terroristas, para evitar que eles matem pessoas inocentes".

Na sua forma mais idealista e pura — se é que essas duas palavras não se incomodam de aparecer nesta situação —, esses ideólogos da tortura poderiam ser comparados com Creonte, a mitológica figura criada por Sófocles, na sua eterna luta contra Antígona. Creonte, que não ama senão sua cidade, que coloca o interesse público acima de tudo, que não pode ter por amigo nenhum inimigo de seu país, que exige de seus concidadãos todos os sacrifícios pela grandeza de Tebas, seria aqui, na comparação ousada, o alto oficial que procura salvar os destinos da democracia brasileira colocando acima dos direitos do cidadão as suas idéias pessoais — nem sempre obrigatoriamente corretas — sobre os ideais democráticos do país.

Mas, na longa evolução da espécie humana e das civilizações, na estrada difícil que levou os homens da lei da selva à força da lei, a razão está, seguramente, com Antígona, neste caso. Com Antígona que é das pessoas que amam e não das que odeiam, das que vêem os direitos divinos ou naturais da pessoa humana além dos direitos de Estado. Porque a tortura, como dizem o presidente da República do Brasil e seu ministro da Justiça, nas suas recentes

providências para condenar esses métodos, constitui uma prática intolerável pelos homens de bem do mundo moderno.

Nem sempre foi assim e é nas reminiscências atávicas de um passado medieval que os defensores da tortura encontram seu apoio. A Igreja Católica já torturou bruxas e incréus para encontrar os sinais do demônio. Na Idade Média havia juízes torturadores para assistir à aplicação da violência na obtenção de confissões. E durante os períodos de convulsão social, principalmente quando minorias tentaram manter-se no poder usando o terror para calar seus inimigos, a tortura continuou — e continua — sendo praticada. "Nessas épocas", como diz Pierre Vidal Naquet, do Centro Nacional da Pesquisa Científica, francês, no seu livro "Tortura, Câncer da Democracia", "a tortura começa como um método policial de interrogação, desenvolve-se como um método militar de operação, e ultimamente transforma-se numa espécie de Estado clandestino que corrói as próprias raízes da vida de uma nação." Os torturadores passam a ser encobertos por autoridades que se recusam a iniciar investigações sistemáticas em torno de seus crimes com medo de que esses inquéritos paralise a força repressiva do Estado policial. Na solidão do cárcere o cidadão perde definitivamente a segurança proporcionada pela lei, que não tem mais sua presença simbólica dentro da cela para paralisar o braço truculento do torturador. Os direitos duramente conquistados pelos cidadãos de diferentes épocas sociais são substituídos pelos direitos dos policiais que defendem o Estado e sua minoria dirigente.

"O Caso dos Irmãos Naves", mais que um filme, um exemplo: a história verdadeira de dois irmãos que, sob tortura, confessaram crime que não cometeram e que jamais houve

As torturas deixaram de ser uma prática legal com a Grande Revolução, a Revolução Francesa de 1789 que derrubou a monarquia e colocou no poder a burguesia nascente. "Todo homem é suposto inocente até que se prove sua culpa; no caso de ser considerada essencial a sua prisão, qualquer ato de violência maior que o necessário a assegurar sua detenção deve ser severamente punido por lei", dizia a "Declaração dos Direitos Inalienáveis da Pessoa Humana", promulgada pelos revolucionários e um século e meio mais tarde transformada num princípio jurídico das Nações Unidas. Os que defenderam o fim das torturas não argumentaram apenas em termos humanísticos. Para os policiais que dizem, como um gaúcho, "o que vocês queriam, que tratássemos estes caras a pão-de-ló?", Cesare Bonesana, Marquês de Beccaria (1738-1794), dizia em linguagem simples no seu livro "Dos Delitos e das Penas": "A lei que autoriza a tortura é uma lei que diz: 'Homens, resisti à dor. A natureza vos deu um amor invencível a vosso ser, e o direito inalienável de vos defenderdes, mas eu quero criar em vós um sentimento inteiramente contrário; quero inspirar-vos um ódio de vós mesmos; ordeno-vos que vos torneis vossos próprios acusadores e digais enfim a verdade ao meio das torturas que dilacerarão os músculos e quebrarão os ossos...'"

O marquês que revolucionou a ciência jurídica afirmava ser crime duplo torturar um preso: se ele é realmente culpado, já está sendo castigado preliminarmente, apesar de ser depois punido na forma da lei; se é inocente, sofre castigo pelo que não fez. O marquês ia mais longe ainda, revelando o óbvio, que, apesar de óbvio, os torturadores se recusam a aceitar: "Desde que a força dos músculos e a sensibilidade dos nervos de uma pessoa inocente são fatores conhecidos, o problema é encontrar o nível de tortura necessário para fazê-la confessar qualquer crime que se queira". Ou, como diz um dos mais conhecidos repórteres policiais de Belo Horizonte, referindo-se a violências comuns nas cadeias mineiras: "A simples ameaça da mesa de operações (N. da R. — Me-



sa onde o detido fica amarrado pelos testículos, de barriga para cima e apoiado apenas nas plantas dos pés e das mãos) é suficiente para que o detido confesse sua culpa até na morte de Tiradentes". Ou ainda: a tortura beneficia e incentiva os mais resistentes. O suspeito fraco confessa o que não fez; o forte — se tiver a sorte de não ser morto, coisa que geralmente não interessa à polícia e ocorre quase sempre por acidente — é absolvido.

Os torturadores são pouco sensíveis aos argumentos e filigranas jurídicas. Um jornalista, que acabara de fazer um depoimento de 22 dias, ao fim dos quais recebeu um atestado de inocência do capitão-chefe do IPM, ouviu desse soldado a seguinte proposta: se ele não queria ficar alguns minutos a sós com a pessoa que o acusara de subversivo (também acusada de subversão) para vingar-se fisicamente. O jornalista recusou e o capitão insistiu: "Mas tenha cuidado para não bater com muita força. Ele está com as costelas quebradas. Pode dar perfuração nos pulmões". O jornalista explicou delicadamente que não tinha motivos para agredir alguém que, em sua opinião, era apenas um doente mental. O capitão não entendeu: "Essa sua mania de ter pena dos outros é que terminou por jogar você aqui".

A horrível ingenuidade dos torturadores pode interessar a minorias fascistas interessadas em dominar o povo por meio de uma elite policial-militar. Não interessa, seguramente, a quem pretende estabelecer num país a normalidade democrática.

O psiquiatra Antonio Sapienza, de 39 anos, que cuida de alguns clientes (na sua maioria são estudantes) vítimas de torturas, disse a VEJA como as torturas — ou mesmo os rumores persistentes de torturas — podem prejudicar até o ritmo de desenvolvimento do país: "O processo de tortura é como uma indústria de desajustados. Cria um clima de terror que age sobre todas as pessoas, inclusive sobre aquelas que nem têm um envolvimento político. Acentua sintomas e idéias de perseguição. Gera apreensão, expectativa, quase que um

pânico generalizado. Cria-se um clima de ansiedade que a gente percebe no ar. E esse clima acaba transportando-se para outras áreas não especificamente ligadas ao aspecto político, interferindo na produtividade e relacionamento familiar".

Como Garrastazu Medici é o presidente da Revolução que quer "construir e não reprimir", como é o homem que pretende lançar as bases para o "Brasil Grande", para uma pátria mais generosa no ano 2000, ele iniciou a inevitável campanha contra as torturas, contra o clima de "ansiedade" passível de ser percebido no ar. Mas como as torturas não existem apenas porque existem homens maus, e geralmente desenvolvem-se porque encontram sociedades com grandes problemas, o General Garrastazu Medici não extinguirá as torturas por um decreto. Ele terá de lutar contra os campos férteis e contra as sementes prontas para a tortura. "Combater as condições que favorecem as torturas, mais do que iniciar inquéritos contra os torturadores", é a sua tarefa principal, diz o advogado Modesto da Silveira. "O governo deve antes de tudo restabelecer o direito multissecular do habeas corpus, sem o qual as garantias individuais são mera letra morta. Deve favorecer o desenvolvimento de uma plena e séria liberdade de imprensa, para que os fatos que ocorrem no país se convertam em informações e denúncias seguras e permanentes. Deve criar as condições de segurança e de diálogo necessárias ao estabelecimento de um Estado democrático."

Uma série de outros advogados pede também o fim da incomunicabilidade dos presos, para que os advogados possam constatar imediatamente as marcas muitas vezes sutis e não permanentes da tortura. Não é uma caminhada fácil: um presidente, como Creonte, deve velar pelo destino de sua cidade, deve preocupar-se com sua segurança. Mas a maioria dos homens de bem de sua cidade estará disposta a caminhar com ele. Desde que ele se mantenha firme na disposição de tratá-los como propõe Antígona, que preferia o amor em lugar do ódio.

As histórias e as suas provas

"Muitas são as penas dos que trocam o Senhor por outros deuses."

Salmos de Davi, capítulo 16

Leiben Kuperman, um dos dois funcionários encarregados da cerimônia de purificação do cadáver, no Cemitério Israelita do Butantã (São Paulo), vestiu o corpo de Chael Charles Schreier, 23 anos, com o manto tradicional. Chamou os parentes designados para carregarem o caixão e leu então os Salmos de Davi. Depois, uma reza encomendando paz para a alma do morto. Nem Leibén — com sua referência aos possíveis deuses de Chael — nem qualquer um dos presentes estavam julgando as penas cabíveis ao morto ao trocar o Deus de seus amigos e de sua família por outros deuses. Nos enterros não se julgam os mortos. E foi assim na quarta-feira do dia 26 de novembro, às 4 horas de uma tarde de sol, quando o caixão foi levado



Chael: prêso vivo e sôlto morto



Lins: o "aparelho"



DOPS: a prisão



IML: a autópsia

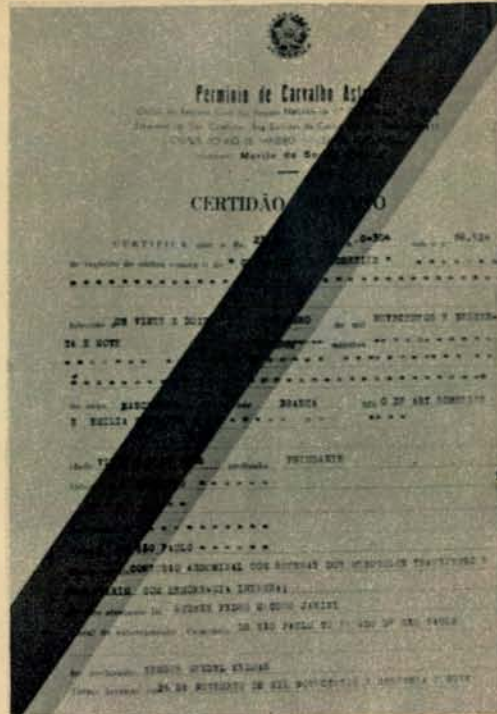
através da alamêda de pinheiros até a sepultura 136, quadra 49, uma das quatro compradas por seu tio às pressas, no dia anterior.

A opção trágica — Os cinquenta ou sessenta acompanhantes do enterro, parentes e antigos colegas da Faculdade de Medicina da Santa Casa, que Chael abandonou quando deveria cursar o terceiro ano em princípios de 1969 para aderir à violência, não julgavam o terrorista Chael da Vanguarda Armada Revolucionária, grupo Palmares, chefiada pelo ex-Capitão Lamarca. Os que o conheceram na rua em que morava, no bairro da Aclimação, também não julgavam o rapaz gordo e alto, geralmente simpático e bonachão, que trocara a existência cheia de amigos e perspectivas de auto-realização pela vida dos assaltos criminosos, das operações de terror e das noites mal dormidas que lhe consumiram 30 quilos de peso e deixaram no seu rosto linhas carregadas e na sua mente jovem a decisão externa de não se deixar capturar vivo. Ari Schreier, 57 anos, o pai de Chael, e Emília Brickman Schreier, 49 anos, sua mãe, também não julgavam o filho único que há um ano abandonara a casa, desaparecendo para sempre e recusando os últimos apelos de ao menos terminar o curso de Medicina ou então de viajar para o exterior.

No enterro de Chael, onde as pessoas não se falavam e mesmo amigos íntimos evitavam os cumprimentos e procuravam não estar juntos, não se julgava o caminho de Chael quase igual ao de outros estudantes que aderiram ao terrorismo. Chael havia sido do MUD — Movimento Universitário de Desfavelamento — e, depois de uma prisão em setembro do ano passado em São Paulo, fez a opção trágica pelo terror. Ao som gutural do Kadish, a reza judaica pela alma dos mortos, dito por seu pai em meio a soluços e à discreta ajuda do rabino, estavam em julgamento certas formas de aplicação da justiça brasileira e métodos empregados para combater o terrorismo. As circunstâncias estranhas de sua morte levavam a crer que o caso Chael era a primeira prova

real de morte violenta durante um interrogatório policial. Na terça-feira da semana passada, seis dias após o enterro, o "Jornal da Tarde", de São Paulo, publicava o atestado de óbito de Chael, datado do dia 22 (dia seguinte à sua prisão, noticiado em detalhes pelos jornais sem qualquer menção a ferimentos recebidos). Causa mortis: "contusão abdominal com ruptura do mesocólon transverso e mesentérico, com hemorragia interna". Através da hermética linguagem médica, a cena que levou Chael à morte, e que talvez nunca seja desvendada, transparecia com suficiente clareza. O dicionário Caldas Aulete define contusão como "lesão produzida nos tecidos pela pancada de corpo duro sem que haja rompimento da pele". (O médico Marco Segré, professor de medicina legal, explica o que pode causar tal contusão: atropelamentos, quedas acidentais violentas, pauladas, pontapés, etc.) A denúncia foi a primeira de uma avalanche que durou toda a semana. O advogado Leopoldo Heitor, preso durante duas semanas no DEOPS de São Paulo, citou publicamente nomes de torturados e torturadores; a Ordem dos Advogados do Brasil denunciou arbitrariedades na prisão de três advogados e outros casos começaram a chegar às redações dos jornais. O Centro Acadêmico XI de Agosto de São Paulo (Faculdade de Direito) anunciou ter uma lista de quarenta pessoas torturadas ou tratadas de forma ilegal. De todas estas histórias e denúncias, três eram particularmente trágicas. E, de todas elas, a de Chael é a mais dramática.

Na pista de Lamarca — O "aparelho" dos terroristas Chael Schreier, Maria Auxiliadora Montenegro e Antônio Roberto Spinoza pode ter sido encontrado com a ajuda do economista Antônio Alves, filho do proprietário da casa da Rua Aquidabã, 1053, em Lins de Vasconcelos (GB), intrigado pelo pouco movimento na casa. Pode também ter resultado de um paciente e longo trabalho da polícia política carioca, empenhada em levantar todos os imóveis alugados em depósito de três meses (opção apre-



sentada pelas companhias imobiliárias para quem não tem fiador). De uma forma ou de outra, o trabalho detetivesco não diferiu muito da minuciosa rotina já estabelecida para o desmantelamento do terror. Um informante da DOPS passou vinte dias na casa vizinha (pertencente ao mesmo proprietário) vigiando os passos dos três terroristas, dos quais Maria e Spinoza se diziam casados. Na sexta-feira, dia 21 de novembro, as suspeitas se confirmaram e à noite foi organizada uma batida policial chefiada pelo comissário Brito, pelo inspetor Vasconcelos e mais onze policiais dirigidos pelo detetive Antero. A casa foi cercada e Maria Auxiliadora, ao atender ao toque de campainha, foi logo presa. Chael e Spinoza resistiram a tiros no andar superior e só se entregaram quando a munição acabou e as nuvens de gás lacrimogêneo os obrigaram a sair. Primeiro Spinoza, de braços levantados, e depois Chael, com um lenço no nariz para se proteger contra os gases. Da Rua Aquidabã foram levados à DOPS carioca, bem no centro da cidade, onde a polícia constatou que os presos eram muito importantes. Spinoza, que disse chamar-se Mauro, e Chael, que deu o nome falso de Joaquim, eram terroristas de confiança do grupo de Lamarca e suas fotografias estavam nos cartazes distribuídos em todo o país. Na mesma madrugada, à 1h30, os três e mais o material encontrado no "aparelho" foram levados ao quartel da Polícia do Exército na Vila Militar, em Marechal Deodoro, subúrbio do Rio de Janeiro, sob a responsabilidade do Ca-

À noite (dia 21), a captura em Lins. De madrugada (22), as etapas: identificação na DOPS, entrega à Polícia do Exército (1h30), entrada, já morto, no Hospital do Exército, e autópsia no IML. A família só soube dia 25



CARLOS NAMBA

pitão João Luís. Ainda nessa mesma madrugada de sábado, poucas horas depois, o corpo de Chael dava entrada no Hospital Central do Exército, em Benfca. O General-de-Brigada Galeno de Penha Franco, médico diretor do Hospital Central do Exército garante que Chael deu entrada no hospital já morto e que o envio do corpo foi apenas uma formalidade, uma vez que provinha de unidade militar. Cumprida a formalidade, o corpo foi enviado ao Instituto Médico-Legal, na Avenida Mem de Sá, para ser autopsiado pelo médico Rubens Pedro Macuco Janini, o mesmo que, finalmente, assinou o atestado de óbito. No Instituto Médico-Legal o corpo de Chael foi ainda embalsamado, providência cara e pouco comum, talvez pela necessidade de preservá-lo caso fosse sepultado em São Paulo e nada foi cobrado à família, três dias depois, na terça-feira à tarde, quando Emília Brickman Schreier e Ari Schreier, os pais, tomaram conhecimento, perplexos, de que o filho estava morto.

Notícia de jornal — Quando a primeira notícia da prisão de Chael foi publicada pelos jornais cariocas, na edição de domingo, ele já estava morto. Mas os jornais o davam como vivo, contavam detalhadamente a prisão, a resistência até o último tiro e não falavam em qualquer ferimento leve ou grave. Ao contrário: segundo o "Jornal do Brasil", os terroristas procuravam enganar a polícia fornecendo pistas falsas, Maria resistia aos interrogatórios e, finalmente, alguns nomes de comparsas teriam sido

encontrados no caderno camuflado num móvel. Nesse dia, domingo, os pais de Chael recebem telefonema de um parente no Rio, contando o que diz o "Jornal do Brasil". Emília e Ari vão para o Rio de avião na mesma tarde e instalam-se provisoriamente na casa dos parentes. Começam então suas longas manobras para ver o filho, que não sabem já estar morto. As evasivas, a incerteza e a angústia em nada diferem de tantos casos semelhantes. Os truques, até ingênuos, usados pelos pais de Chael, também já fazem parte da crônica desses dias de combate ao terrorismo, onde a incomunicabilidade dos presos torna impossível uma visita ao prisioneiro nos primeiros dias e às vezes nas primeiras semanas da detenção. Emília e Ari procuraram a ajuda de um major conhecido da família para saber como estava o filho. Através do major, sempre pelo telefone, conseguiram chegar a um coronel. Na segunda-feira, recebem a primeira ligação. "Certamente seu filho deve estar bem e farei o possível para que possam vê-lo", diz o major. Emília e Ari planejam ficar no Rio até que termine o processo, para aproveitar melhor os horários de visitas ao filho único. Chegaram a procurar um quarto para alugar e entraram em contato com advogados. Os jornais continuavam dando detalhes da prisão e "O Globo" informa que os três estão presos na Polícia do Exército, Vila Militar. Na terça-feira mais notícias nos jornais: os três continuam recolhidos, e com base em suas informações outro "aparelho", no bairro do Leblon, é desmantelado. Os contatos entre os pais de Chael e seu amigo militar continuaram até esse dia, e à tarde, às 15h30, são informados de que Chael está morto e o corpo pode ser reconhecido e retirado no Instituto Médico-Legal, sendo o reconhecimento praticamente desnecessário dada a coincidência das fichas datiloscópicas com as enviadas pela polícia paulista. O papel desempenhado pela imprensa carioca no caso Chael é outro mistério de difícil compreensão. De quem recebiam os repórteres as informações sobre o comportamento de um vivo que já estava morto? Por que só na quinta-feira, um dia de-

pois da transferência do cadáver, providenciada pela família em avião comercial, foram publicadas notas sobre a sua morte ocorrida no sábado anterior? E por que nessa quinta-feira, pela primeira vez, o "Jornal do Brasil" fala que Chael teria chegado à polícia, na noite da prisão, com a camisa manchada de sangue? Há apenas uma hipótese sobre a origem de notícias sobre presos in-comunicáveis: vêm da própria polícia.

A purificação — O corpo chegou no Aeroporto de Congonhas em São Paulo às 14h15, pouco depois dos pais de Chael, e foi levado diretamente para o cemitério israelita, no outro extremo da cidade. Na Faculdade de Medicina da Santa Casa, os antigos colegas e professores foram avisados por telefone e cerca de dez acompanharam o sepultamento, sendo mais tarde chamados à polícia para esclarecer suas relações com o morto (na última sexta-feira os convites para prestar esclarecimentos continuavam, atingindo já vinte pessoas, inclusive sete professores, e não se restringiam aos que foram ao enterro, sendo as últimas inquiries feitas pela Operação Bandeirantes, no quartel do Exército da Rua Tutóia).

O caixão foi aberto com dificuldade, talvez porque as pessoas que o fecharam não conheciam o ritual judaico da purificação no cemitério. Com marcas de autópsia, costuras no tórax e nas pernas, e sinais de sangue no nariz, o corpo tinha ainda manchas roxas no rosto e na barriga. Um dos primos de Chael, ao sair da sala de purificação falou: "Ele apanhou como um cavalo". Nesta frase parece estar resumida dramaticamente a história das horas passadas por Chael enquanto prês. Por enquanto, a frase também encerra a história até que uma possível investigação do Ministério da Justiça a reabra.

O que não apanhou — A segunda história da tortura não é de violência física. Na semana passada, um repórter de VEJA tomou um táxi-aéreo, e numa pequena cidade do interior do Paraná entrevistou o dentista José Luís Andrade Maciel, de São Paulo, prês a 12 de



*Maciel e Adelaide:
como confessar
a morte de um americano
de quem nunca
tinham ouvido falar?*

outubro do ano passado sob a suspeita de participação no assassinio do capitão americano Chandler, acontecido no mesmo dia pela manhã. O relato do dentista e de sua mulher, ambos inocentes, é o retrato da tortura psicológica e de seus efeitos permanentes.

No dia 11 de outubro José Luís completava 33 anos e ao entardecer fechou seu consultório no centro de São Paulo. Em seguida, com sua mulher Maria Adelaide e o filho de dois anos, saiu para passear em casa de amigos no interior paulista. Dormiu num hotel em São Carlos e na manhã seguinte seguiu para Jales, a 170 quilômetros da capital, em seu Volkswagen 63, cor pérola, placa 21-67-29. Estava havia poucas horas em Jales quando foi detido por agentes do DEOPS e então ouviu, pela primeira vez, o nome Chandler. Uma testemunha indicou o carro usado no crime: Volkswagen 63, placa 21-67-29.

O dentista aceitou ser levado para São Paulo, supondo que estaria livre do aborrecimento no dia seguinte. Estava enganado. Para ele apenas começava uma longa história de violências policiais que o levariam a abandonar São Paulo definitivamente e retirar-se para a pequena cidade do interior paranaense. José Luís ficou oito dias preso no DEOPS em cela incomunicável e durante todos esses dias foi interrogado pelos policiais. Não o deixavam dormir. Quando voltava da sala de interrogatórios para a cela não chegava a pegar no sono porque as perguntas recomeçavam: "Onde você conseguiu a metralhadora? Por que se preocupou em guardar comprovantes de despesas?" As provas de inocência, os comprovantes, eram transformados em provas da extrema perfídia do suspeito. No quarto dia de prisão, Maciel foi levado algemado para São Carlos, onde ficou provado que ele passara ali a noite de 11 para 12 de outubro. Apesar disso, continuou sendo interrogado pelo DEOPS paulista durante mais quatro dias. Quando foi solto estava magro, tonto e doente. "Saí de lá com anemia profunda, não

me deixavam dormir e a comida era péssima. Foi pior que apanhar", diz Maciel, que era chamado de "dentista-metralhadora" e considerado o preso mais "quente" do DEOPS. Maciel, que ganhava 3 000 cruzeiros novos por mês com seu consultório, enfrentou então mais um problema comum aos que passam por uma prisão arbitrária: perdeu toda a clientela devido ao noticiário dos jornais e começou a apresentar problemas psicológicos, que se acentuariam depois. Sua mulher, Maria Adelaide, hospedou-se na casa de uma amiga porque um parente receoso recusou-se a recebê-la. Estava no sexto mês de gravidez e sem poder falar com o marido. Seis policiais do DEOPS a interrogaram por oito horas. "Ofenderam-me e quase perdi a criança que só nasceu em fevereiro no Hospital do Exército em Curitiba." Adelaide, agora com 22 anos, filha de um tenente do Exército que mora em Curitiba, sofreu uma cesariana e não pode mais ter partos normais. Quando foi libertado e se fixou em Santos, o dentista recebeu ordens de manter a polícia informada sobre seus movimentos. Até dezembro avisava o DEOPS toda vez que ia a São Paulo. Finalmente fechou o consultório e foi a Curitiba com a esposa para visitar o sogro, acabando por optar pelo isolamento num município de menos de 15 000 habitantes ("quanto mais longe melhor"). Mas nem chegou a trabalhar. Crises nervosas (alucinações, idéias de perseguição policial) levaram-no a quarenta dias de internamento numa clínica psiquiátrica. Só em abril começou a clinicar. Maciel, porém, vai se submeter a novo tratamento (com choques elétricos e medicamentos), porque os sintomas nervosos estão voltando.

"Eles estragaram nossa vida", diz Maria Adelaide, que apesar do desejo do marido de esquecer tudo, mantém-se decidida a exigir indenização ao governo. Uma audiência conseguida por seu pai, em abril, com o Ministro Gama e Silva não deu qualquer resultado: a carta que o marido enviou, como ficara acertado, não foi respondida. Adelaide afirma que agora vai

recorrer ao novo ministro da Justiça.

A resma de casos — As histórias de Chael e de Maciel e sua esposa Adelaide são apenas duas entre dezenas de outras que VEJA pesquisou desde que o Ministro da Justiça Alfredo Buzaid e o Presidente Garrastazu Medici expressaram a intenção de impedir qualquer forma de tortura ou arbitrariedade. De todas as sucursais chegaram relatos coletados especialmente em redações de jornais, relatos que se enquadram em níveis variáveis de atrocidade, desde casos extremos como o de Chael, até a simples pressão psicológica como a sofrida por Maciel e que o levou a um trauma psíquico permanente. Muitos desses casos podem estar errados em detalhes, e mesmo em detalhes importantes, mas são, evidentemente, casos de tortura. Serão agrupados num dossiê e enviados ao ministro da Justiça. A incomunicabilidade dos presos e a tendência natural ao exagero, quando as notícias são impedidas de divulgação aberta, certamente são responsáveis por alguma distorção como a desta terceira história selecionada numa série grande de relatos. O estudante Paulo de Tarso Wenceslau, preso em São Sebastião e levado para São Paulo, foi dado diversas vezes como morto pelos jornais. Dizia-se também que estava sem dentes, sem unhas, que teria sido castrado. Um jornalista (sóto depois, com atestado provando sua inocência) esteve com Paulo de Tarso na mesma cela, na sede da Operação Bandeirantes, e contou como o viu: "As mãos semiparalisadas devido aos longos períodos no paude-arara, os pés machucados e a língua cortada na parte superior, do lado esquerdo; estava em carne viva e ele não podia mastigar. Ficou sem comer pelo menos três dias. Os carcereiros encarregados da comida separavam o caldo do feijão e Paulo fazia força para engolir. Isto uma vez por dia, às 19 horas, quando é servida a única refeição. Paulo só parou de apanhar quando confessou onde estava seu 'aparelho'".

A impotência diante da força

Nas épocas de violência, o cidadão comum parece sentir-se paralisado e impotente diante da autoridade que dispõe e pode usar da força física. Para o "pele grossa", o homem anônimo que nunca aparece nos jornais, expressões como "os direitos inalienáveis da pessoa humana" às vezes soam como meras fórmulas distantes da realidade. E, nestes tempos de exceção, esse cidadão vê o policial não como o guardião de sua segurança, mas como o que pode espancá-lo sem que nada aconteça. Entretanto, quando a vítima de um desses espancamentos é um "pele fina", uma figura de projeção, a notícia vai para os jornais. É nesses momentos que a opinião pública tem oportunidade de refletir sobre os chamados direitos inalienáveis do homem. Algumas histórias ocorridas na semana passada — que para os "peles grossas" não foi pior nem melhor que muitas — serviram de motivo para essa reflexão. A primeira envolve o gaúcho Thomas Koch, 24 anos, várias vezes campeão internacional de tênis pelo Brasil. "Estou mais lento que desfile de paraplético", dizia Thomas, em Porto Alegre, preparando-se para participar, na capital gaúcha, de um torneio contra os checos Milan Holcsek e Jam Kodes. Enquanto treinava, mostrava um arranhão de quatro centímetros no lado esquerdo do rosto, hematomas azulados nas pernas, nos braços e no peito. Eram marcas dos espancamentos que sofreu da polícia gaúcha sábado passado, em Santa Cruz do Sul, uma cidadezinha de 30 000 habitantes, a 220 quilômetros de Porto Alegre. Thomas Koch e o campeão gaúcho de tênis Ricardo Bernd, vinte anos, ali se apresentaram na tarde do dia 30 de novembro para a inauguração das novas quadras do Tênis Clube Santa Cruz. Depois do jogo, Thomas e Ricardo foram para o hotel tomar banho e trocar de roupa. Às 20h30, no Chrysler GTX dirigido pelo pai de Ricardo, quiseram voltar ao Clube. Estava escuro e eles não achavam o caminho. Na rua principal de Santa Cruz, àquela hora quase sem movimento, pararam e pediram orientação. Nesse momento, passou por eles uma Kombi, placa particular, e de dentro alguém gritou: "Tirem o carro do meio da rua, seus vagabundos". Thomas e seus amigos não deram importância. Dois quarteirões adiante, perto da praça principal, a Kombi os estava esperando. Um homem fazia-lhes sinal para parar. Pararam, pensando que fosse alguém do Tênis Clube (já tinham esquecido o incidente). O homem dirigiu-se diretamente a Thomas

Koch: "Desce do carro, cabeludo". Thomas cultivava uma cabeleira de 30 centímetros, que lhe cai nos ombros. Koch se surpreendeu: "Mas o que há?" "O que há é que eu sou da polícia e vocês estão multados", respondeu o homem, mostrando a carteira: Miguel Archanjo Pozzobom, escrivão da Delegacia de Polícia de Santa Cruz do Sul. O pai de Ricardo, Flávio Bernd, 45 anos, duvidou: "Deixa ver os documentos". "Meu documento maior é este", e sacou o revólver. "Desce



Koch: e se fosse um "pele grossa"?

todo mundo do carro, já disse." Nesse momento, Koch e seus amigos já estavam cercados por mais de dez praças fardados da Brigada Militar. Começaram a chamar Thomas de "cabeludo sem vergonha" e "maconheiro". Ai o escrivão Pozzobom resolveu dar um empurrão no tenista.

Foi o começo do espancamento. Agarraram Koch pelos cabelos e o arrastaram pela rua até a Delegacia que fica perto da praça principal. No caminho, Thomas foi recebendo pontapés, socos e borrachadas. Na Delegacia foi atirado no xadrez, junto com um marginal que estava dormindo num colchão, a única peça existente na cela nua. Koch e seus amigos ficaram presos hora e meia e só foram libertados depois que alguém avisou o presidente do Tênis Clube. Thomas não consegue explicar as razões do incidente. "Parece um pesadelo, daquelas que quando a gente acorda chega

a rir. De qualquer forma, acho até bom ter acontecido conosco. Talvez disso tudo resulte a punição e o afastamento desses maus policiais. Serão dois a menos dos muitos que usam a autoridade para maltratar gente simples e que nunca chegou a ser notícia em jornal." Ao dizer isso, Koch devia estar pensando no homem comum, criminoso ou não, o "pele grossa" que não tem para quem apelar ao ser vítima da violência. Ainda na semana passada, uma operação conjunta das polícias do Estado do Rio e de Niterói, contra os traficantes de entorpecentes, resultou na matança de três pessoas. A operação começou com a caça ao bandido "Rucinho", culminando com a morte do PM Antônio Vitalino no Morro do Estado, em Niterói. Na madrugada do dia 3, foi à procura de um companheiro de "Rucinho", o maconheiro e ladrão Deraldo de Oliveira, o "Dedinho".

Os policiais cercaram o barraco de "Dedinho", mas ele reagiu a bala, aparecendo na porta com duas crianças ao colo e a mulher ao lado. Sempre atirando, feriu o comissário Juarez Lisboa. Na confusão, "Dedinho" conseguiu fugir. Quatro horas depois, a polícia foi avisada que três cadáveres haviam sido encontrados na Estrada Velha da Figueira, em Maria Paula: duas mulheres e um homem. Os três cadáveres tinham furos de bala de grosso calibre e o homem apresentava sinais de enforcamento. Todos pertenciam à quadrilha de "Rucinho".

Êsses não são casos isolados. Em São Paulo, o delegado Antônio Roberto Neto, do 22.º Distrito Policial, prendeu três homens suspeitos de terem roubado um relógio. Antes mesmo de levá-los à vítima do roubo, para a identificação, cobriu os três de pancadas. Depois, resolveu conduzi-los à vítima. Resultado: eles não eram os ladrões, mas já tinham apanhado de cassetete. Na Guanabara, Estado do Rio, Espírito Santo e Baixada Santista (SP), os "esquadrões da morte", integrados por policiais, espalham o terror entre os marginais, fazendo justiça pelas próprias mãos. A simples existência desses esquadrões semi-oficializados, associada aos outros sintomas de violência utilizada como instrumento normal de repressão, constitui uma ameaça para as próprias instituições jurídicas brasileiras. É uma situação que poderá refletir-se sobre o homem comum, deixando-o paralisado e inerte diante da força. E como construir uma nação democrática sobre homens transidos pelo medo?

BRASIL

*Desta vez a Revolução
quer acertar. O
Presidente Garrastazu
Medici é quem vai
comandar a política*



OS NOVOS VELHOS LÍDERES

Mais uma vez a Revolução procura encontrar, no Congresso Nacional, representantes dispostos a sustentar, incondicionalmente, seus propósitos e suas realizações. Os governos revolucionários sempre alegaram que uma definitiva abertura democrática dependeria, em grande parte, do comportamento dos homens do Legislativo, de sua capacidade de dar cobertura ao governo, em qualquer circunstância e a qualquer preço.

Talvez por ter aprendido a lição do fracasso dos seus antecessores, o General Garrastazu Medici age diferentemente deles. Parece disposto a exercer, pessoalmente, não apenas o comando da atividade política do partido da Revolução, a Arena, mas também o comando da própria atividade parlamentar. Os líderes, alguns já escolhidos, outros ainda a escolher, serão executores de decisões tomadas pelo presidente; certamente eles ajudarão a decidir, mas não decidirão por conta própria, em nenhuma hipótese — pelo menos até que o seu comportamento e o comportamento das bancadas da Arena possam merecer plena confiança revolucionária.

Os novos homens — Os novos líderes políticos escolhidos pelo General Garrastazu Medici não são tão novos assim, mas representam a garantia de que o comando não lhe será usurpado. Assim, Filinto Muller foi confirmado na liderança da bancada do Senado: obtida a certeza de que as portas do Palácio estarão sempre abertas para ele, o senador mato-grossense não tem dado um passo ou pronunciado uma palavra sem antes ouvir o presidente da República. E quando este, dando dimensão nunca vista ao

seu poder de decisão na área parlamentar, escolheu o velho Senador João Cleofas (69 anos) para a presidência do Senado, passando por cima dos tradicionais entendimentos que já iam em curso, Filinto apressou-se em defender e justificar o comportamento do general.

Cleofas surgiu liderando a UDN de Pernambuco, logo após a redemocratização, em 1945. Essa liderança ele a perderia para elementos mais atuantes, depois de três tentativas frustradas de chegar ao governo do Estado. Escolhido para a presidência do Senado, depois de muitos anos de ostracismo, ele apenas atende às reivindicações regionais do Nordeste, que não possuía nenhum cargo de importância no novo governo revolucionário. Rondon Pacheco na presidência da Arena e Geraldo Freire na presidência da Câmara, ambos oriundos da UDN mineira, também são homens sobretudo capazes de cumprir missões e executar tarefas, sem contestar a liderança de que elas emanam. Falta ao Presidente Garrastazu Medici, no momento, escolher o líder na Câmara dos Deputados. Raimundo Padilha, o mais credenciado intelectualmente para a função, parece encontrar resistências exatamente porque se dispôs a contestar o poder de o presidente colocar Rondon Pacheco simultaneamente na presidência da Arena e na presidência da Câmara. Todos os contestadores são mal vistos, no momento.

Nenhuma delegação — Nenhum desses homens recebeu do presidente qualquer delegação de poderes para a execução dessas tarefas. Eles serão os executores da política presidencial e, para que não errem no cumprimento de suas missões, podem avistar-se a qualquer momento

com o General Emilio Garrastazu Medici. Por estranho que pareça, é exatamente essa hipertrofia da ação política do presidente que mais faz com que os parlamentares confiem no êxito dessa nova tentativa de normalização da vida institucional. O Marechal Castelo Branco, quando presidente, limitava-se a coordenar o trabalho parlamentar com algumas figuras de sua confiança pessoal (Krieger e Pedro Aleixo, principalmente). O Presidente Costa e Silva preferia esperar que o Congresso agisse de acordo com seus desejos, sem coordenar coisa alguma.

Nenhum deles teve sucesso. Ambos foram surpreendidos por reações inesperadas, em momentos dos mais delicados. Dedicando-se pessoalmente à coordenação político-parlamentar, o Presidente Garrastazu Medici garante-se contra reações e surpresas semelhantes. E assim estará contribuindo para que o Congresso se firme no conceito da Revolução. A análise é dos políticos da Arena. Mas a mesma confiança é manifestada pelos homens do MDB, que reconhecem ter o governo montado, com apenas dois atos (o reconhecimento da necessidade de um Congresso atuante e a realização de eleições municipais), o mais poderoso dispositivo democrático já formado pela Revolução. E, como o presidente, que procura desarmar os espíritos revolucionários em relação ao Parlamento, os dirigentes oposicionistas procuram obter o mesmo desarmamento em relação ao seu partido. "Tanto entre os militares como entre os civis", diz o Deputado Adolfo de Oliveira, "ainda existem os que nos vêem como aliados inocentes de movimentos extremados. Esta imagem falsa tem de ser apagada."

Diplomacia

NOSSA BOMBA DIFÍCIL

O Brasil tem condições de ter suas bombas nucleares? No campo diplomático, a resposta é: tem, ainda. O Brasil (junto com Israel, Índia, França, Argentina) é um dos poucos países que não assinou o TNP — Tratado de Não-Proliferação das Armas Nucleares, acôrdo patrocinado pelos EUA e URSS, pelo qual nações ainda não nucleares desistem de construir suas bombas. Mas manter a oposição ao TNP não tem sido fácil. Neste mês, com dois grandes companheiros deixando suas fileiras (a Alemanha assinou o TNP, o Japão vai assinar), o Brasil ficou parcialmente sem retaguarda em sua posição. Para nossa diplomacia, a "deserção" da Alemanha (com a qual o Brasil pensava trocar tóquio por reatores especiais) representa um choque sério. Mas não decisivo. "Seria mais grave se a Argentina assinasse, porque poderia arrastar o Brasil e nós arrastaríamos fatalmente a Índia", disse um diplomata. Mas o Brasil não vai ceder. Pelo menos, não facilmente: pois sua posição diplomática é também uma posição militar, que já havia sido demoradamente estudada pelas Forças Armadas. O novo Chanceler Mário Gibson, antigo profissional da diplomacia (trinta anos de carreira), substituiu as entrevistas semanais do ex-Ministro Magalhães Pinto no Rio pelo silêncio quase absoluto do magnífico Palácio dos Arcos em Brasília, mas não fez mudanças substanciais neste aspecto da política externa. "O Brasil não mudou sua posição na questão nuclear", diz oficialmente o Itamarati. O Brasil continua achando que o TNP limita o nosso desenvolvimento futuro: as bombas poderão ser usadas também para obras de engenharia dos solos, como a

construção de represas e portos, e em explorações minerais. De qualquer forma, os diplomatas brasileiros mantêm-se vigilantes na análise da convicção anti-TNP da Índia e Argentina, seus aliados precários nestas fileiras de candidatos à bomba. Se um desses países mudar sua posição, o Brasil poderá vir a ser obrigado a discutir as condições em que terá de assinar o tratado. Nos meios diplomáticos brasileiros já se admite que "assinar (que é um ato feito por representante diplomático) não significa nada, pois o importante é a ratificação da assinatura (pelo Congresso Nacional)".

Com menos de um mês de Ministério e antes de ter completado sua equipe de assessores, o Chanceler Mário Gibson já tem outra preocupação tão séria quanto a bomba: a próxima reunião do CIES (Conselho Interamericano Econômico e Social, órgão da Aliança para o Progresso), cujas reuniões anteriores praticamente provocaram a viagem e o relatório Rockefeller e, conseqüentemente, o discurso e a nova política de Nixon para a América Latina. Na semana passada, Gibson apresentou a Garrastazu Medici um relatório sobre o encontro realizado recentemente em Washington para preparar a reunião do CIES em Caracas, em fevereiro. A delegação brasileira foi chefiada pelo Embaixador Lauro Escorel (traduziu para o português "An American Tragedy" de Theodore Dreiser), que regressou diplomaticamente mudo. Mas já se sabe pelo menos um fato importante dessas preliminares: as posições de latino-americanos de um lado e EUA de outro estavam ainda muito tensas e separadas. No encontro dos embaixadores (o próximo será em nível de ministros de Estado) é que ficou decidido adiar a reunião de Caracas para fevereiro: a delegação americana presidida pelo Subsecretário Charles Mayers não se mostrou disposta a negociar sob pressões das exigências latino-americanas.



Gibson: praticamente, duas bombas



Escorel: diplomaticamente, um mudo

Novos Comandos

OS GENERAIS DA VILA

Somente pela falta de uma pequena explicação — não se disse que o Comando da 1.^a Divisão de Infantaria significa o Comando da Vila Militar, a mais importante concentração de tropas do Exército brasileiro —, a notícia da exoneração do General Dutra de Castilho e sua substituição pelo General Fritz Manso no Comando da 1.^a DI, nos jornais da última segunda-feira, não ganhou as primeiras páginas como um dos principais fatos do dia. Na verdade, a importância desse comando transformou seus ocupantes em figuras históricas, ligando-os aos principais episódios militares que abalaram a nação.

Todas as vezes que o poder político está em crise, a primeira pergunta que se faz é sobre a Vila Militar: "Como é que estão os militares da Vila?" No subúrbio carioca, entre Deodoro, Marechal Hermes, Realengo e o Campo dos Afonsos — a Vila Militar tem a sua própria prefeitura com orçamento superior a muitas capitais brasileiras, como Maceió, Natal e Florianópolis. É a sua concentração de tropas, em condições de facilmente assumir o controle do Estado da Guanabara e da Baixada Fluminense, que sempre deu aos pronunciamentos dos seus comandantes — principalmente depois da Revolução de 1964 — uma importância decisiva. Diz-se que a "Vila é o termômetro do pensamento do Exército". E o General Dutra de Castilho foi seu eficiente porta-voz. Em dezembro de 1968, a opinião da Vila Militar teve papel decisivo exigindo o AI-5.

Foi o então Coronel Dutra de Castilho quem depôs o ex-Governador Miguel Arraes, em 1.^o de abril de 1964, tomando a iniciativa de invadir o Palácio das Princesas, no Recife, e, sem explicações, levar o governador preso a um quartel. Dutra de Castilho não suportou a demoira com que se discutia uma fórmula jurídica que possibilitasse o afastamento de Arraes. Foi assim um dos primeiros a romper revolucionariamente com a ordem jurídica vigente. O novo comandante da Vila, General Fritz Manso, comandou o Corpo de Bombeiros da Guanabara no Governo Lacerda (o secretário de Segurança era o atual comandante do I Exército, General Syzeno Sarmiento) e é um dos mais famosos atletas e instrutores do Exército brasileiro. Escolhido pessoalmente pelo General Orlando Geisel, ministro do Exército, caberá ao General Fritz executar na Vila Militar o plano de maior profissionalização e reequipamento do Exército, defendido pelo Ministro Geisel.



Israel e Alkmin: o pêso do passado

Minas Gerais

A DURA ADESAO DE ISRAEL

Israel Pinheiro, o governador mais velho do país (74 anos em janeiro próximo), iniciou na semana passada as manobras para renovar seu secretariado, o secretariado mais velho do país (média de idade, 58 anos). No momento em que o

presidente anuncia a disposição de renovar os homens e os métodos na vida política brasileira, o esforço do governador de Minas parece mais uma tentativa de acertar o passo com a Revolução, uma tarefa que não lhe tem sido muito fácil desde que se elegeu em 1965, apoiado em forças aparentemente anti-revolucionárias.

Com os novos secretários, que pretende escolher entre gente jovem*, de ouvidos atentos às palavras do novo presidente, Israel procura livrar-se de uma espécie de pêso morto que dificulta sua aproximação revolucionária: os velhos políticos mineiros do seu secretariado, matreiros e hábeis nas conversas ao pé do ouvido, mas totalmente fora de moda para esta época de mudanças.

O "secretariado da saudade" (como é conhecido em Minas por causa do famoso tripé José Maria de Alkmin, da Educação, Ovídio de Abreu, Fazenda, e João Franzem de Lima, Interior, todos com mais de setenta anos) tem custado a Israel Pinheiro um enorme desgaste político.

Entrar no ritmo das transformações que exige a troca desses velhos políticos por

* A primeira destas substituições, feita por sugestão do Ministro Delfim Netto: Francisco Schettini, jovem economista, diretor de Rendas do Estado de Minas Gerais, vai para a Secretaria da Fazenda, no lugar de Ovídio de Abreu.

jovens sensíveis aos novos tempos não é tarefa fácil para o governador de 74 anos, principalmente devido aos compromissos assumidos por ele há quatro anos, durante a campanha para governador do Estado.

Ritmo de Brasília — "Minas em ritmo de Brasília", era a promessa do candidato Israel Pinheiro, em 1965, com o apoio do ex-PSD, do ex-PTB, e, principalmente, das forças juscelinistas descontentes com a cassação e suspensão dos direitos políticos do ex-presidente. Quatro anos depois da posse, o ritmo de Brasília (veja quadro abaixo), que fez de Israel Pinheiro personagem internacional, não se fez sentir. E Minas atravessa séria crise em todos os setores. Como conciliar o sucesso de Israel Pinheiro como secretário da Agricultura em 1937 (governo Benedito Valadares), como deputado federal em várias legislaturas e como construtor de Brasília, com o seu fracasso de agora, como governador de Minas, eleito pelo voto direto do povo? "Ele traiu os amigos e os eleitores, perdendo a confiança daqueles que nele confiaram, e não conseguiu conquistar o apoio das forças revolucionárias porque aderiu muito depressa", garante um deputado da oposição. Parece também que falta a Israel em Minas o que lhe sobrou em Brasília: dinheiro. "Lá ele tinha a Casa da Moeda (o deputado quer dizer: Juscelino) pronta

O entusiasmo dos 65 anos

Já houve um outro Israel Pinheiro, o velho Israel, de 65 anos, da época da construção de Brasília. Era um homem de cabelos brancos, alto, magro, queimado de sol, camisa aberta. Já chegava ao trabalho gritando com seus subordinados. Dêle diziam que não dava bom dia para não perder tempo. No caminho para o escritório da Novacap (um barracão de madeira na Cidade Livre), aproveitava para fiscalizar as obras. Por isso, quando chegava à sua sala, tinha sempre o que reclamar: "Por que aquela terraplenagem ainda não está pronta?", "A estrada ainda nem começou", "O que vocês pensam? Que estamos brincando?"

Pode-se acusar Israel de muita coisa, menos de não ser dinâmico. No primeiro ano de Novacap (outubro de 1956 até fins de 1957), Israel e sua equipe dividiam o tempo entre Rio e Brasília. No Rio faziam as concorrências e as tomadas de preços. Em Brasília fiscalizavam as obras, resolviam problemas práticos da construção da cidade. Foi em meio a esse corre-corre

que Israel forjou a imagem do sujeito mal-educado, sem papas na língua. Mesmo seu filho (hoje deputado federal), Israel Pinheiro Filho (38 anos), não escapou de uma espinhafrada em público, em 1957. Israelzinho era o engenheiro responsável pela barragem da Saia Velha, onde estava sendo construída uma usina para fornecer energia elétrica a Brasília. Mas Israelzinho preferia ficar em Belo Horizonte. Só ia a Brasília de vez em quando, para fiscalizar as obras.

Um dia, ao chegar a Brasília, soube que as comportas da barragem tinham-se rompido por causa das chuvas. O pai foi ao acampamento cobrar do filho o acontecido. Israelzinho deu uma longa explicação técnica, mas o velho o interrompeu aos gritos: "Acontece que você não serve para esse serviço. É um engenheiro de m... Desapareça da minha frente". Esse homem ríspido, disciplinador, essencialmente prático, tinha também seus momentos de humor. Logo que chegou a Brasília teve a idéia de convidar um grupo de japoneses paulistas para plantar verduras no cerrado. Os ni-

pônicos foram de avião e passaram o dia visitando os terrenos da nova capital, naquela época ainda mais secos do que hoje. Voltaram desanimados no fim da tarde e Israel, ansioso, foi logo perguntando o que tinham achado. Os japoneses fizeram uma cara triste e explicaram que a terra era muito ruim para plantar verduras. Mas o presidente da Novacap interrompeu: "A terra é ruim? Claro que é ruim! Se não fôsse, eu precisava de japoneses?"



Ritmo de Brasília: os bons tempos



Com Marta Rocha: sorrisos para o deputado, ainda um homem irrequeto

para emitir. Aqui, tudo é mais difícil, a situação financeira do Estado é caótica e êle não tem para quem apelar. Israel não é homem para planejar, prefere executar. Ele não nasceu para dirigir, mas para ser comandado." Faltaria agora para Israel o comandante Juscelino, parece querer dizer novamente o deputado da oposição. Eleito governador de Minas, depois de uma campanha tipicamente revanchista e anti-revolucionária *, antes

* Tornou-se candidato de JK depois que a Revolução impugnou a candidatura de Sebastião Pais de Almeida, o "Tião Medonho", acusado judicialmente de corrupção e, politicamente, de ser juscelinista.

mesmo de tomar posse, Israel esquecia, no primeiro discurso que fez, os companheiros de campanha, para prometer "apoio leal e franco" ao então Presidente Castelo Branco. O mesmo apoio "leal e franco" que êle deu ao ex-Presidente Costa e Silva e que agora garantiu ao Presidente Garrastazu Medici.

Um ano depois, com os dois novos partidos políticos, quando todos esperavam que Israel Pinheiro fôsse agir com a tradicional cautela mineira (como fez Negrão de Lima na Guanabara), êle foi para a linha de frente adesista e pressionou os velhos companheiros do ex-PSD para ingressarem na Arena. Esque-

cendo-se dos antigos chefes — de Juscelino Kubitschek, de Sebastião Pais de Almeida — os pessedistas seguiram o caminho aconselhado por Israel, o único que aparentemente lhes permitia sobreviver.

Mas os excessos adesistas, se acomodaram temporariamente os políticos, acabaram deixando o milhão de eleitores de Israel profundamente descontentes e prontos a receber seu governo com pedras na mão.

A vaca Roxana, presente do secretário da Agricultura, Evaristo de Paula, que foi levada para o Palácio das Mangabeiras (residência do governador), passou a ser o símbolo do início do seu governo, contrastando com a velha imagem agressiva e agitada que tivera em Brasília. E nessas circunstâncias, com uma máquina administrativa e política inadequada para os nossos tempos, Israel continuou suas manobras de aproximação revolucionária. Mas não foi somente o "adesismo" de Israel que tornou impopular o seu governo desde o início. Existem outras causas.

Escândalos — Uma das principais, no plano administrativo: os pequenos e grandes escândalos que abalaram o prestígio de Israel e foram denunciados pela oposição, numa época em que a Revolução fazia da moralidade pública uma de suas principais conquistas. O primeiro envolveu diretamente Israel Pinheiro Filho, hoje deputado federal. Segundo a oposição, como interventor na Frimisa (Frigoríficos Minas Gerais S.A.), êle teria mandado modificar o tempêro da salsicha, alegando que havia muita pimenta. A incursão de Israel Filho em setor que não lhe era muito familiar (êle é engenheiro civil) foi desastrosa: a salsicha ficou adocicada e a Frimisa perdeu 5 toneladas do produto.

Logo depois, a opinião pública mineira ficou chocada com o escândalo do adubo (VEJA n.º 33), envolvendo o secretário da Agricultura, Evaristo de Paula (o que deu a vaca Roxana de presente ao governador); um sobrinho de Israel, Roberto Pinheiro de Lima; o ex-secretário da Agricultura do governo Magalhães Pinto, engenheiro-agrônomo Francisco Teatini, e outros funcionários subalternos. Vários inquéritos foram instaurados para apurar as responsabilidades. A discussão continua até hoje, mas uma coisa é certa: o Estado sofreu prejuízo de 388 000 dólares e o ruralista Evaristo de Paula continuou no cargo, como amigo e homem de inteira confiança de Israel. Os escândalos não pararam aí. Vieram outros, como o de indicar parentes para cargos públicos*, e os que envolveram o governo mineiro com o poderoso grupo Geraldo Correia e o da compra de tratores, ambos denunciados pela oposição.

Entretanto, o grande pecado de Israel foi cometido contra o funcionalismo pú-



Com Castelo Branco, logo depois das eleições de 1965, e com Juscelino nos velhos tempos: ao primeiro aderiu depressa demais; para os amigos de Juscelino, Israel abandonou também depressa demais os muitos compromissos assumidos na época das eleições

blico, que está recebendo seus salários com atraso desde o início de seu governo. Há casos de professoras que não recebem há seis meses. Recentemente, o governador não quis receber a presidente da Associação das Professoras Primárias de Minas, Maria Teresa, que pretendia expor a "verdadeira situação das professoras mineiras". Diante da negativa do governador, ela solicitou audiência ao presidente da República, General Garrastazu Medici, que a recebeu três dias depois em Brasília e ouviu o seu relato sobre as aflições do funcionalismo público. Israel nunca se deu bem com as professoras mineiras. Dizem mesmo, em Belo Horizonte, que, ao resolver cercar o Palácio da Liberdade, Israel tinha um único objetivo: proteger-se das professoras.

Entretanto, nem tudo é negro no governo de Israel. Diversos setores estão funcionando bem e isso deve ser creditado ao governador. A expansão da Ce-



Israel, 1937: secretário de Valadares

mig (Centrais Elétricas de Minas Gerais), a construção e pavimentação de estradas, a implantação da reforma administrativa, são obras que marcam sua administração. Assim, entre crises administrativas e políticas, Israel Pinheiro vê aproximar-se o último ano de seu governo e esgotar-se o pouco tempo que tem para ainda aderir à Revolução. ○

* Entre os parentes de Israel, ocupam cargos: Raul Bernardo Nelson de Sena, sobrinho, secretário de governo; Hindemburgo Pereira Diniz, genro, presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais; Antônio de Franco, casado com sobrinha de Israel, presidente da Metamig (Metais de Minas Gerais); Demerval Pimenta, cunhado, presidente da Cosemig (Companhia de Seguros de Minas Gerais); Afonso Uchoa, cunhado, presidente da Casemig (Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais); João Virgílio, filho, oficial de gabinete; Lourival Almeida Oliveira, casado com sobrinha de Israel, presidente da Comag (Companhia Mineira de Água e Esgotos), além de outros.



Santa Fé do Sul: a Arena venceu porque o povo não queria ficar contra o governo, "ele é como um pai, pode não ter razão, mas é quem manda"

Municípios

QUEM TEME AS ELEIÇÕES?

Como mau perdedor que sabe que vai perder, o MDB apresentou, antes mesmo das eleições municipais do último dia 30, as explicações para a derrota que sofreria. Pressões de toda sorte, segundo o Senador Oscar Passos, falta de liberdade para renovação, de baixo para cima, dos quadros partidários, ou a falta de novos líderes que substituam os numerosos cassados, segundo o Almirante Amiral Peixoto.

No entanto, os resultados parciais dessas eleições estão a demonstrar que existe no país um sentimento de oposição que o MDB, com sua precária máquina partidária, não consegue absorver por inteiro. "Nas grandes cidades, o partido está muito bem", dizia o Senador Aurélio Viana, para invocar o argumento já tantas vezes invocado, de que nas pequenas localidades o eleitorado é sempre mais tímido e propenso a votar com o governo. Não será exagero afirmar: mais que eleitores para votarem nos candidatos da oposição, faltaram, nas pequenas cidades, candidatos do MDB para serem votados pelos eleitores.

Vitória sem votos — Nas pequenas cidades dos Estados do Norte e Nordeste quase nunca há gente disposta a candidatar-se pela legenda oposicionista. Mas alguns resultados dessas últimas eleições mostram que quase sempre há eleitores dispostos a votar contra o governo ou

contra os poderosos coronéis. No município de Serra Grande, Paraíba, o candidato único da Arena, Manuel Rufino, foi eleito com 278 votos, mas teve contra si 349 votos em branco. O fenômeno se repetiu em Monte Horebe, também na Paraíba, onde 398 votos em branco mostraram o repúdio do eleitorado — na falta de um candidato do MDB — ao candidato vitorioso da Arena, que só obteve 354. Em São Miguel dos Milagres, Alagoas, foram apurados 272 votos em branco contra 211 dados ao candidato único da Arena. Mesmo nas menores cidades, como se vê, havia eleitores dispostos a votar com a oposição. Tanto isso é verdade que em Jacaraú, no Estado da Paraíba, um único candidato do MDB, Luís da Silva, conseguiu derrotar três candidatos da Arena, que concorriam em sublegendas e para efeito do cômputo final somavam os votos que tiveram.

As grandes cidades — O MDB vangloria-se de suas vitórias nos grandes centros. Anápolis, primeira cidade de Goiás depois da capital, elegeu prefeito da oposição. Blumenau, em Santa Catarina, também. Como oposicionistas são os prefeitos de Osasco e Guarulhos, em São Paulo, sendo que nesta última foi a Arena que não teve condições para apresentar candidatos.

Os resultados confirmam a afirmação dos dirigentes oposicionistas de que o eleitorado dos grandes centros, mais independente, não sente dificuldade em prestigiar seus candidatos. Mas o eleitorado dos pequenos centros, talvez ignorando as trabalhosas explicações dos políticos, também vota nos candidatos do MDB — sempre que eles consigam representar

corretamente suas aspirações. Como aconteceu em Pariqueira-Açu, município paulista com 1 950 eleitores, que tem prefeito do MDB. Ou como aconteceria em Ivaiporã, no Paraná, onde o candidato da Arena, Manoel Fernandes da Silva, elegeu-se com 3 942 votos, contra 5 150 dados em branco, e que certamente seriam da oposição, se ela se representasse no pleito.

A importância — “As pressões contra a oposição se fizeram sentir sob as mais variadas formas. Desde as violências praticadas por um obscuro delegado até as tramas boladas por governadores de Estado”, diz o Senador Oscar Passos. Mas ele mesmo ressalva: “Nem por isso as eleições deixaram de ter sua importância. Vão testar o comportamento do governo. Vão mostrar até que ponto o povo pode manifestar livremente sua vontade e até que ponto essa manifestação será acatada”. Ou, como diz o vice-presidente do MDB, Pedro Faria: “A importância dessas eleições transcende de muito o varejo da política municipal. O procedimento do governo, neste episódio, vai condicionar suas relações com a oposição no futuro. E isto é importante para todos nós, que queremos o restabelecimento da democracia”.

Nisso a Arena concorda plenamente com o MDB. “Um grande passo para voltarmos à plenitude do regime democrático”, diz Arnaldo Prieto, secretário-geral do partido do governo. Ou, como quer o secretário-geral do MDB, Adolfo de Oliveira: “São o primeiro passo da caminhada”.

Delfim

NOSSO HOMEM NOS EUA

De Luís Garcia, correspondente de VEJA em Nova York:

No apartamento do hotel em Nova York, o brasileiro lê as manchetes que anunciam os índices crescentes da inflação americana e, sorrindo, goza a doce hora da vingança: “Eles passaram a vida toda, ensinando a receita do pudim pra gente. Agora, chegou a vez de provarem e ver se é bom”. O economista Delfim Netto reconhece as sérias implicações para a economia mundial do processo inflacionário americano, mas o homem Delfim, o ministro da Fazenda do país subdesenvolvido, não consegue esconder certa satisfação com as agruras que a grande potência começa a experimentar na própria carne, depois de tantos anos ensinando ao mundo subdesenvolvido a necessidade de fazer sacrifícios para com-

bater a inflação. E, quanto a isso, Delfim viajou a semana passada para Nova York de cabeça erguida. Levou a missão agradável de dizer aos investidores americanos que o Brasil conseguiu reduzir a taxa de inflação de 100% em 1964 para os níveis atuais, na casa dos 25%. Sem falar na taxa de crescimento do Produto Nacional Bruto (era de 3,1% em 1964 e hoje chega aos 7%) ou em reservas externas superiores a 570 milhões de dólares.

Mas o principal objetivo dessa visita do ministro da Fazenda aos Estados Unidos foi comparecer à reunião do Conselho para a América Latina, órgão privado que reúne os principais investidores americanos no hemisfério. Em discurso de oito páginas, curto e objetivo, o ministro foi dizer-lhes que o Brasil é um bom investimento e que a economia brasileira quer e aceita o capital estrangeiro — desde que esse capital venha preparado para ajudar o desenvolvimento nacional, nos termos escolhidos pelos brasileiros.

Posição brasileira — Segundo fontes ligadas ao ministro da Fazenda, o comportamento brasileiro em relação aos capitais externos parte da premissa de que, no mundo de hoje, o controle das decisões econômicas tem que ficar concentrado nas mãos dos próprios países afetados por essas decisões.

No caso brasileiro, o interesse nacional é o de que os investimentos externos se destinem preferencialmente aos setores que produzam para exportar ou que representem possibilidade de substituir importações com inovações tecnológicas. Mas há outra colaboração que o Brasil deseja do investidor estrangeiro: a interferência, junto ao governo de seu próprio país, contra certas políticas prejudiciais

aos países em desenvolvimento. É o caso, por exemplo, das restrições às importações, impostas por países como os Estados Unidos — e tais pontos têm sido lembrados pelo Ministro Delfim Netto em seus contatos nesse país.

É esta a segunda vez que o ministro da Fazenda toma parte na reunião do Conselho (a primeira foi em 1967). São reuniões anuais, sempre com a presença de autoridade financeira ou econômica de um país do continente, assistidas por cerca de quatrocentos dirigentes de grandes empresas americanas com interesses na América Latina. Rotina da reunião: o convidado faz um discurso na parte da manhã, e, à tarde, há debates sobre problemas específicos que cada empresa possa estar enfrentando no país latino-americano.

Com McNamara — De passagem por Washington, Delfim Netto ouviu boas novas da parte de Robert McNamara. O presidente do Banco Mundial afirmou estar convencido de que as aplicações do BIRD no Brasil podem atingir 2 bilhões de dólares nos próximos cinco anos, uma vez que o Brasil tem capacidade para usar esses recursos, de se responsabilizar pelos projetos complementares necessários em cada caso e, também, de pagar empréstimos desse vulto. A opinião do presidente do BIRD baseia-se em dados do relatório do Banco Mundial para 1968/69, que serão revelados esta semana em Washington, e que apresentam índices de crescimento econômico para o Brasil superiores mesmo aos calculados por órgãos oficiais brasileiros. Para o BIRD, em 1968 o Brasil cresceu 7,4% — enquanto os dados oficiais são de 6,5% —, houve uma “dramática recuperação” econômica e as perspectivas de crescimento são “melhores que nunca”.



Delfim: eles viveram ensinando como fazer o pudim, agora devem prová-lo



Como Cardeal Montini, visitou o Brasil pela primeira vez

Igreja

PAULO VI NO BRASIL

O Papa Paulo VI decidiu visitar o Brasil em 1970. O Presidente Garrastazu Medici recebeu a informação às 16 horas do dia 19 de novembro passado, durante a palestra com o Cardeal Agnello Rossi, de São Paulo, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que na véspera havia chegado de Roma. No entanto, ao deixar o Palácio do Planalto, o cardeal limitou-se a distribuir aos jornalistas uma declaração de cinco linhas dizendo que fizera ao presidente apenas uma visita de cortesia. Durante quinze dias, por isso, a vinda do papa ao Brasil — em princípio marcada para o dia 31 de maio — foi mantida em absoluto sigilo, de acordo com as normas diplomáticas seguidas com rigor pela Santa Sé. Sabe-se agora, porém, que a decisão do papa — recebida com o maior entusiasmo pelo presidente da República — depende tão-somente de uma coisa: a conclusão das obras da Catedral de Bra-

sília, cuja inauguração e sagração são o pretexto oficial para a visita do papa. E as perspectivas são boas (veja na página 35). Mesmo que as obras não estejam totalmente concluídas até 31 de maio, há uma certeza — garantida pela verba federal de 5 milhões de cruzeiros novos — de que a Catedral estará em condições finais de acabamento para receber a bênção papal.

Silêncio, por favor — Na semana passada, o arcebispo de Brasília, Dom José Newton, que trabalha intensamente pela vinda do papa, preocupou-se ao ser informado de que os entendimentos diplomáticos para a vida de Paulo VI haviam transpirado. "Por favor", disse Dom José Newton ao repórter Evandro Paranaçu, de VEJA, "não atrapalhem a vinda do papa." O mesmo comportamento foi adotado pelo arcebispo de São Paulo, Dom Agnello Rossi. Ao repórter Pedra Gandara, também de VEJA, que conseguiu rápida entrevista, Dom Agnello afirmou: "Enquanto não receber comunicação oficial da Nunciatura Apostólica não julgo conveniente nem razoável me manifestar sobre a visita do Santo Padre ao Brasil".

De qualquer modo, o programa da via-

gem do Papa Paulo VI deverá se basear muito mais nas praxes que ele mesmo criou do que no velho cerimonial utilizado para os chefes de Estado, elaborado sem a previsão de que algum dia o papa pudesse viajar. O avião deverá ser especialmente adaptado, ostentando as insígnias do Vaticano. Se a viagem se restringir ao Brasil, esse avião deverá pertencer a companhia aérea brasileira. Caso compreenda outros países da América Latina, o papa se servirá de companhia aérea do primeiro país a ser visitado. A elaboração do programa de visita está na dependência do tempo de permanência de Paulo VI no Brasil. Calcula-se que seja um dia no mínimo e três no máximo, circunstância que lhe permitirá visitar outras cidades, além de Brasília. Na capital do país há um problema: onde se hospedará o papa? O governo brasileiro tem adotado a prática inflexível de não emprestar palácios a visitantes, tanto que a própria Rainha Elizabeth II ficou no Hotel Nacional. Por sua vez, o papa habitualmente se hospeda na sede do Arcebispo ou na Nunciatura Apostólica. Como esta não é em Brasília e o palácio do arcebispo é pequeno, o Presidente Garrastazu Medici poderá oferecer a Granja do Torto ou o próprio Palácio da Alvorada. Uma coisa parece certa: o papa não ficará em hotel. Caso a visita se estenda ao Rio, o problema não existirá. Sua Santidade poderá se hospedar no Palácio São Joaquim ou na Nunciatura, com Dom Umberto Mozani.

Promessa antiga — A viagem do papa ao Brasil — maior nação de maioria católica do mundo — ocorrerá exatamente quando as autoridades católicas esperam ver plenamente superadas as divergências suscitadas pelas atividades de alguns padres e bispos, na sua maioria



Dom José Newton: "Não atrapalhem"

inconformados com a situação política do país. O próprio papa, em algumas oportunidades, teria manifestado sua preocupação pelas expulsões e outras medidas adotadas contra sacerdotes estrangeiros. Com a reabertura democrática já iniciada pelo Presidente Garrastazu Medici, tendem a se normalizar plenamente as relações entre a Igreja e o governo, considerando-se irrelevantes, na manutenção dessas relações, as atividades que envolvem reduzido número de padres nos esquemas de subversão. Mas, para Paulo VI, a visita ao Brasil é o cumprimento de promessa feita em 1963, pouco depois de ser eleito papa, e que o próprio Dom José Newton anunciou,

de público, às 7 da manhã do dia 12 de setembro de 1963, na alocução que fez na igreja de Nossa Senhora de Fátima, a primeira de Brasília. Um pequeno grupo de vinte pessoas (entre elas, o ex-Presidente Juscelino Kubitschek e sua mulher, Dona Sara), ouviu Dom José Newton revelar a decisão do papa: "Vou ao Brasil para a sagração da Catedral de Brasília". As dificuldades encontradas para a conclusão das obras, que eram sustentadas por doações particulares e campanhas periódicas, adiaram até agora o cumprimento da promessa. No ano passado, porém, graças ao empenho de Dona Yolanda Costa e Silva, a Catedral foi tombada e a responsabilidade pela

conclusão das obras entregue à Prefeitura de Brasília, com a ajuda do governo federal. A Construtora Rabelo, responsável pela construção, chega a ser bastante otimista ao afirmar que poderá entregar, inteiramente pronta a Catedral até fins de março do ano que vem, isto é, sessenta dias antes da anunciada viagem do papa ao Brasil. A previsão coincide mais ou menos com a do então prefeito de Brasília, Wadjô Gomide: "A Catedral ficará pronta até abril de 1970".

Segunda visita — Contra a viagem do papa, o maior obstáculo que os bispos brasileiros e o Itamarati encontram é a resistência de alguns membros da Cúria

O curto caminho das trevas à luz

A vereda da salvação, cheia de luz, está sempre aberta para quem caminha pelo vale das sombras. Essa imagem será transformada numa sensação real para quem entrar na Catedral de Brasília, quando suas obras estiverem concluídas. Descendo pela rampa de granito negro que atravessa um túnel fracamente iluminado, o fiel terá a impressão de estar enfrentando as trevas do inferno. De repente, à entrada da nave, sofre o impacto de uma luz intensa, e ele passa a andar sobre o mármore branco de Carrara. Anjos de alumínio pendurados no teto o recebem na casa de Deus e o convidam a se ajoelhar diante do altar, também de

marmore branco, como parecem estar fazendo as colunas curvas que formam as paredes da nave. De fora, as mesmas colunas curvas parecem duas mãos abertas em súplica a Deus.

A luz do sol, que iluminará intensamente o interior da igreja, não incidirá diretamente sobre os fiéis: os raios serão filtrados pelos "vene-glass", uma espécie de veneziana de metal encaixada dentro do vidro das janelas.

A vista exterior da Catedral esconde suas enormes dimensões, pois grande parte das dependências são subterrâneas (batistérios, sacristia, galerias de ligação com o templo e a casa de máquinas, onde ficarão os aparelhos de

ar condicionado). Faltam ainda concluir a aplicação de granito negro nas rampas de acesso (há duas, uma para os fiéis motorizados), a concretagem da praça (25 000 metros quadrados), as pinturas da Via Sacra — encomendadas a Di Cavalcanti —, as esculturas de Alfredo Ceschiatti, o confessionário, o côro, a casa de máquinas, a colocação de centenas de vidros planos e outras obras menores. De fora tem-se também a impressão de que a construção está parada. Mas a Construtora Rabelo explica: seus 220 operários estão agora trabalhando debaixo da terra e por isso o que fazem não aparece. Como todas as boas obras.



No simbolismo da arquitetura de Niemeyer, as imagens do céu, do inferno e da súplica do homem a Deus

Romana — os prestigiados auxiliares do papa — que consideram “encargo exagerado para a saúde de Sua Santidade duas viagens internacionais num só ano”.

Referem-se à visita que Paulo VI já programou, desde o início do ano, ao Japão em agosto próximo. Mas o papa, a quem um bispo brasileiro transmitiu a ponderação ouvida no Vaticano, respondeu que mantinha sua promessa de officiar a sagração da Catedral de Brasília, a cujo início de construção ele assistiu comovido, em 1961, quando ainda era Dom Giovanni Battista Montini, cardeal-arcebispo de Milão.

Naquela ocasião, o então Cardeal Montini viera ao Brasil especialmente para ver a nova capital brasileira, cuja construção em tempo recorde e com o arrôjo da arquitetura de Oscar Niemeyer atraía ao Brasil personalidades do mundo todo.

Também por três dias esteve no Rio de Janeiro (onde visitou favelas acompa-



Dom Agnelo Rossi: não fala agora

nhado de Dom Helder Camara e inaugurou o primeiro computador eletrônico para pesquisas na Universidade Católica), e ainda em São Paulo.

E foi justamente no Rio que o Cardeal Montini ouviu o Professor Alceu Amoro-

so Lima dizer-lhe em tom profético: “Vislumbro no seu futuro um papel glorioso dentro da Igreja”. Com muitos amigos brasileiros — aos quais costuma conceder longas audiências —, Paulo VI, que fala português e foi secretário de Estado de Pio XII, tem demonstrado não só conhecimento como também preocupação com os problemas do Brasil. Sempre que recebe a visita de bispos ou autoridades brasileiras, costuma surpreendê-los falando com intimidade de coisas do Brasil. O ex-Presidente Costa e Silva costumava dizer que Paulo VI é a personalidade mundial que mais o fascinou. E sua mulher, Dona Yolanda Costa e Silva, embora afirme também que nada sabe ainda sobre sua vinda — “exceto que eu torcerei ardentemente para que isso aconteça” —, lembra que ao ser recebida em audiência, em janeiro de 1967, também o convidou para vir ao Brasil. Paulo VI então lhe respondeu: “Vontade não me falta”. E acrescentou sorrindo: “Quem sabe?”. **O**

Uma fé simples, o papa a compreende

“A Igreja é formada por homens feitos da argila de Adão, sujeitos portanto a erros e pecados”. Nesta frase, pronunciada durante um discurso feito no mês passado, Paulo VI reconhece a falibilidade humana e pede indulgência para com ela. Indulgência que ele próprio deverá ter quando se encontrar com o povo brasileiro, extremamente religioso mas, de acordo com estudos de sociólogos, despreparado, com pouca instrução religiosa por causa da falta de sacerdotes e muito permeável às influências estranhas. A religião católica praticada pelo brasileiro em geral se alimenta de procissões, novenas, promessas e tem um sentido mais prático e imediatista. Nas áreas menos informadas há a influência dos cultos africanos e seus ritos sagrados, misturando os orixás do culto umbandista com santos católicos. A catequização superficial dos escravos africanos deixou nelas as raízes da religião primitiva, embora com a aceitação de algumas verdades do catolicismo. No Nordeste aparece o fanatismo, levando grupos como os “penitentes da disciplina” à flagelação coletiva, durante a Semana Santa. Ali, as “alimentadeiras” caminham em fila, rezando ladainhas que, segundo acreditam, têm o mérito de abreviar a permanência das almas no purgatório.

QUEDA — Nas grandes cidades, conforme estatísticas do Centro de Pesquisas Religiosas e Investigações Sociais, caíram os índices de confissões e de

freqüência às missas. Em Minas surgiu um ramo dissidente da Igreja Católica Romana e excomungado por ela: a Apostólica Brasileira, com seu chefe, o Bispo de Maura. Pregando os ensinamentos dos apóstolos, o ritual difere muito pouco do católico romano, mas seus sacramentos não são reconhecidos pelo Vaticano. Mesmo assim, tem inúmeros seguidores. Mais de 80% da população brasileira se diz católica; na realidade, porém, essa proporção fica bastante diminuída se considerarmos que nela estão incluídas categorias bem diversas: os praticantes, seguidores das normas do culto e das práticas da Igreja, os irregulares, que só comparecem

em ocasiões especiais, como Natal ou Páscoa, e os meramente nominais, apenas batizados. No Brasil, quem foi batizado é católico, mesmo que nunca mais tenha entrado numa igreja depois. Isso faz com que, pelo menos em número, a população católica brasileira seja quase do tamanho da nação. E muitos desejariam ver o papa.

QUANTOS SERÃO — Em Brasília, alguns acreditam que umas 500 000 pessoas estarão assistindo ao VIII Congresso Eucarístico Nacional, marcado para os dias 27 a 31 de maio do próximo ano. Outras, mais modestas, dizem 150 000 (Brasília tem atualmente 250 000 habitantes, sem contar os 200 000 moradores das cidades satélites). Confirmada a presença do papa no encerramento das cerimônias (dia 31), qualquer previsão exagerada poderá ser ultrapassada. De todos os pontos do país virão peregrinos e o problema inevitável das acomodações já está sendo encarado pela comissão organizadora e seu presidente, Dom José Newton, arcebispo de Brasília, que conta, para auxiliá-lo, com o apoio das autoridades. Nesta semana, o Presidente Garrastazu Medici deverá recebê-lo, em audiência, para discutir os preparativos do Congresso. Tudo isso para que se tenha uma boa margem de tempo a fim de que Brasília possa receber bem todos os fiéis que para lá irão, levados pelo desejo de ver seu papa, privilégio que não é dado a todas as gerações de católicos.



Igreja Apostólica: ramo dissidente



© Ford-Willys 69.2073

O privilégio da escolha.

Você está olhando para o carro brasileiro de corpo mais bonito.

A camioneta Corcel. Isto é: um Corcel. Com as mesmas qualidades que fizeram

o automóvel de maior sucesso em 69.

O Corcel das famílias que pedem espaço, mais espaço!

A camioneta de verdade.

Continue olhando para ela.

Imagine a alegria e os prazeres que ela pode proporcionar à sua vida.

O início da produção será em sete semanas, mas você pode ser dos primeiros: reserve a sua camioneta Corcel agora mesmo no revendedor Ford-Willys.

Só a Ford pode dar a você esse privilégio: escolher uma camioneta sem sair do Corcel.



CORCEL 



A ANGÚSTIA DO BEM-ESTAR MODERNO.



A IMAGEM DO BRASIL

A 91 jornalistas europeus, que lhe foram apresentados pelo presidente da Associação Brasileira de Imprensa, jornalista Danton Jobim, o Presidente Garrastazu Medici disse palavras corteses mas firmes: "Neste momento, em alguns países, se faz uma tenaz campanha contra o Brasil; e isso porque acusam o governo brasileiro de genocídio contra os seus índios". E o presidente, ainda com cortesia e firmeza, lançou — na quinta-feira passada, em Brasília — o convite que é ao mesmo tempo um desafio aos jornalistas estrangeiros: "Transmitam a seus companheiros que tanto atacam o Brasil na Europa, que visitem o país por conta do governo, que os mandará levar às nossas regiões de índios e, lá, verificarão que nada do que se diz na Europa expressa a verdade".

Que é que se diz na Europa sobre os índios brasileiros? Coisas fantásticas e absurdas, misturadas com fatos reais e provados. O próprio início da campanha contra o Brasil — que culminou com manifestações de rua na Suécia e na Alemanha e até ameaças às representações diplomáticas brasileiras — foi claramente fantástico. Em setembro, o etnólogo sueco Lars Persson contou à imprensa, em Estocolmo, uma história absurda: "Um membro da Embaixada brasileira em Ottawa denunciou-me que seu governo havia encomendado no Canadá doze aeroplanos do tipo De Havilland-Caribou. Com bombas de napalm, mais tarde, os aviões iriam ser empregados numa campanha contra os índios, neste outono".

Essa é uma afirmação absurda, mas nos relatórios brasileiros sobre o extinto SPI há coisas assim: proprietários de terras, em Pedro Afonso, mataram cem homens da tribo dos craós. Em Aripuanã, aviões jogaram dinamite sobre cintas-largas. Aos maxacalis e canelas, donos de terras deram aguardente e atiradores assalariados mataram os índios bêbados. Os nhambiquaras foram ceifados por fogo de metralhadora. Índios pataxós foram exterminados por meio de injeções de varíola. Em 27 anos, de 1940 a 1967, o número de mundurucus baixou de 19 000 para 1 200; de 4 000 carajás, sobravam 400; dos 10 000 cintas-largas havia somente 500 sobreviventes.

Genocídio deliberado? — Mas é impossível dizer que exista uma política oficial de extermínio — ao contrário do que se afirma na Europa — dos primeiros donos do país. Nem mesmo a população "branca" do Brasil é hostil aos índios —



Seringueiros torturam uma índia: esta é a imagem do Brasil na Europa?

apenas um pequeno número de "civilizados" de tôdas as cores, brancos, negros, amarelos e vermelhos, usa de todos os meios para afastar os "selvagens" de terras férteis ou ricas em minérios. Segundo o procurador-geral Jáder de Figueiredo, foram roubadas aos índios, em dez anos, terras no valor de trilhões de cruzeiros velhos. Para desocupar as terras dos tapaiúnas, por exemplo, deram-lhes um presente mortífero: açúcar misturado com arsênico. Ramis Becair, funcionário do extinto SPI, contou: "Uma expedição subiu o rio Arinos com presentes e muitos alimentos para os beijos-de-pau — os gêneros alimentícios misturados com arsênico e formicida. No dia seguinte, muitos índios morreram. Os brancos espalharam o boato de que os índios te-

riam sido vitimados por uma epidemia.

A imagem do Brasil — Essas histórias e outras, verdadeiras ou não, correm pela Europa. Na segunda semana de outubro passado, 2 200 cientistas sociais reunidos em Gottingen, na Alemanha Ocidental — eram antropólogos alemães, austríacos e suíços — estudaram o inquérito sobre o SPI e exigiram "firme garantia para os direitos vitais dos índios brasileiros e o castigo dos culpados". A direção da Cruz Vermelha Internacional deu a entender que levantaria a questão junto ao governo brasileiro. A Embaixada do Brasil em Bonn reagiu: informou que, em 1967, o governo federal já havia tomado providências contra os culpados (o inquérito sobre o SPI). Mas a revista ale-

mã "Der Spiegel", em seguida, fez uso de argumento logo encampado por outras publicações da Europa: "De fato, nunca um assassino de índios foi condenado por um tribunal". (Esta revista, como o etnólogo sueco Persson, também conta histórias fantásticas. Por exemplo: "As quantias aplicadas no suborno dos funcionários do SPI provinham muitas vezes dos bolsos de homens poderosos que — como o Senador Filinto Muller, antigo governador do Estado de Mato Grosso, ou o ex-Ministro do Exterior Juracy Magalhães — estão interessados na exploração econômico-industrial das antigas regiões de índios".) E o jornalista inglês Norman Lewis, do "Sunday Times" de Londres — sua série sobre o genocídio de índios no Brasil foi também publicada em "Der Spiegel" — baseou-se apenas em relatórios do Ministério do Interior e em observações comprováveis. Assim, a imagem do Brasil, em várias publicações européias, está sendo descolorida por manchas fantásticas, mas também por manchas verdadeiras. Ao lado das versões absurdas sobre "política deliberada de genocídios", a revista "L'Espresso", da Itália, chega ao fundo da questão: "O que é que um não-consumidor quer, numa sociedade de consumidores?" — isto é, como, sem a intervenção das autoridades, o índio pode sobreviver ao enfrentar os "pioneiros" ignorantes de uma sociedade em desenvolvimento, os quais, não podendo integrá-lo, procuram expulsá-lo e, em casos extremos, até matá-lo?

As providências — Além do convite formulado pelo Presidente Garrastazu Medici aos jornalistas europeus, para que venham ver realmente como o índio é tratado nas reservas federais, o governo toma outras providências para esclarecer as coisas. A pedido do Ministro do Interior Costa Cavalcanti, reuniram-se funcionários dos ministérios do Interior e das Relações Exteriores, do Conselho de Segurança Nacional e da Fundação Nacional do Índio. Objetivo da reunião: "um novo levantamento de dados, para uma campanha de esclarecimento da opinião pública européia". Primeira consequência imediata, de ordem prática, dessa reunião, segundo o presidente da Funai, José Gama Malcher: "Realizar uma filtragem mais rigorosa dos estrangeiros que entram no país. As áreas da Funai só serão franqueadas a verdadeiros antropólogos". Um documento foi distribuído às embaixadas estrangeiras, em que o Ministério do Interior critica "o mau vêzo de algumas agências estrangeiras em dar guarida a distorções feitas por certos antropólogos, ou pseudo-antropólogos, sequeiros de notoriedade, provocando organizações mundiais ou nacionais a um julgamento sem provas e, sobretudo, sem audiência do acusado, para condenar injustamente uma nação cristã por um de-

lito de tamanha intensidade". Na semana passada, o Ministro Costa Cavalcanti voltou a falar sobre os índios: "O que o governo não nega é o estado de lutas esparsas — mas não sistemáticas — entre brancos e índios pela posse da terra". Se muitos jornalistas europeus atenderem ao convite-desafio do Presidente Garrastazu Medici, todos eles poderão concluir que esse estado de lutas não é o resultado de uma política deliberada — mas alguns poderão afirmar que há omissão das autoridades locais. Poderão insistir em que os responsáveis pela matança dos índios não foram punidos. E a imagem do Brasil na Europa continuará com algumas manchas.



Moog e Nunes: nada de entrevistas

Terror

MARIGHELLA FOI TRAÍDO?

Seguro de si, o secretário da Segurança de São Paulo, General Olavo Viana Moog, deu em Porto Alegre sua primeira entrevista desde que assumiu o cargo: "Em São Paulo, não atrapalho a imprensa. Mas também não ajudo. Os repórteres de lá se viram. Em matéria de segurança, quanto menos notícia e vedetismo, melhor". Ao fim de suas rápidas respostas, o general (em Porto Alegre para um encontro de secretários de Segurança) continuava confiante. Mas o seu comportamento ante a imprensa podia ser discutido.

Ao lado do diretor do DEOPS paulista, delegado Benedito Nunes Dias, o general contornou uma pergunta sobre a participação dos dominicanos Frei Fernando e seminarista Ives Lespaupin na morte do ex-líder terrorista Carlos Marighella. Reafirmou sua posição contra entrevistas ("Não as faço e proíbo que meus su-

bordinados as façam") e, mais uma vez, a imprensa deixou de ouvir a versão oficial e detalhada da morte de Marighella. Como resultado, as versões se desencontram. Os detalhes da morte vão desde a ausência dos dominicanos até a inexistência de um grupo de treze homens na cobertura de Marighella, levando à conclusão (totalmente absurda, segundo os homens do DEOPS) de que a investigadora morta e o delegado ferido foram vítimas de balas acidentais de seus próprios companheiros de polícia.

Mais uma versão — A mais recente versão da morte de Marighella é contada pelo redator-chefe do jornal católico "O São Paulo", Cônego Amaury Castanho. No dia 20 de novembro, ele acompanhou o cardeal-arcebispo de São Paulo, Dom Agnelo Rossi, numa visita ao DEOPS. Enquanto o cardeal conversava com seis dominicanos presos, o Cônego Amaury Castanho ouviu o delegado Benedito Nunes Dias. "A certa altura da conversa", diz o cônego, "fiz ao Dr. Benedito duas perguntas que há muito me preocupavam e entristeciam. Perguntei se os dominicanos estavam realmente envolvidos em ações terroristas e se haviam traído Carlos Marighella". O delegado confirmou as implicações dos dominicanos, diz o cônego: "Mas não faziam parte da linha de frente. Constituíam um esquema de sustentação: providenciavam refúgio, facilitavam fugas, traduziam artigos e serviam de elementos de ligação". Na primeira página de "O São Paulo", o Cônego Amaury Castanho escreveu sobre sua conversa com o delegado: "A nossa pergunta se os frades deveriam ser tidos como traidores de Marighella, o Dr. Benedito respondeu, categoricamente, que não". Os dois dominicanos teriam combinado o encontro, comparecido ao encontro, mas sem saberem do cerco policial. "Os dominicanos foram, também eles, envolvidos pela trama muito bem tecida pelos delegados e investigadores do DEOPS", diz "O São Paulo".

Mais uma dúvida — Em Porto Alegre, o delegado Benedito Nunes Dias desmentiu a entrevista: "É justamente o contrário do que está escrito. Nas duas vezes em que falei com Dom Agnelo não havia jornalista presente". Provavelmente, o delegado não sabia que o Cônego Amaury Castanho, além de acompanhante de Dom Agnelo, era também um jornalista. E por isso deu-lhe informações até então negadas à imprensa. Mesmo assim, os detalhes da morte de Marighella permanecem confusos. Os dois dominicanos, traidores ou não, realmente marcaram o encontro, segundo a maioria das versões (só uma, sistematicamente afastada, diz que o encontro foi marcado por uma amante de Marighella). O esquema de segurança, inexistente ou não, é outro dado discutível. Segundo policiais que partici-

param da morte do terrorista, houve um tiroteio de aproximadamente cinco minutos — e não há informações sobre ferimento em qualquer dos treze homens do grupo de cobertura. Outra dúvida: a prisão dos dois dominicanos (e de mais 23 pessoas ligadas a eles) era conhecida antes da morte de Marighella. No Rio Grande do Sul, o dominicano Frei Beto foi avisado e se escondeu. Mas o líder máximo do terrorismo ignorava essas prisões e caiu na armadilha. Agora, mais de um mês decorrido, o número de dúvidas continua maior que o de certezas — que só poderão surgir quando as autoridades se decidirem a contar sua versão, detalhadamente. ○

completo, esclarecendo a posição da Prefeitura de São Paulo. Enquanto aguardam a decisão do ministro, os paulistas garantem que, dentro da política de justiça social preconizada pelo novo governo, o estudo do problema em nível ministerial pode vir a forçar a Prefeitura a rever os métodos que usa nas desapropriações. Segundo o memorial entregue ao ministro, esses métodos são "desumanos, injustos, imorais, inconstitucionais, antidemocráticos e divorciados da realidade brasileira". É que, embora a lei federal que regula o assunto conceda dois caminhos para o início da ação expropriatória (acôrdo amigável ou ingresso em

nheiro Alberto Gebrim, diretor do Departamento de Cadastro da Secretaria de Obras da Prefeitura, afirma que "não há planejamento completo que preveja todas as necessidades de um surto de crescimento altíssimo". E a experiência brasileira parece confirmar esse argumento: até Brasília já descobriu que as desapropriações podem ser inevitáveis mesmo numa cidade planejada. A Coordenação de Arquitetura e Urbanismo da Novacap está estudando a possibilidade de desapropriar alguns terrenos do setor comercial sul para construir edifícios-garagens. Isso porque o plano original de Brasília foi feito antes do surgimento da indústria automobilística



Problema: casas condenadas pelo progresso do Recife



Drama: o lar demolido para que São Paulo não pare

Desapropriações

UM NÔVO PERIGO NA CIDADE

Os habitantes das grandes cidades brasileiras estão descobrindo que entre os muitos perigos de morar na grande cidade está a insegurança do direito de propriedade. Foi o que aconteceu com cerca de 8 600 famílias paulistas, atingidas pela ofensiva de desapropriações provocada pelo elevado número de obras viárias desde que o Prefeito Faria Lima e seu sucessor Paulo Maluf resolveram mudar a face da cidade. E, em fins de novembro, uma comissão paulista, representando a Assembléia Permanente dos Desapropriados de São Paulo, entregou memorial ao Ministro da Justiça Alfredo Buzaid, reclamando contra o critério utilizado pela Prefeitura de São Paulo para calcular o valor dos imóveis desapropriados. O ministro prometeu tomar providências em caráter de urgência — e solicitou (e já recebeu) do Prefeito Paulo Salim Maluf um relatório

juízo), a Prefeitura de São Paulo só utiliza um: o ingresso em juízo. Apegando-se ao texto da lei, a Prefeitura deposita em juízo apenas o valor venal inscrito no último aviso de lançamento de imposto, que jamais corresponde ao valor real do imóvel. "Esse valor venal geralmente representa 10% do valor real", afirmam os desapropriados. "O expropriado vê-se, repentinamente, na rua, sem a sua casa e sem dinheiro para mudar-se condignamente e com o mesmo padrão de conforto conquistado com o trabalho de muitos anos."

O drama de todos — O problema das desapropriações, dramatizado em São Paulo pela atuação da Prefeitura, é também conhecido em todas as grandes capitais brasileiras. É provocado pela necessidade crescente de construção de maiores vias de circulação para impedir o congestionamento total do trânsito nessas cidades.

Para os professores Roberto Coelho Cardoso e Marcos de Sousa Dias, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, essa é apenas uma das conseqüências da falta de planejamento da cidade. Mas o Enge-

brasileira e não previa a quantidade de automóveis que hoje circula naquele setor, tornando insuficientes os estacionamentos existentes. Esse exemplo serve para mostrar aos proprietários de imóveis das grandes cidades que estão participando de uma espécie de jogo de azar. Principalmente porque, como acontece em São Paulo, a Prefeitura concede alvarás para construção de obras mesmo que seu Departamento de Urbanismo já tenha projetado uma avenida no local. Se o projeto for aprovado, o proprietário do imóvel só tem uma esperança: que a indenização seja calculada com justiça, como fazem as prefeituras de Salvador e Porto Alegre e a Companhia do Metrô de São Paulo. Mas ninguém deve desprezar o conselho de Alexandre Postiga, proprietário da casa funerária Armador Postiga, interessado no único caso de desapropriação a ir à Justiça em Porto Alegre: "Nunca more em esquina nem em quadras grandes". E Alexandre tem bastante autoridade para dar conselhos: desde 1918, quando a Armador Postiga pertencia a seu avô, até hoje, a casa funerária já foi obrigada a mudar três vezes por causa das desapropriações. ○

**Antes de
ligar a TV
consulte**

inTValo

e leia esta semana

**Cidinha
X
Hebe:
a briga nos
bastidores**

**Todo mundo
acusa:
Elis
é mau
caráter**

**Dê a sua
opinião:
a Televisão
está boa
ou está
uma droga?**

**tôdas as quintas feiras
nas bancas**

inTValo

o seu programa de cada dia

BRASIL

Impôsto de renda

O SILÊNCIO DA MAIORIA

Durante todo o ano, o trabalho gigantesco da Secretaria da Receita Federal para reaparelhar o sistema arrecadador e a legislação brasileira sobre impôsto dava esperança de dias mais folgados ao contribuinte brasileiro. O número de pessoas que prestaram declaração, em 1969, cresceu sete vezes em relação a 1968: de 600 000 para 4,2 milhões. Dêsses 4,2 milhões, nada menos de 1,6 milhão, ou cinco vezes mais que os 330 000 em 1968, deveriam pagar o impôsto. Alcançava-se assim o objetivo várias vezes anunciado por Amílcar de Oliveira Lima, diretor da Secretaria da Receita Federal: aumentar o número de contribuintes para poder reduzir as taxas do impôsto.

Ou, como dizia o Ministro Delfim Netto em junho: "Quanto maior o número dos que pagam, menor a carga tributária per capita". No último mês de novembro, tôdas as esperanças de pagar menos impôsto de renda no ano que vem foram frustradas. As novas tabelas adotadas pelo governo não prevêm a redução do impôsto. Ao contrário: a previsão é de aumento.

A maioria silenciosa — A resistência do governo em reduzir impostos e taxas esteve sempre à vista em 1969. Em junho, um decreto aumentou em 50% a taxa de previdência sobre contas de luz, água,



Bulhões: há injustiças a corrigir

esgotos e outros serviços públicos, para os consumidores familiares (para as empresas, houve redução). O aumento se estendia também à taxa cobrada sobre o movimento de apostas dos jôqueis clubes brasileiros.

Houve grande reação contra o decreto — não por causa das contas de luz, mas por causa dos hipódromos (seus defensores viram, no aumento, uma ameaça de fechamento dos hipódromos, e anunciaram as conseqüências desastrosas que isso traria à criação do "puro sangue" nacional). Os jôqueis clubes que gritaram obtiveram redução da taxa. Mas ela continuou para os milhões de famílias brasileiras que consomem energia elétrica — e que não têm porta-vozes de tanto prestígio.

As novas faixas de cobrança para 1970 vão provocar aumento do impôsto de renda não apenas por ocasião das declarações, mas a partir de janeiro próximo, no desconto feito na fonte. O aumento se fez indiretamente. Como? As faixas foram reajustadas em apenas 20% (para o governo, é esse o índice de inflação, medido pelo índice geral de preços e não pelo aumento do custo de vida). Os reajustes salariais neste fim de ano, porém, estão sendo feitos na base de 25%. Dessa diferença — entre os 20% e os 25% — resulta o acréscimo, por um mecanismo que pode ser compreendido através deste exemplo: um assalariado com renda líquida anual de 3 500 cruzeiros novos não pagava o impôsto, até este ano, mesmo que prestasse declaração; agora, se sua renda aumentou em 25%, irá para 4 375, enquanto o máximo que se pode declarar como renda líquida, sem pagar o impôsto em 1970, é apenas 4 200 cruzeiros novos, ou seja, só 20% a mais que os 3 500 tolerados na declaração do impôsto a pagar em 1969. Para todos os níveis de salários, passou a haver o risco de, em 1970, cair em uma faixa de alíquota (taxa) mais alta: de 3%

IMPOSTOS EQUILIBRADOS?

Quantos declaram ao Impôsto de Renda

Empresas — 1964	480 000
1969	358 000
Redução:	122 000
Redução, %:	26,0%

Pessoas — 1964	1 345 000
1969	4 145 000
Aumento:	2 800 000
Aumento, %:	207,0%

Quantos pagam Impôsto de Renda

Empresas — 1964	408 000
1969	329 000
Redução:	79 000
Redução, %:	19,3%

Pessoas — 1964	529 000
1969	1 578 000
Aumento:	1 049 000
Aumento, %:	197,0%

O IMPOSTO MAIS PESADO

(Desconto do imposto de renda na fonte, em 1969 e 1970)

	Salário (*) (NCR\$)	Desconto (%)	Desconto (NCR\$)	Dedução (NCR\$)	Imposto final (NCR\$)	Aumento do IR
Para o pequeno assalariado						
Em 1969	600,00	3%	18,00	17,40	0,60	—
Em 1970 (aumento salarial de 25%) ...	750,00	3%	22,50	20,88	1,62	170%
Para o assalariado médio						
Em 1969	1 500,00	10%	150,00	80,10	69,90	—
Em 1970 (aumento salarial de 25%) ...	1 875,00	12%	225,00	132,84	92,16	32%

(*) Na realidade, o imposto é descontado sobre a renda líquida.

para 5%, de 8% para 10% e assim sucessivamente.

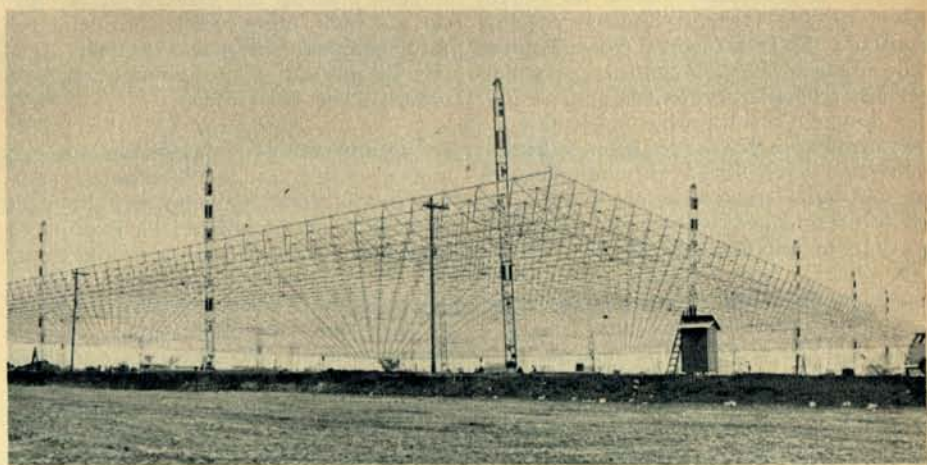
No imposto a pagar através de declaração de renda, esse risco é ainda ampliado porque mesmo as deduções que o contribuinte pode fazer para manutenção de seus dependentes foram aumentadas em apenas 20% — assim, a renda líquida (salário menos deduções com dependentes, etc.) tende a crescer ainda mais. Isto, apesar de o contribuinte, na verdade, ter gasto muito mais com sua família este ano (tais gastos teriam que ser medidos em função do aumento do custo de vida, e não do índice de inflação, que inclui itens como custos de construção, que não afetam o orçamento do contribuinte — a não ser aquele que esteja construindo). No imposto a ser descontado na fonte o governo foi mais compreensivo e não utilizou a base de 20% para o reajuste das deduções por dependentes. Em compensação, contudo, a manteve para as demais deduções (os dois exemplos do quadro mostram mais as suas conseqüências).

Quem paga mais? — Esse mesmo expediente (reajustar as faixas do imposto a nível inferior aos reajustes salariais) já fôra usado pelo governo em 1968, para o imposto devido em 1969. Na época, porém, o número de contribuintes era muito baixo, assim como o nível de arrecadação — e isso talvez justificasse o critério. A situação este ano mudou radicalmente — por mérito do próprio Ministério —, tanto que, até outubro, o imposto de renda já dera 4 bilhões aos cofres do governo, ou o dobro dos 2 bilhões de cruzeiros novos arrecadados em 1968. Além do mais, percebe-se (veja os quadros) que o número de empresas que pagam imposto cresce lentamente, e está mesmo abaixo dos níveis de 1964 (veja o quadro).

Na opinião do ex-Ministro da Fazenda Octavio Gouvêa de Bulhões, alguns setores são privilegiados: "A tributação de

juros e dividendos de títulos ao portador é simplesmente ridícula e, como a receita sobre os lucros desse capital é insignificante, as autoridades fiscais sobrecarregam os salários". Ou, em outras palavras, as classes que têm renda alta o bastante para consumir e ainda poupar e investir pagam proporcionalmente menos que os assalariados. Bulhões contesta que uma modificação no imposto sobre juros e dividendos desestimularia a poupança, com prejuízo para os investimentos essenciais

ao país. "A verdadeira maneira de conciliar imposto de renda com poupança é através do sistema de estímulos fiscais. Ou seja: pela dedução, do imposto de renda, das somas destinadas à poupança e investimentos." Isso, para Bulhões, atenderia à maioria: "Uma coisa é estimular a poupança e outra estabelecer desigualdade acentuada entre os que pagam imposto de renda com base nos salários e os que pagam com base nos juros e dividendos".

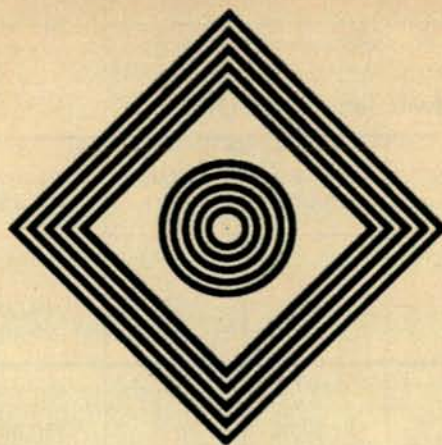


Desde a última semana, perdeu seu sentido o velho ditado segundo o qual "casa não se constrói a partir do teto". Durante 27 horas (das 5 da manhã de terça às 8 da manhã de quarta-feira), 220 pessoas, entre engenheiros e operários, levantaram a maior estrutura de alumínio do mundo, junto à margem direita do rio Tietê, em São Paulo. Essa estrutura, de 625 toneladas, cobrindo uma área de 67 000 metros quadrados, servirá de suporte para o telhado do futuro palácio de exposições do Parque Anhembi (onde se realizará o próximo Salão do Automó-

vel). Em 45 dias ela foi levantada à altura de 14 metros, iniciando-se agora a construção dos pilares e das paredes. Todo esse trabalho exigiu cálculos de impressionante exatidão, inclusive sobre a velocidade do vento e o movimento de rotação da Terra (para evitar que a estrutura pudesse oscilar na hora do levantamento). O anteprojeto é de um engenheiro canadense, Cedric Marsh, tão satisfeito no fim dos trabalhos quanto um dos operários, até aquela hora meio incrédulo: "Só agora eu acredito que esse negócio subiu".

NEGOCIOS

*O símbolo tinha sido
escolhido
mas a feira não sai*



BRASIL SEM EXPO-72

A decisão sobre o destino da Expo-72 foi tomada dentro do sóbrio ritual que caracteriza o governo Medici. Na tarde de quinta-feira da semana passada, o presidente reuniu-se em Brasília com os ministros diretamente ligados ao assunto — Delfim Netto (Fazenda), Gibson Barbosa (Relações Exteriores) e Fábio Yassuda (Indústria e Comércio) —, além dos três auxiliares que o acompanham sempre que o assunto é de indiscutível gravidade: Leitão de Abreu (Casa Civil), General Carlos Alberto Fontoura (SNI) e General João Figueiredo (Casa Militar). O tema era complexo, mas a decisão foi tomada com a rapidez de quem é íntimo do problema e já tem firme posição a respeito: a exposição não se realizará. A comunicação só será feita nesta semana, pois é do estilo presidencial solucionar o que é grave com decisões oficiais incontestáveis. Quando isso for feito, será comunicado também que o Brasil não participará da Exposição de Osaka, no Japão, em 1970. Com aquela medida, que deverá ser comunicada ao Bureau Internacional de Exposições, sediado em Paris, até fevereiro do ano que vem, o Brasil entrega às ambições de 37 países candidatos a possibilidade de patrocinar a Exposição de 1972.

Os defensores — E, ainda, abre mão do que seria o carro-chefe das comemorações do 150.º aniversário da Independência. Em 1922, quando a Independência fez cem anos, houve uma exposição que provocou, no Rio, uma verdadeira febre de construção de prédios solenes: a Academia Brasileira de Letras, em que funciona hoje o Museu da Imagem e do Som, o Hotel Glória, além da estátua de Pedro Álvares Cabral, na Glória. Os defensores da Expo-72 previam um fe-

nômeno parecido, ainda à beira-mar, só que um pouco mais ao sul — na Barra da Tijuca. Os terrenos da região se valorizaram: falava-se da construção de hotéis e do monotrilho que ligaria a área ao futuro Aeroporto Internacional do Galeão. O vislumbre de grandes possibilidades de investimentos, aliado a uma agressiva campanha jornalística que gerou uma disputa artificial entre Rio e São Paulo, acabou levando a Brasília, na semana passada, um exército de advogados da feira, numa versão brasileira para o fenômeno americano do **lobby** (grupos de pressão sobre políticos para a obtenção de certas leis).

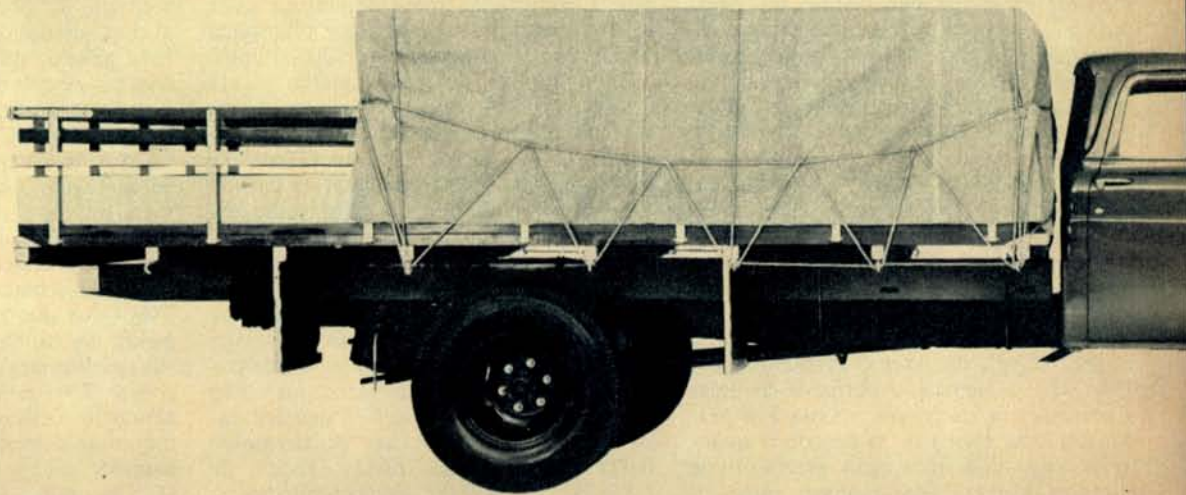
Os argumentos — Este foi um dos primeiros problemas de Yassuda ao assumir o Ministério. Quando demitiu o diretor da Superintendência da Expo, José Eugênio de Macedo Soares, deixou transparecer que não era favorável à idéia. Agora, com a decisão presidencial, comprova-se que não estava sozinho. Medici baseou-se num levantamento elaborado pelo SNI que provava irregularidades nos estudos de viabilidade. Os principais itens desse levantamento são (VEJA n.º 64): as estimativas de que a Expo custaria 30 milhões de dólares eram ridículas, diante do custo de Osaka — 2,5 bilhões; o Brasil teria dois anos para prepará-la, enquanto os japoneses gastarão oito. Os argumentos de que o país não comportaria riscos financeiros dessa grandiosidade num projeto de virtudes discutíveis parecem ter convencido o presidente. Além, é claro, da falta de confiança nos estudos de viabilidade existentes. Por isso, a cautela em anunciar a decisão demonstra que Medici está mais convencido de suas responsabilidades políticas — e da noção de tempo que isso exige — do que hesitante em relação à Expo. ○

AS DÚVIDAS DE DEZEMBRO

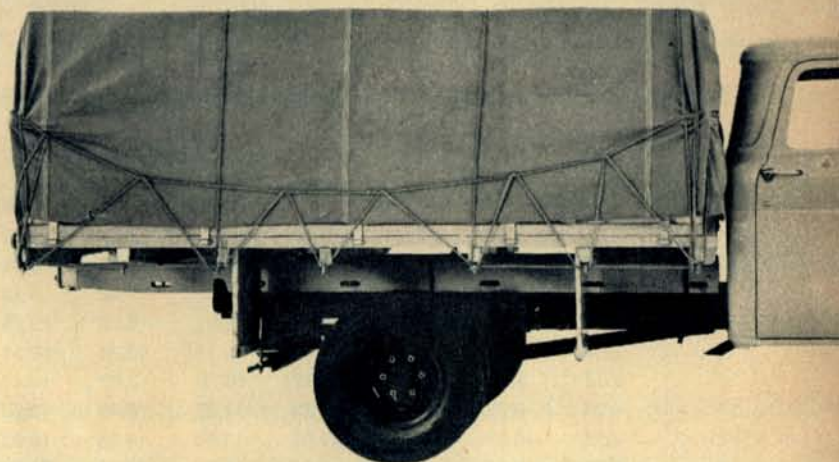
O comércio costuma receber o Natal com o alívio de quem se cura de um longo período de apreensões. A insegurança do ano inteiro é quase sempre compensada, no início de dezembro, por um aumento no volume de vendas. Este ano, porém, o alívio vem, na melhor das hipóteses, sendo substituído por uma atitude de cautela. Na Guanabara, por exemplo, em fins de novembro de 1968 já se podia antecipar um Natal próspero: as vendas haviam subido, desde o começo do ano, 34,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse índice acabou sendo a anunciação de uma euforia de fim de ano, já que, em dezembro, as vendas cresceram mais 32,2%, que em 1967. Agora, as perspectivas são menos simpáticas — ainda na Guanabara, de janeiro a outubro deste ano, as vendas subiram apenas 25,7% em relação ao ano passado, o que, descontado o aumento do custo de vida, significa um aumento de apenas 3,1%. Se for confirmada a tendência de 1968 — as vendas até outubro e novembro acabam definindo o movimento natalino —, o alívio terá de ser adiado para janeiro, quando, segundo o estranho depoimento de um proprietário de lojas de roupas de Curitiba, pode, muitas vezes, ocorrer o recorde de vendas. O que parece claro, entretanto, é que as perspectivas de um bom ou mau Natal variam por setores e de capital para capital. Um comerciante de eletrodomésticos do Recife diz que "só se vai comprar quinilinha, pois falta dinheiro para presentes mais caros". Jorge Frank Geyer, presidente do Clube dos Diretores Lojistas da Guanabara, confia em que serão vendidos artigos de mais valor, sobretudo depois que o governo decidiu adiar para fevereiro e março o pagamento das últimas parcelas de imposto de renda. Já Cláudio Ramos, presidente da Associação de Comerciantes de Aparelhos Domésticos Elétricos, também do Rio, não concorda: "A prorrogação não vai afetar a grande massa compradora, porque esta não paga ou pouco paga de imposto de renda". Apesar da controvérsia, há, porém, quem já tenha motivos para alegria: as lojas de eletrodomésticos de Porto Alegre acusaram em novembro deste ano um aumento de vendas superior em 38% ao do ano passado. ○

Ainda sobre vendas, veja a página 46.

Se v. transporta 3.500 Kg de carga não vá com meio caminhão vazio.



Vá com um caminhão de 3.500 Kg o Ford F-350.



**NOVA GARANTIA FORD
PARA O PICK UP F-400,
CAMINHÕES F-350 E F-600:
6 MESES OU 12.000 KM.**

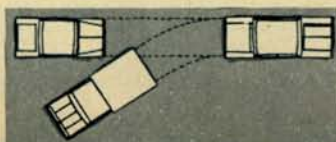
ECONOMIZE NO R\$ 4.500,00 LOGO NO INÍCIO - No R\$ 4.500,00 é a diferença de preço entre o F-350 (posto São Paulo) e os caminhões maiores, que são grandes demais para os 3.500 kg de carga que você tem para transportar. Como vê, o F-350 é um bom negócio já na hora da compra. E você continua ganhando, pois caminhão grande que roda meio vazio não traz dinheiro para o seu bolso.



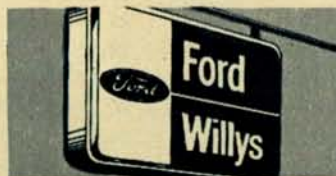
IDEAL PARA O SERVIÇO URBANO F-350 é o Caminhão de tonalagem média da Ford. Forte, robusto, ágil, veloz. Sobe ladeira, desce ladeira. Anda, pára, anda, pára. Corre, vai devagar. Carrega, descarrega, carrega, descarrega. É o tipo de caminhão ideal para o serviço urbano. Com a tradicional carroceria de madeira ou furgão. Levando qualquer tipo de carga.



DOIS MOTORES ECONÔMICOS À SUA ESCOLHA - É bom saber também que no F-350 V. pode instalar os poderosos e econômicos motor 272 com 161 HP ou o motor 292 com 167 HP. Aliás, é importante lembrar, que o motor Ford é o único motor V-8 cujas qualidades vêm sendo comprovadas diariamente, há 35 anos, por milhões de veículos Ford em todo o mundo. E aqui no Brasil, através de mais de 170.000 caminhões equipados com o motor Ford.



FÁCIL DE MANOBRAR - Mas o F-350 não é só motor. Tem uma caixa de direção com relação 20,4:1 que reduz o esforço no volante. Por isso a sua direção é leve, possibilitando as manobras mais difíceis mesmo com carga completa, ou em pequenos espaços. Afinal de contas, um pouco de conforto não faz mal a ninguém.



A MAIOR REDE DE REVENDEDORES DE CAMINHÕES - Tem uma série de outras especificações importantes que você deve perguntar ao Revendedor Ford/Forte. Há sempre um deles perto de você. É a maior rede do Brasil. Diga-se de passagem, garantia de assistência técnica onde você estiver... Pergunte também pelos planos de financiamento. Você verá como é fácil "fechar" o negócio.



QUEM NÃO PODE PERDER TEMPO VAI DE FORD F-350 FORTE



Em 1970 a Ford dá a você o privilégio da escolha.

JUROS A SETE POR CENTO?

O comprador típico entra na loja com uma única pergunta: qual a prestação mensal? Se ela se encaixa no seu orçamento, a compra é feita imediatamente. Conhecedoras dos hábitos do consumidor, as lojas se restringem a dar, na maioria dos casos, a informação pedida: por exemplo, 24 prestações de 56,20 cruzeiros. Nesta loja — uma das mais conhecidas de São Paulo —, o cartaz em cima do televisor acrescentava um dado: preço a vista, 920,00. E omitia um outro: entrada de 270,00 — informação que o consumidor só receberá na conversa com o vendedor.

Para defender o comprador, o Deputado Herbert Levy, da Arena, apresentou em 1965 um projeto que obrigava as lojas a anunciarem os preços a vista e a prazo. Era uma forma de se descobrir quanto se pagava a mais pelo privilégio de comprar a prazo. Por motivos vários, o projeto ficou parado, mas a iniciativa foi o suficiente para que algumas lojas, por conta própria, adotassem a medida. Essa informação, porém, ainda não basta. Poucas pessoas se dão ao trabalho de calcular os juros que pagarão com as prestações. É isso que a tabela abaixo mostra: os juros mensais de uma compra a prazo. Volta-se ao exemplo do aparelho de televisão mencionado. O preço a vis-

ta é de 920,00, a entrada, 270,00, e as prestações mensais são de 56,20. Mesmo o comprador mais comodista quer saber o preço total a prazo e multiplica 56,20 por 24 meses: 1 348,00. Outro cálculo permite descobrir qual a dívida líquida, ou seja, o saldo devedor representado pelo preço a vista menos a entrada (920,00 menos 270,00): 650,00. É, portanto, para pagar este total de 650,00 — e os juros sobre ele — que serão cobradas 24 prestações mensais de 56,20. É muito comum o comprador calcular os juros sobre o total a vista (920,00), esquecendo-se de que, ao pagar a entrada, reduz a sua dívida e a quantia a ser paga como juros. E é aí que deixa de descobrir as pesadas taxas de juros que estão sendo cobradas. Qual seria o excesso pago na compra do televisor do exemplo? Basta diminuir da dívida total, de 1 348,00, os 650,00 correspondentes à dívida líquida: obtêm-se 698,80. Esta quantia significa o total de juros a pagar por essa compra a prazo. Resta saber qual a percentagem (taxa) desses juros: quanto, percentualmente, os 698,80 representam da dívida de 650,00? Dividindo-se um pelo outro e multiplicando o resultado por 100 — cálculo que se costuma fazer maquinalmente —, chega-se ao total de juros cobrados em dois

anos: 107%. O passo seguinte — descobrir quanto isso significa em juros mensais — obrigaria a uma operação, aí sim, complicada de juros compostos. Esta tabela simplifica tudo. Basta encontrar na coluna de meses o número 24, ou seja, o número de prestações mensais. E descobrir na linha horizontal do mês 24 o número que mais se aproxima da percentagem de juros encontrada. O mais próximo de 107 é 109,25. Fazendo-se, agora, um movimento para cima, chega-se à conclusão de que 109,25 corresponde a uma taxa mensal de juros de 7% — o que não deve agradar a ninguém. Se os bancos estão cobrando juros que variam de 2,5% a 3% ao mês, cobrar 7%, como várias lojas estão fazendo nesta época de compras de Natal é confiar demais na credulidade do consumidor.

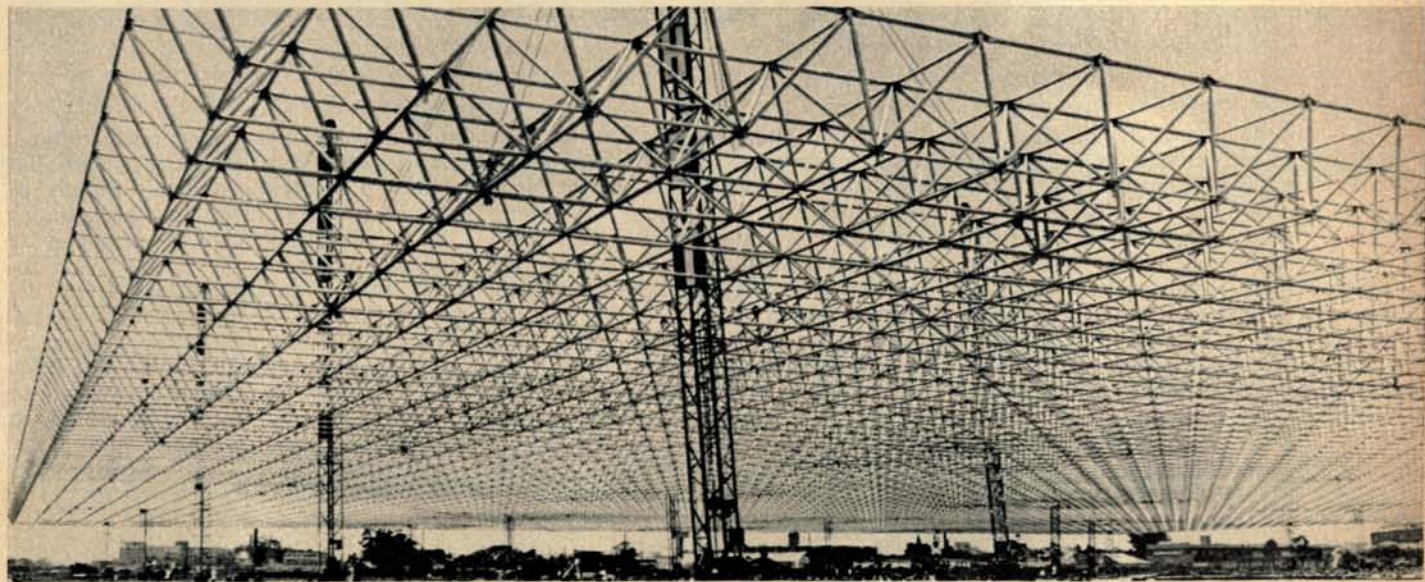
O Deputado Herbert Levy disse há dias que vai voltar a trabalhar no seu projeto. Valeria a pena, então, que fôsse acrescentada a obrigatoriedade de se revelar a taxa mensal de juros, além do preço a prazo, como consta de sua proposta. (Há pouco mais de um mês, um projeto desse teor foi aprovado pelo Congresso dos EUA.) Afinal, nem todos os consumidores terão disposição para recorrer a tabelas como esta.

TAXA MENSAL DE JUROS

MESES	1%	1,5%	2,0%	2,5%	3,0%	3,5%	4,0%	4,5%	5,0%	5,5%	6,0%	6,5%	7,0%
1	1,00	1,50	2,00	2,50	3,00	3,50	4,00	4,50	5,00	5,50	6,00	6,50	7,00
2	1,50	2,25	3,01	3,76	4,52	5,28	6,04	6,80	7,56	8,32	9,09	9,85	10,62
3	2,01	3,01	4,03	5,04	6,06	7,08	8,10	9,13	10,16	11,20	12,23	13,27	14,31
4	2,51	3,78	5,05	6,33	7,61	8,90	10,20	11,50	12,80	14,12	15,44	16,76	18,09
5	3,02	4,54	6,08	7,62	9,18	10,74	12,31	13,89	15,49	17,09	18,70	20,32	21,94
6	3,53	5,31	7,11	8,93	10,76	12,60	14,46	16,33	18,21	20,11	22,02	23,94	25,88
7	4,04	6,09	8,16	10,25	12,35	14,48	16,63	18,79	20,97	23,17	25,39	27,63	29,89
8	4,55	6,87	9,21	11,57	13,96	16,38	18,82	21,29	23,78	26,29	28,83	31,39	33,97
9	5,07	7,65	10,26	12,91	15,59	18,30	21,04	23,82	26,62	29,45	32,32	35,21	38,14
10	5,58	8,43	11,33	14,26	17,23	20,24	23,29	26,38	29,50	32,67	35,87	39,10	42,38
11	6,10	9,22	12,39	15,62	18,88	22,20	25,56	28,97	32,43	35,93	39,47	43,06	46,69
12	6,62	10,01	13,47	16,98	20,55	24,18	27,86	31,60	35,39	39,23	43,13	47,08	51,08
13	7,14	10,81	14,55	18,36	22,24	26,18	30,19	34,26	38,39	42,59	46,85	51,17	55,55
14	7,66	11,61	15,64	19,75	23,94	28,20	32,54	36,95	41,43	45,99	50,62	55,32	60,08
15	8,18	12,42	17,84	21,15	25,65	30,24	34,91	39,67	44,51	49,44	54,44	59,53	64,69
16	8,71	13,22	18,74	22,56	27,38	32,29	37,31	42,42	47,63	52,93	58,32	63,80	69,37
17	9,24	14,03	19,95	23,98	29,12	34,37	39,74	45,21	50,79	56,47	62,26	68,14	74,12
18	9,77	14,85	20,06	25,41	30,87	36,47	42,19	48,03	53,98	60,05	66,24	72,54	78,94
19	10,30	15,67	21,18	26,84	32,65	38,59	44,66	50,87	57,21	63,68	70,28	76,99	83,83
20	10,83	16,49	22,31	28,29	34,43	40,72	47,16	53,75	60,48	67,36	74,37	81,51	88,78
21	11,36	17,32	23,45	29,75	36,23	42,88	49,69	56,66	63,79	71,08	78,51	86,09	93,81
22	11,90	18,15	24,59	31,22	38,04	45,05	52,24	59,60	67,13	74,84	82,70	90,72	98,83
23	12,44	18,98	25,74	32,70	39,87	47,24	54,81	62,57	70,51	78,64	86,94	95,41	104,04
24	12,98	19,82	26,89	34,19	41,71	49,45	57,41	65,57	73,93	82,48	91,23	100,15	109,25

Calculando-se os juros mensais de uma compra a prazo por esta tabela, descobre-se como as prestações saem caras

O GOL 1.001 ACONTECEU NO PARQUE ANHEMBI



E assombra o mundo, tanto quanto o gol 1.000. Ou mais. Porque foi, como aquele, uma proeza inédita da técnica brasileira.

A meta era levantar, em 30 horas, a maior estrutura do mundo.

Com 25 guindastes, 838 toneladas de alumínio teriam que ser erguidas a 14 metros de altura e assentadas sobre 25 colunas.

Uma estrutura para cobrir uma área 4 vezes maior que o pavilhão de Feiras do Ibirapuera, ou a praça Roosevelt.

A coincidência entre essa estrutura, lá em cima, e suas bases, em baixo, devia ser perfeita. Por isso, os 78 mil metros assentariam com uma precisão de 1 por 120.000, ou seja, uma tolerância de 0,04 centímetros.

Um golaço.

E foi feito por "tabelinha" de três grandes empresas: Construtora Moraes Dantas S.A. - Companhia Brasileira de Construção Fichet & Schwartz-Hautmont e Alcan Alumínio do Brasil S.A.

A obra é para o Centro Interamericano de Feiras e Salões, com seu Complexo Turístico-Hoteleiro do Parque Anhembi.

Cujos 915 acionistas vão festejar esse gol com redobrado entusiasmo. Ele significa uma antecipação nos prazos para a construção daquele Complexo.

Na manhã de terça, a equipe completa entrou em campo, ali no Parque Anhembi.

Trinta horas depois, tudo estava terminado. E o mundo soube que, também em engenharia, as feras brasileiras disputam o título máximo. Olé!



CENTRO INTERAMERICANO
DE FEIRAS E SALÕES S.A.



ALCAN ALUMÍNIO DO BRASIL S.A.



CONSTRUTORA MORAES DANTAS S.A.



COMPANHIA BRASILEIRA
DE CONSTRUÇÃO
FICHET & SCHWARTZ-HAUTMONT

INTERNACIONAL

A Itália entra enfim na última etapa da campanha divorcista, após 91 anos de lutas e manifestações

À BEIRA DO DIVORCIO



Mais do que qualquer outra nação do mundo, a Itália tem uma íntima ligação com a Igreja Católica. Há 2 000 anos que Roma é a sede do cristianismo e o papa é o bispo da cidade. Mas, apesar das estreitas relações entre a Itália e o Vaticano, o Parlamento italiano abandonou uma obstrução de 91 anos e adotou uma lei que fere frontalmente um dos dogmas católicos mais importantes: a indissolubilidade do casamento. Na semana passada, ignorando os protestos do jornal do Vaticano, "Osservatore Romano", o projeto de autoria do deputado socialista Loris Fortuna, que institui o divórcio na Itália — aprovado pela Câmara dos Deputados por 325 contra 283 votos —, foi enviado ao Senado, onde enfrentará a segunda batalha antes de se transformar em lei definitiva.

As chances de aprovação do projeto no austero Palazzo Madama, do Senado, são tão imprevisíveis como o foram na Câmara dos Deputados, há duas semanas. Embora o número de senadores divorcistas seja superior em dezessete votos ao dos antidivorcistas, na verdade não se pode apostar, com certeza, na aprovação do projeto, que depende de numerosos fatores de última hora. Em primeiro lugar, muitos dos 85 senadores comunistas poderão discordar do partido e se absterem ou até votarem contra, porque suas convicções pessoais são, talvez surpreendentemente, contrárias ao divórcio (o ex-líder do PCI, Palmiro Togliatti, falecido em 1964, era antidivorcista). Por outro lado, alguns

dos quinze senadores neofascistas, que se comprometeram a votar contra o projeto, também poderão mudar de idéia, pois, conforme um deles, "o próprio Mussolini foi um divorcista convicto". Finalmente, para complicar ainda mais o já confuso panorama político italiano, diversos senadores do Partido Liberal (dezenove) e do Partido Socialista (46), que comprometeram publicamente o seu voto a favor do projeto, estão agora temendo que seus eleitores do interior, já contaminados pela radicalização do debate em torno do divórcio e, em sua quase totalidade, antidivorcistas, se neguem a reelegê-los nas próximas eleições gerais.

Conclusões contraditórias — De qualquer modo, o projeto só entrará em discussão no final de janeiro próximo, porque a agenda do Senado está inteiramente tomada por outros assuntos. E no Senado, assim como na Câmara, serão os 133 democratas-cristãos os únicos a se empenharem firmemente contra o divórcio. O PDC tem esperança de que a lei seja rejeitada ali, mas, em último caso, pretende forçar uma barganha política, convencendo a Câmara a votar o projeto já aprovado há alguns meses pelo Senado e que institui o referendo popular para matérias importantes. Dêsse modo, o PDC poderia exigir logo em seguida à votação final um plebiscito nacional para que o povo aprovasse ou não o divórcio — e o partido confia em que a maioria do povo será contra. Mas o referendo popular poderá ser

uma arma de dois gumes, pois, até hoje, não se sabe se o italiano é a favor ou contra o divórcio. Até maio último, os quatro grandes institutos especializados da Itália tinham feito 21 pesquisas de opinião pública — e os resultados foram sempre contraditórios. Tudo depende de como as perguntas são feitas. A equipe Doga, por exemplo, num inquérito realizado em junho de 1968, fez a seguinte pergunta: "Se você fosse chamado a votar uma lei instituindo o divórcio na Itália, crê que votaria a favor ou contra?" Dos entrevistados, 49% responderam "contra" e apenas 21%



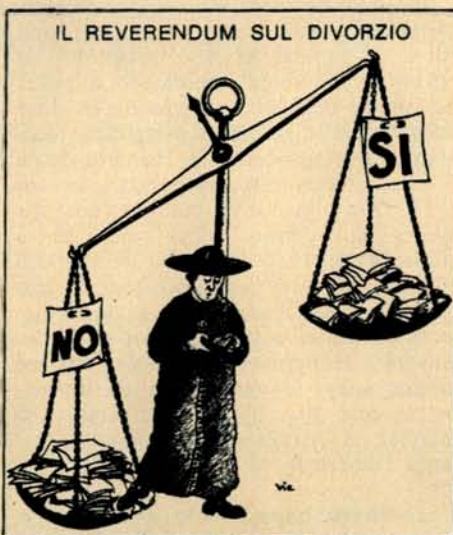
Fortuna: "direito de reciprocidade"

"a favor". Mas, no mesmo questionário, seguia-se outra pergunta: "Você acha que seria justo conceder o divórcio nos casos de separação ocorrida por consentimento mútuo ou por culpa de um dos cônjuges?" 58% responderam sim.

Desquites e casamento — Naturalmente os resultados dessas pesquisas são apresentados pelos dois lados como o seu argumento mais forte. A Lega Per Il Divorzio (LID), organização interpartidária fundada há três anos e que tem cerca de 30 000 sócios, foi quem sacudiu a relativa indiferença popular em torno do assunto, trazendo a discussão do divórcio para as praças públicas, difundindo campanhas pela imprensa e pressionando os partidos e o Parlamento. Tão eficiente foi a campanha da LID, que os antidiivorcistas, tradicionalmente agrupados em torno da Igreja e da Azione Cattolica, resolveram fundar, há seis meses, o Centro Difesa Assistenza Famiglia (Cedaf), para o contra-ataque. Presidido pelo professor de genética Luigi Gedda, 67 anos, e reunindo pequenas e grandes entidades católicas, o Cedaf parece ter saído a campo tarde demais, não conseguindo descontar a vantagem que a LID acumulara em dois anos e meio de propaganda incessante — e, às vezes, pitoresca (para contrabalançar o principal lema dos antidiivorcistas, "Os animais não se divorciam", a LID criou seu próprio slogan: "Os animais não se divorciam; os civilizados, sim"). Na realidade, a maré dos divorcistas tem sido alimentada principalmente pelos esquerdistas — que desejam infligir uma derrota política ao PDC — e pela pressão do crescente número de casais separados na Itália. Segundo estatísticas sociais do governo, os desquites homologados nos tribunais italianos foram de 6 269 em 1966, subindo para 6 762 em 1967 e para cerca de 7 000 durante o ano passado. Mas as separações de fato são quatro vezes maiores, porque nem todos que se separam têm recursos para pagar advogados e se desquitarem nos tribunais. Por isso, os cálculos extra-oficiais da LID falam da existência de 1 milhão e meio de cônjuges separados na Itália — inclusive 500 000 trabalhadores que emigraram para outros países europeus, ali se divorciando e casando de novo. Também se estima em 26 000 o número de filhos ilegítimos que nascem por ano. Paralelamente, o número de casamentos vem diminuindo na Itália: 385 000 em 1966, 379 000 em 1967 e cerca de 363 000 durante o ano passado — 95% dos quais são feitos na Igreja Católica. Embora reconhecendo essa crise conjugal na Itália, os antidiivorcistas afirmam que, mesmo assim, não haveria necessidade de divórcio.

Última batalha — O Cedaf diz que o

projeto Fortuna é excessivamente liberal e apresenta três argumentos principais para combatê-lo: 1 — Nos países em que o divórcio foi adotado, aumentou o número de casais instáveis e infelizes e de crianças prejudicadas. 2 — O projeto Fortuna facilita demais a separação, permitindo-a nos casos de demência, prisão longa de um dos cônjuges, incesto familiar. Além disso, torna-o compulsório após cinco anos de separação. 3 — Finalmente, a Itália não precisa de divórcio, pois a atual legislação é bastante flexível. Se nenhum desses argumentos convencer os senadores e o projeto for aprovado, o Cedaf travará a última batalha nos tribunais, levantando a tese da inconstitucionalidade da lei, que violaria o artigo 29 da Constituição ("A República reconhece o direito da família como sociedade natural fundada sobre o matrimônio"). Mas a maior oposição ainda vem da Igreja Católica — embora tenha havido uma suavização do tom de seus ataques. Poucos dias antes da aprovação do projeto na Câmara, o episcopado divulgou



No referendo, a força da Igreja

um documento de 22 páginas intitulado "Matrimônio e Família na Itália de Hoje", que combate o divórcio sem a veemência verbal do passado. Mesmo o "Osservatore Romano", nos seus dois editoriais da semana passada, não entrou ainda no mérito do divórcio como matéria religiosa, preferindo dizer que a aprovação do projeto não está de acordo com as convicções da maioria dos italianos e viola o Tratado de Latrão, assinado entre Mussolini e a Santa Sé em 1929, regulando as relações entre a Itália e o Vaticano. Contra isso, o Deputado Loris Fortuna argumenta com ironia: "Se o Vaticano pode mudar seu direito canônico sem nos dar satisfação, o mínimo que podemos fazer é invocar a reciprocidade".

Alemanha O DEGÊLO VAI ESPERAR

Do pórtico de Hamburgo partem os navios com seus grandes carregamentos carimbados em tinta preta: "Made in Western Germany". Destino: União Soviética. Durante o ano passado, 567 milhões de dólares em maquinaria completa para montar fábricas, produtos eletrônicos, plásticos, detergentes e químicos saíram dali com destino a Leningrado. Outros navios levaram 250 milhões de dólares em mercadorias para a Polônia. Por terra, mar e ar, outros produtos alcançam a Hungria, Bulgária, Romênia e Checoslováquia. A indústria alemã se entusiasma: somente em 1968 vendeu 945 milhões de dólares para o Leste europeu — e deslocou a Inglaterra para segundo lugar no comércio com a Europa socialista. Mas, do outro lado do muro de Berlim, esse comércio florescente que também despejou 686 milhões de dólares em mercadorias comunistas na Alemanha Ocidental preocupa seriamente os dirigentes da República Democrática Alemã. Apesar de seu alto grau de desenvolvimento (é a oitava nação industrial do mundo), a RDA não consegue ganhar a competição contra a avançada tecnologia da Alemanha Ocidental. Quanto aos húngaros, checoslovacos, romenos, russos e poloneses, não se impressionam com os protestos. Sua justificativa: o comércio entre as duas Alemanhas chegou a 420 milhões de dólares só nos quatro primeiros meses deste ano. "O que é bom para a RDA é bom também para nós", dizem eles.

Propostas concretas — Na verdade Walter Ulbricht, o velho dirigente de 76 anos da RDA, sente no ar um outro perigo: por trás da penetração comercial, a penetração política. De fato, as coisas mudaram rapidamente na Alemanha Ocidental. Em dois meses de governo o Premier Willy Brandt não perdeu tempo. Ele pôs a sua assinatura no tratado de não-proliferação de armas atômicas, aumentando para 94 o número de nações signatárias. Já declarou que existem dois Estados na mesma nação alemã. E propôs conversações com a URSS e a Polônia, separadamente, para um acordo mútuo renunciando ao uso da força. Inicialmente, as reações foram favoráveis. A URSS, pela palavra do secretário-geral do PC, Leonid Brezhnev, mostrou-se cautelosamente simpática. A Polônia, idem. A 16 de outubro, a imagem do chanceler polonês Stefan Jedrichowski chega aos lares alemães ocidentais pela TV. "A Polônia está disposta a discutir todas as propostas pendentes entre nos-

sos países", diz êle, referindo-se às antigas terras alemãs da Pomerânia e Silésia, incorporadas à Polônia no fim da guerra. A 23 de novembro é a palavra de Brandt que chega diretamente aos poloneses, pelo jornal "Zycie Warszawy": "Vamos propor a abertura de discussões políticas, incluindo as fronteiras e a renúncia ao uso da força". As viagens se iniciam entre as duas capitais. Para Varsóvia vai uma delegação alemã chefiada por Heinrich Boex — a primeira que faz uma visita após o fim da guerra. Depois, uma missão polonesa vai a Bonn negociar financiamentos de 3,8 bilhões de cruzeiros novos para seu Plano Quinquenal.

Velha exigência — Tudo isso é demais para Walter Ulbricht, que sente ameaçada a posição da RDA. Desde que Brandt subira ao poder, êle se conservava em silêncio. Agora decide falar. Na terça-feira da semana passada, um dia antes do início da reunião dos sete países do Pacto de Varsóvia, em Moscou, êle chegou à capital soviética e entrevistou-se

Hungria

O LIBERALISMO TOLERADO

Para quem quer tomar um táxi hoje em Budapeste, já existe a possibilidade de escolha: o passageiro pode servir-se de um carro russo, como o Moskvitch e o Volga, ou preferir os Peugeot franceses e os Fiat italianos. A empresa que administra esses táxis ocidentais tem ainda uma atração especial para os fregueses: seus motoristas são moças bonitas e de míni-saia.

É a concorrência, que começa a ser descoberta pelos húngaros: embora as companhias pertençam ao governo, elas lutam agora pela preferência do público e competem pelos lucros, pois os motoristas participam deles. O fato pode parecer sem importância e isolado, mas, na verdade, é o sintoma de uma nova situação. Embora a palavra de ordem na Hungria continue sendo "viver, pensar e trabalhar de modo socialista", a interpretação do velho lema passou por uma alteração radical, com o programa de reforma econômica implantado a partir de janeiro de 1968, encerrando os doze anos de apatia política e estagnação econômica que sufocaram a Hungria desde o esmagamento de sua insurreição em 1956. O resultado é estimulante: nos primeiros nove meses deste ano houve aumento de 16% em relação aos 3,6 bilhões de dólares de exportações do ano passado; e nas mercadorias enviadas para o Ocidente, o aumento foi de 29%. Isto dá à Hungria, pela primeira vez em muitos anos, um excedente de aproximadamente 50 milhões de dólares (210 milhões de cruzeiros novos) na sua balança comercial.

Conceito de lucro — As mudanças já podem ser notadas em toda parte. As lojas, por exemplo, mostram a crescente invasão de mercadorias estrangeiras: na Corvin, em Budapeste, já se podem comprar jaquetas de lã inglesa, camisas italianas, sapatos espanhóis ou perfumes franceses. E os preços variam de acordo com o mercado. "Anteriormente, diziam-me o que vender e por quanto", conta o gerente da loja. "Agora, eu decido. Não sou mais um funcionário, sou um homem de negócios." Com Janos Kadar, líder do partido, os dirigentes húngaros introduziram no país o conceito de lucro, deram independência às empresas, encorajaram o uso eficiente do capital, liberalizaram o comércio exterior, promoveram a reforma monetária, para uma maior participação húngara no mercado mundial. Uma grande fábrica como a Outubro Vermelho, em Budapeste, com produção anual de 1 milhão e 200 mil

ternos e um substancial comércio exportador, tem como administrador um antigo operário acomodado, Janos Bugar. Ele pode agora comprar matéria-prima onde quiser e planificar a produção de acordo com a procura.

Dois pontos — A participação nos lucros é um incentivo importante: mas para os operários atinge somente de 10% a 15%, enquanto para os gerentes vai de 60% a 80%. Isto criou uma nova elite que pode frequentar teatros, comprar artigos importados e fazer vida noturna. O resultado lógico tem sido o descontentamento da classe operária, o que cria sério problema para os novos planejadores. Além disso, há preocupações quanto à redução do crescimento industrial, diminuído em 5% no ano passado. Um dos elaboradores do programa, Dr. Jozsef Bognar, considera temporário esse declínio. E afirma: "É melhor produzir menos do que produzir mercadorias supérfluas, invendáveis ou deficitárias". Mas o problema mais sério é o risco de incorrerem na desaprovação de Moscou. O exemplo da Checoslováquia está próximo, embora o líder Kadar, diferente de Dubcek, tenha toda a confiança do Kremlin. Instalado no poder desde 1956, êle já provou irrestrita lealdade aos russos, inclusive participando, com o envio de tropas húngaras, da invasão da Checoslováquia. Em dois pontos Moscou mantém-se firme: o Partido Comunista deve conservar o controle absoluto do país; e o comércio húngaro com o Comecon e principalmente com a Rússia não pode ser prejudicado pelos apelos do Ocidente. Enquanto a Hungria e Kadar se mantiverem dentro de um liberalismo discreto e obediente, as reformas serão toleradas. Um passo em falso poderá trazer uma segunda Checoslováquia. **O**



PARIS-MATCH

Ulbricht: primeiro, a sua Alemanha

préviamente com os líderes do Kremlin. Ao final do encontro de dois dias, o Pacto emite um comunicado. Sobre a Alemanha, os comunistas reconhecem "passos positivos", mas insistem monotonamente nos perigos do "neonazismo" e do "revanchismo militar". E renovam a velha exigência de vinte anos: a Alemanha Ocidental deve reconhecer o regime da RDA. Este é o preço para que o mundo comunista aceite a política de Brandt. Ulbricht venceu, mais uma vez. Mas a sua intransigência no bloco oriental tem paralelo na firmeza americana, do lado ocidental. Um dia após a reunião do Pacto, a OTAN encerrou sua conferência de quinze chanceleres, em Bruxelas. E decidiu só aceitar a conferência sobre a segurança européia, proposta pelos comunistas, quando tiver provas concretas de sua "sinceridade". Isto é, quando obtiver importantes concessões. **O**

Inglaterra

SETE MESES DE ESPERANÇA

Desde que assumiu o poder, em 1964, Harold Wilson não se afastou da entrada do Mercado Comum Europeu. Chegou mesmo a forçar a porta duas vezes — em 1963 e 1967 —, mas foi duramente repellido por um "non" sonoro e impaciente ditado por Paris. O ingresso inglês no MCE, transformado em cidadela inacessível pela vontade exclusiva do General Charles de Gaulle, passou a ser uma espécie de humilhação para os súditos de Sua Majestade nestes sete últimos anos. Ainda assim, o "premier" britânico decidiu ter paciência, argumentando que, invariavelmente, a Inglaterra acabaria

por sobreviver ao general. De fato, não só a Inglaterra como a própria França sobreviveram à morte política do velho estadista. E, na segunda-feira passada, violando um dos pontos básicos da política européia gaullista, Georges Pompidou entreabriu o portão do MCE e fez sinal para que o tenaz Harold Wilson aguardasse só mais um pouco: antes de junho de 1970, prometeu, ele poderia entrar. Esta decisão, imediatamente endossada pelos cinco associados da França (Alemanha, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo), foi tornada pública no dia de encerramento da conferência de cúpula do MCE, em Haia. Em torno de uma austera mesa oval, a segunda geração de "eurocratas" decidiu, assim, dar novo impulso à agonizante Comunidade, que à meia-noite do último dia do ano encerra seu período transitório de doze anos.

Seis cabeças — Com a provável adesão da Inglaterra e de três outros candidatos inscritos — Noruega, Irlanda e Dinamarca —, o MCE vai ampliar consideravelmente seu mercado de 200 milhões de habitantes, com renda per capita anual de 1 650 dólares. Representando 16,33% da produção industrial do mundo, a Comunidade Européia ampliada se beneficiará sensivelmente com o avanço tecnológico dos ingleses; seu volume de importações, que já supera em 25 bilhões de dólares o dos Estados Unidos, e sua posição de segundo maior exportador, depois dos americanos, constituirão um desafio cada vez maior para as grandes potências econômicas. Mas apesar de todas estas alentadoras perspectivas, a construção de uma Europa unida tem-se chocado com um inimigo de seis cabeças: o interesse particular de cada um dos países-membros, mais forte do que a busca de um ideal comum. De fato, o que é bom para a Alemanha, altamente industrializada, não é conveniente para a França agrícola; as econo-

mias da Itália e do Luxemburgo têm pouco em comum; Bélgica e Holanda, embora vizinhos, têm interesses muitas vezes discordantes. Desta forma, cada etapa de um acordo era sistematicamente crivado de ressalvas, emendas e exceções. Na semana passada, entretanto, e pela primeira vez, a unanimidade se fez em torno de dois pontos importantes: além de concordarem em negociar a admissão de novos membros, os Seis também chegaram a um acordo para financiar subsídios aos preços dos produtos agrícolas da Comunidade. Principal beneficiária desta medida: a França, por ser o maior produtor agrícola do MCE (50% da área total cultivada, 16% da população ativa no campo).

Pelas costas — Do outro lado do canal da Mancha, Harold Wilson não esconde sua satisfação; apenas sete meses após o eclipse de De Gaulle, conseguiu furar o bloqueio continental. Em sua mente ainda ressoam as palavras irritadas do general, em 1967: "Enquanto eu estiver vivo, a Inglaterra não entrará no Mercado Comum. Mas assim que eu tiver virado as costas, ela chegará... E, o dia em que a Inglaterra, seguida por seu cortejo de países de livre comércio, ingressar no clube dos Seis, marcará o fim do Mercado Comum. Outra construção econômica nascerá e o Mercado Comum mudará de caráter". Todas estas previsões se confirmaram, irônica e, pela decisão de seu herdeiro político e sucessor no Palácio do Eliseu, Georges Pompidou. Apenas uma frase memorável do velho general ficou relegada à antologia de sua oratória: "A Inglaterra no Mercado Comum? Pois não, mas despida". Com De Gaulle aposentado, a Inglaterra não precisou se despir. Se Londres ingressar para o MCE em 70, será com todo seu deficit orçamentário, sua anemia monetária e — o mais grave ainda aos olhos do general — sua sólida fidelidade aos EUA.

Rússia

A MORTE DE UM BOLCHEVIQUE

Josef Stálin chamava-o pelo apelido: Klim. Para os comunistas russos, ele era o "tovarish" (camarada) Vorochilov, o último bolchevique da velha guarda, que lutou ao lado de Lênin nas fracasadas tentativas revolucionárias anteriores a 1917 e, como Lênin, amargou um exílio de muitos anos. Aos olhos de milhões de russos, ele era Kliment Iefremovitch Vorochilov, o primeiro marechal da história da União Soviética (promovido em 1935) e o mais velho de todos os militares russos, com 88 anos. Finalmente, para o mundo, Vorochilov era o competente estrategista da Segunda Guerra Mundial, um dos vencedores dos alemães em Leningrado e o político duro que foi presidente da União So-



Vorochilov: melhor sorte que Stálin

viética, de 1953 a 1960 — quando Krushev o afastou, acusando-o de conspirar com o "grupo antipartidário". Na semana passada, após nove anos de ostracismo político, o velho marechal soviético faleceu de uma crise cardíaca. De quarta-feira até sábado, vestido com a farda de marechal e trazendo sobre o peito todas as medalhas e condecorações, seu corpo foi velado na sede dos sindicatos. A homenagem tem sua razão de ser: Vorochilov, de família humilde, foi operário metalúrgico e agitador sindical durante toda a juventude em Lugansk Oblast. No sábado, tendo à frente um cortejo de altos dirigentes do Kremlin, o corpo do último bolchevique foi sepultado no Mausoléu dos Heróis, na Praça Vermelha. Ao contrário de seu chefe e amigo Stálin, hoje sepultado em cova rasa, o velho Klim teve melhor sorte na sua última morada.



Pompidou e Wilson: sete anos depois, o sinal para entrar



Calley (com a mão no bolso) chegando ao tribunal: por quê?

Vietnam

RETRATO DE UM BOM RAPAZ

William Laws Calley Jr., com seus 26 anos de pequenas vitórias e de fracassos menores, poderia ser o personagem estereotipado de um romance americano. Quando pequeno, brincava em casa com suas três irmãs, ou corria pelas ruas ensolaradas de Miami com a garotada do bairro.

Para todos, êle era apenas Rusty mais bom menino do que moleque. Adolescente retraído da classe média, passava as férias com a família na casa de campo da Carolina do Norte e, embora não brilhasse nos estudos, ganhou seu primeiro automóvel antes de terminar o colégio.

Rusty nunca conquistou nenhum troféu esportivo, mas praticava regularmente natação, esqui aquático e futebol; sempre bem vestido e com a mecha de cabelo avermelhado cuidadosamente penteada, não lhe faltavam namoradas, nem amigos para tomar cerveja. Como a maioria dos jovens americanos, ganhou seus primeiros dólares lavando pratos, carregando malas de turistas ou bancando a ama-sêca. Até então, nada de excepcional nem de anormal na vida de mais êste "americano tranquilo".

Em meados de 1966, porém, ao inscrever-se no Exército dos Estados Unidos, Calley inicia, sem saber, sua trágica ascensão à celebridade: três anos mais tarde, seu nome e fisionomia serena estão na primeira página de todos os jornais no mundo todo — e também na consciência de milhões de americanos — por assassinato de pelo menos 109 civis sul-vietnamitas.

Acosados — À medida que novos fatos

esclarecem a sombria manhã abafada de 16 de março de 1968, quando o Tenente Calley e seu pelotão massacraram a população de Song My, psicólogos e sociólogos, políticos e militares, simples cidadãos no mundo inteiro tentam compreender o que transformou êsse americano médio num assassino. Para sua mãe, a culpa é do Exército: "Mandeilhes um bom menino e êles fizeram dêle um criminoso".

Mas, para outros, o caso Calley é uma sinistra metáfora do próprio engajamento dos Estados Unidos no Vietnam. Para outros ainda, que como o líder negro Rap Brown vêem na violência e na torta de maçãs as características mais palpáveis nos Estados Unidos, a chacina de Song My é um reflexo da sociedade americana.

O fato que ninguém contesta é que, com William Calley, desapareceu a imagem reconfortante do americano na guerra — a do sorridente GI distribuindo chocolate para um bando de crianças esfarapadas.

E, habituados com as emissões de televisão quase diárias, a acompanhar os combates no Vietnam como sendo uma luta coletiva, anônima e automatizada, os americanos descobrem com horror o aspecto mais pessoal e humano da morte. Acossado pelo medo, impelido pelo desejo de vingança, frustrado por uma guerra de guerrilha desconcertante e exaustiva, o GI ou o oficial americano chega a praticar o assassinato — como os soldados alemães em Lidice ou como os soldados russos em Katyn.

Hierarquia — Na realidade, Rusty, o civil, e Calley, o militar, são uma única pessoa, com comportamento semelhante em momentos diversos. Assim como Rusty costumava obedecer às ordens de seu pai, um veterano da Marinha americana, o Tenente Calley talvez também tenha executado ordens de seu superior — no caso, o Capitão Ernest Medina —,

cujas responsabilidades na chacina ainda não foi totalmente apurada. E seguindo as instruções de Calley, cerca de 25 soldados — de um pelotão de trinta homens — também descarregaram seus fuzis M-16 sobre as mulheres e crianças de Song My. Esta hierarquia da matança, da qual participaram GI's brancos e negros — todos atrozmente normais —, pode conduzir os investigadores a patentes mais elevadas do Exército americano, como o Coronel Frank Barker, superior de Medina, ou mesmo o General William Westmoreland, comandante-chefe das tropas americanas no Vietnam até julho de 1968.

Para o Presidente Richard Nixon, o caso de Song My pode tornar-se tão prejudicial, politicamente, quanto a devastadora ofensiva do Tet para Lyndon Johnson. Por isso, a Casa Branca tem demonstrado o máximo empenho em acelerar a investigação dos fatos. Na sexta-feira passada, o Secretário do Exército Stanley Resor nomeou um conselho especial, que deverá averiguar se houve algum ocultamento de fatos no primeiro relatório do massacre. Essa junta, presidida pelo Tenente-General William Peers e composta de oito membros, já iniciou o interrogatório de testemunhas, a portas fechadas, no segundo subsolo do Pentágono. O primeiro implicado a ser ouvido é o próprio Calley. Agora, levantado o tabu do silêncio desta face oculta da guerra, denúncias de outros casos começam a chegar às autoridades. Na semana passada, a Inspetoria Geral do Exército americano anunciou a abertura de inquérito para examinar o caso de outro massacre de civis que teria ocorrido em junho último. E o senador democrata Edward Kennedy levantou mais suspeitas ao declarar que o total de vítimas da guerra do Vietnam, desde 1965, ascende a 1 milhão de civis. A escalada contra o segredo parece iniciada. ○



Calley: um jovem bem comportado

RÉQUIEM PARA A FALANGE

Tudo o que os espanhóis esperavam que ele fizesse antes de renunciar já estava feito: abandonou seus companheiros falangistas da guerra civil, entregou o trono a uma figura inofensiva e colocou o poder nas mãos de uma equipe de homens ligados à velha igreja espanhola. Ao completar 77 anos, na semana passada, o Generalíssimo Franco estava pronto para encerrar uma carreira de 33 anos como ditador. Mas ainda não foi dessa vez.

Já no mês de julho, quando as cortes espanholas aprovaram a indicação do Príncipe Juan Carlos e Franco viajou para a Galícia à procura de trutas e campos de golfe, muitos espanhóis pensaram aliviados que as férias seriam definitivas. O eterno sonho da oposição consiste em imaginar o generalíssimo em algum lugar afastado, entretido em terminar suas memórias — pelas quais uma editora americana já ofereceu 1 milhão de dólares. (Além de vários livros, Franco também já escreveu um roteiro cinematográfico, "Raças", filmado com escasso talento pelo diretor Saens Heredia.) Mas, em julho, Franco tinha apenas nomeado um príncipe cujos talentos mais evidentes consistem em organizar caçadas e exibir vistosos uniformes militares nos bailes de gala de seu palácio em Zarzuela. Era preciso encontrar uma equipe de homens para governar o país. E isso foi bem mais complicado.

Acôrdio provisório — Há vários anos, os postos importantes do governo estavam divididos entre a Falange e os tecnocratas da Opus Dei — organização de leigos católicos que se pretende afastada da política, embora nenhum jornal dentro ou fora do país fale em política espanhola sem citá-la. A Falange, por outro lado, contava com Fernando Castiella, ministro das Relações Exteriores; Manuel Fraga Iribarne, ministro da Informação e Turismo; e José Solís Ruiz, responsável pelos sindicatos oficiais. Esses três homens comandaram a resistência contra a ascensão dos tecnocratas da Opus Dei, concentrados nos ministérios econômicos. Sua melhor oportunidade surgiu com o caso Matesa. O maior escândalo financeiro da Espanha nesse século foi provocado por Juan Vila Reyes, diretor da fábrica de teares Matesa, curiosa indústria que nunca obteve um centavo de crédito nos bancos particulares mas conseguiu arrancar 11,5 bilhões de pesetas — 690 milhões de cruzeiros novos — dos bancos oficiais para

financiamento de exportações que geralmente não se realizavam. Vila Reyes, apontado como modelo de industrial dinâmico, pagava salários de 3 000 dólares aos seus representantes no estrangeiro e contribuiu pessoalmente com 20 000 dólares para a campanha de Richard Nixon. Quando finalmente ele foi recolhido à prisão de Carabanchel (afirmando que a Espanha nunca se recuperaria do atraso se o seu exemplo não fosse seguido), a imprensa falangista abriu fogo contra os ministros tecnocratas que haviam permitido os empréstimos fraudulentos. Durante um almôço de cinco horas entre os dois grupos firmou-se um acôrdio provisório. Os falangistas esqueceriam o caso Matesa e, em compensação, a Opus Dei permitiria a aprovação pelas cortes da lei sindical falangista, que estava bloqueada há oito meses. Com a aprovação dessa lei, os políticos da Falange conservariam o controle da organização sindical oficial, que reúne 10 milhões de trabalhadores. Mas essas manobras não deram certo.

Organização desorganizada — O projeto falangista foi recebido nas cortes por



Franco: para quando a aposentadoria?

uma chuva de 3 000 emendas tecnocratas. E no último dia 29 a Falange recebeu seu golpe de graça. De uma só vez, Franco renovou treze de seus deztoite ministérios. E dez entre os novos ministros pertencem à Opus Dei, cujos membros controlam igualmente todos os postos importantes nas relações exteriores, no planejamento, finanças, comércio, indústria, informação e turismo. Anteriormente, a Opus Dei já tinha a seu crédito uma série de obras culturais que vão desde um Instituto de Artes e Ciências Aplicadas, em Nairobi, no Quênia, até um Instituto de Línguas, em Osaka, no Japão, passando por um Centro Cultural Operário, em Culiacán, no México, num total de trezentos estabelecimentos. Na Espanha seus membros também já controlavam praticamente todos os bancos e a maioria dos meios de comunicação de massa.

Resta saber o que eles farão agora no

governo, além do aprofundamento da tradicional política tecnocrata. A resposta a essa pergunta é bastante difícil: quando não se limita a negar qualquer influência da Opus Dei na política, o sacerdote Escrivá de Balaguer, fundador da sociedade, pronuncia frases de sentido obscuro: "A Opus Dei é uma organização desorganizada". E o texto básico do movimento, um livro com 999 conselhos morais editados em vinte línguas e 2,5 milhões de exemplares, é igualmente obscuro: "A santidade que o Senhor nos pede exige três pontos: a santa intransigência, a santa coerção e a santa audácia".

Pequena diferença — No governo, os dois principais representantes da Opus Dei não poderiam ter um caráter mais diferente: Lopez Rodó, ministro do Planejamento, responsável pelo recente desenvolvimento espanhol e prematuramente envelhecido aos 49 anos, é solteiro por voto de castidade, enquanto Lopez Bravo, novo ministro das Relações Exteriores, é casado, pai de nove filhos e tem fama de playboy. As primeiras declarações de ambos, no entanto, dão a entender claramente que o novo governo pretende acabar com o isolamento espanhol, integrando o país nos organismos econômicos da Europa. Com a integração viria a riqueza e com a riqueza a liberdade política. A oposição ainda não se comoveu com essas intenções democráticas: "A vitória da Opus Dei significa um governo neofascista e a repressão levada a limites extremos". Mas a maioria dos espanhóis parece considerar que qualquer novo governo representará uma melhora em relação à situação que vigorou até agora e espera uma "liberalização" igual à que Marcello Caetano desenvolve em Portugal. Com uma pequena diferença: Franco ainda não abandonou o poder.

África do Sul

MAIS RIGOR NO RACISMO

Na África do Sul, cenário moderno e civilizado do "Apartheid" racial, há quem considere o primeiro-ministro racista Balthazar Johannes Vorster como um moderado conciliador, um liberal capaz de tolerar negros, mestiços e indianos e de considerar como iguais a si tanto os sul-africanos de origem inglesa como os imigrantes da Europa mediterrânea. A oposição até agora disfarçada ao governo nacionalista de Vorster explodiu, recentemente, numa indignação incontida diante da permissão dada pelo primeiro-ministro à visita de uma equi-

pe de rugby da Nova Zelândia: os jogadores eram "maoris", polinésios de pele morena. Os membros radicais do Partido Nacional, liderados por seu antigo chefe, Albert Hertzog, se sentiram ultrajados. Hertzog, num horror cheio de náusea, negou-se a aceitar a decisão: "Os maoris vão conviver com nossos rapazes. Eles vão dançar com as nossas mães!" A rebeldia de Hertzog foi imediatamente castigada com a expulsão do Partido Nacional. Isso serviu para que os seus adeptos afrikaners, de ascendência holandesa e convictos defensores da supremacia branca, se sentissem estimulados para a concretização de seus ideais. Sem perda de tempo, Hertzog fundou com eles o Partido do Renascimento Nacional, com uma linha segregacionista tão intransigente, que chega a assustar os mais radicais defensores do "Apartheid". Hertzog, com setenta anos e uma aparência calma e tranqüila, é um saudosista. Ele quer de volta os velhos tempos da dominação absoluta dos afrikaners: não hesitaria em reduzir o ritmo veloz do crescimento econômico da África do Sul, eliminando os investidores estrangeiros e a vinda de negros e europeus do Sul para as fábricas do país. No volante do seu moderno Porsche, a figura messiânica de Hertzog faz sensação em Pretória e, no mês de outubro, o congresso para a fundação de seu partido conseguiu reunir mais de mil delegados de todas as partes do país. Com a aproximação das eleições de abril, a dissidência do Partido Nacional se espalha pela área rural sul-africana, numa orgia de discursos inflamados cujo propósito é a obtenção do maior número possível de votos: estão em jogo 125 vagas no Parlamento, ocupadas até agora, em sua maioria, pelos nacionalistas. Eles vêm a divisão do partido com alguma incerteza, pois ninguém pode saber o que trará o fim da unidade do grupo dos afrikaners. ○

Estados Unidos

OS ESCRAVOS DE SATÃ

Num sábado de manhã, aos 46 anos de idade e a duas semanas da aposentadoria, o Tenente-Coronel Paul Tate — pai de Deborah, Patricia e Sharon Tate — recebeu a informação de que o corpo desfigurado de sua filha mais velha acabava de ser encontrado na casa da Rua Céu, n.º 10 050, Los Angeles, Califórnia. Depois do entêrro, voltou para casa, despiu o uniforme, deixou crescer a barba e sumiu de circulação. O que ele conseguiu nos três meses seguintes em que viveu entre os hippies à procura do assassino não se sabe; sabe-se



Charles Manson: drogas e hipnotismo

apenas que sua pista era certa. Desde a misteriosa noite de 8 de agosto até a semana passada, quando o crime foi aparentemente esclarecido, todas as investigações conduziram ao mundo dos hippies e das drogas. Além de Sharon Tate, morreram na mesma casa um amigo do guarda particular, Steven Parent, a herdeira Abigail Folger, o cabeleireiro Jay Sebring e o nobre polonês Voityck Frokowski. As investigações chegaram até Roma, onde Sharon Tate estivera pouco antes com seu marido Roman Polanski, e dali passaram ao Canadá, onde durante dois dias a polícia caçou o traficante Thomas Harrigan que, no fim das contas, nada tinha com o caso. A verdade estava na própria Califórnia, no rancho de um cowboy cego, de oitenta anos, no Vale da Morte.

Escravas de Satã — No dia 12 de outubro, a polícia da Califórnia invadiu o

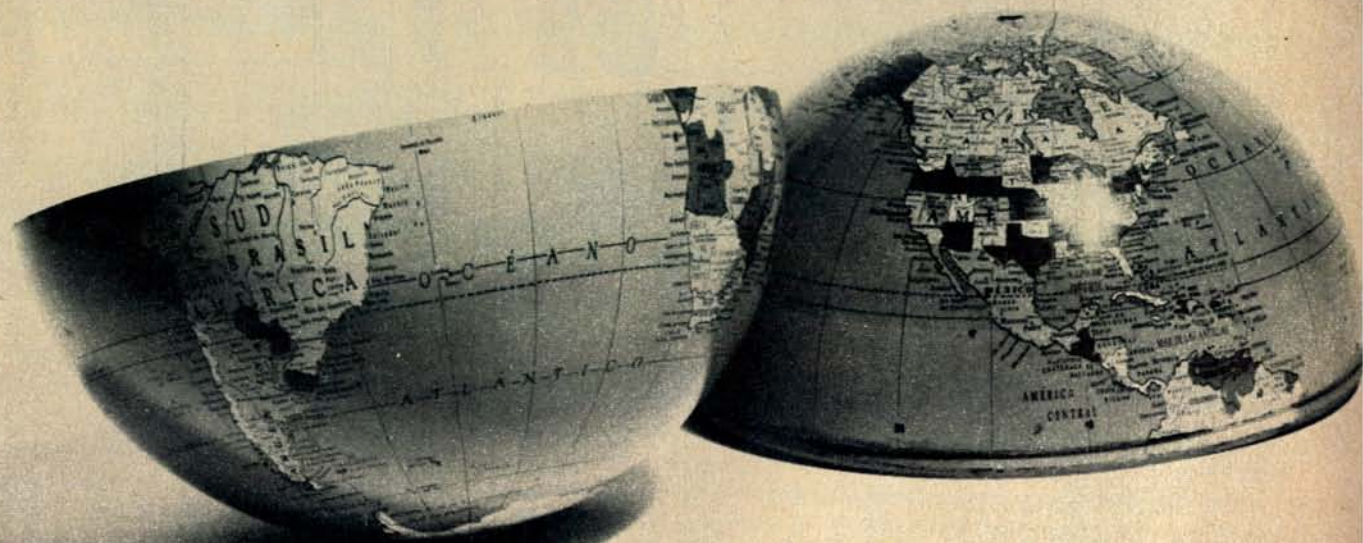
rancho à procura de um bando de ladrões de automóveis. Encontrou 26 pessoas, incluindo dezessete mulheres, todas armadas de faca e quase todas nuas. À primeira vista, um simples bando de marginais disfarçados de hippies. Mas o caso era mais complicado. Embora o chefe, Charles Manson, fosse conhecido há muitos anos da polícia como um marginal de segunda classe, ele parece ter conseguido, através de drogas, hipnotismo e rituais de magia negra, exercer uma influência magnética, ainda mal explicada, sobre seus companheiros. O bando era conhecido como "A Família", Manson era chamado de "Jesus" e as mulheres eram as "escravas de Satã". A ligação entre Manson e o caso Sharon surgiu por três caminhos diferentes. Uma "escrava" revelou sob influência de drogas que o grupo fazia assassinatos rituais. Em seguida, Mike Armstrong, administrador do rancho onde o bando se escondia, contou aos jornalistas que Sharon Tate tinha visitado várias vezes o local. E, finalmente, o advogado Paul Caruso declarou na última quarta-feira que Susan Atkins, de 21 anos, sua cliente no caso de tortura e morte do músico Gary Hingman, em julho, confessara estar presente na casa de Sharon na noite do assassinato, embora sem participar do crime. "Manson me disse que eu fosse, e eu fui."

Jôgo da velha — Segundo Susan Atkins, ela mesma, além de mais três mulheres e um homem, invadiram a propriedade e começaram por matar com dois tiros Steven Parent, ainda no jardim. Depois cortaram os fios de luz e telefone e arrombaram uma janela. Dentro da casa, duas mulheres apunhalaram Sharon Tate, enquanto o resto do grupo liquidava a tiros e facadas Frokowski, Abigail Folger e Jay Sebring. Dois dias depois, Manson determinou ao mesmo grupo de cinco "escravos" que voltasse a matar "para não perder o sangue frio". Desta vez foi escolhida a casa onde viviam o comerciante Leno LaBianca e sua mulher Rosemary. "A impressão que se tem", afirmou mais tarde um policial, "é que os assassinos fizeram o 'jôgo da velha' no peito dos cadáveres com uma faca e um garfo de trinchar." Apesar disso, os pais de Charles Watson, o único homem que participou dos dois assassinatos, mostraram surpresa quando seu filho foi preso na semana passada juntamente com Patricia Kermwinkle e Linda Kasabian: "Ele nunca se meteu em problemas". Quanto ao filho que a própria Sharon Tate esperava — ela foi morta no oitavo mês de gravidez — só se sabe que teria uma educação livre. "Se fôr um menino", tinha dito Sharon Tate na sua última entrevista, "quero que diga palavrões e use roupas extravagantes. Quero que seja um verdadeiro hippie." ○



Sharon: queria um filho hippie

Maior de meio mundo



Trorion é o maior complexo industrial de espumas de poliuretano em todo o Hemisfério Sul. Como chegamos a liderança? Simples: sendo os melhores. Doze anos de experiência e pesquisa. As 4 grandes fábricas Trorion só deixam sair coisas boas.

Obviamente produzimos plastispuma, mas nosso produto mais importante é qualidade; qualidade em tudo que fabricamos: colchões e travesseiros, estofados e assentos, esponjas, chapas Filon para cobertura e divisórias, juntas de vedação Compriband para a engenharia, Rigicel-K, o perfeito isolante do frio.

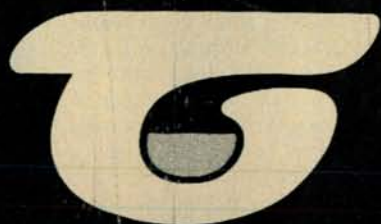
Em pouco tempo tornamo-nos os maiores nesta metade do mundo. Por enquanto. Pois vamos continuar crescendo. O Hemisfério Norte que se cuide.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO
TRORION S.A.
São Paulo - Guanabara

TRORION GAÚCHA S.A.
Rio Grande do Sul

TRORION NORDESTE S.A.
Pernambuco

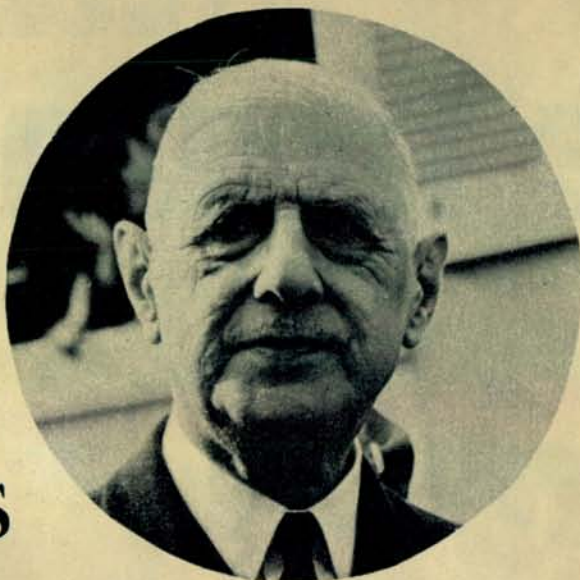
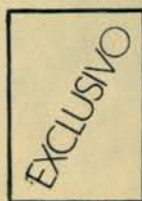
TRORION PARANAENSE S.A.
Paraná



Plastispuma - Suavespuma - Filon - Rigicel-K - Compriband - Filtra

O que faz De Gaulle
no silêncio
de seu último exílio?

Viver nas sombrias



Colombey-les-Deux-Églises, a 230 km de Paris. Um de seus 399 habitantes — um velho de cabelos brancos e bigode quase imperceptível —, já aposentado, se refugia no passado durante suas longas caminhadas diárias. Como única companheira e testemunha de suas meditações, uma bengala de madeira escura com ponta de metal. E, como o inverno é rigoroso, veste um imenso sobretudo azul-marinho para proteger seus 79 anos de idade e 1,92 m de altura. Charles de Gaulle, herói da Resistência, fundador do Rassemblement du Peuple Français (RPF), presidente e portavoza de 50 milhões de franceses até abril último, assume com sobriedade sua nova missão de pensador. Condenado pelo referendo de 27 de abril de 1969 a não mais fazer a História, ele se resignou com altivez a trocar a ação pela meditação.

Quando o tempo e a temperatura são favoráveis, seu fiel chofer Fontenil — oficial de polícia aposentado — o leva até o vizinho bosque de Dhuits, na sua reluzente Citroen DS preta; quando o tempo está ruim, De Gaulle se contenta em percorrer o pequeno parque de sua propriedade — e em particular a ala central, por ele chamada de “alamêda do filósofo” —, sempre submerso em pensamentos sobre o curso da História. Mas De Gaulle, além de pensar suas memórias de grande e controverso estadista do século, também as escreve. De fato, no mesmo gabinete austero si-

tuado no andar térreo da Boissérie, onde já redigira suas “Memórias de Guerra”, o general agora prepara as “Memórias de Paz”, a serem publicadas dentro de um ano. O primeiro volume, já em fase adiantada, tratará de seu retorno ao poder em 1958, da nova Constituição por ele promulgada, da descolonização africana e de um episódio ainda hoje explosivo: a guerra da Argélia, com todos os seus obscuros bastidores políticos. E, para não correr o risco de possíveis indiscrições, De Gaulle estabeleceu que os manuscritos, por enquanto, não sairão da esfera familiar: é Elizabeth de Boissieu, sua filha, quem os recebe e datilografa na sua residência parisiense.

Pouca coisa, na rotina diária do ex-presidente, indica que este entardecer de vida não é o de um cidadão comum: às 8 horas da manhã, ele liga o rádio para ouvir o jornal falado; logo em seguida começa a escrever, e só sai do gabinete de trabalho para ver o telejornal e se sentar à mesa do almoço com Yvonne de Gaulle, sua mulher. Mas, no seu papel de chefe de família e de avô — principalmente ao fazer longas narrativas a seus netos —, o general revela ainda ser e viver um personagem histórico. Para o ex-professor de Teoria Militar da Academia de Saint-Cyr, a História da França deve ser contada através de suas vitórias mais gloriosas e de seus momen-

tos mais dolorosos e sombrios. Seus temas preferidos para essas aulas improvisadas são o Estado, a “grandeur”, as virtudes do sacrifício.

Mas, embora retirado da vida pública e afastado do minuto presente, De Gaul-



le parece não ter perdido em nada seu interesse pelo mundo político e pela política da França. Raymond Tournoux, jornalista, amigo e biógrafo de confiança do general, teve o raro privilégio de ser hóspede na Boisserie há poucas semanas. Encontrou um De Gaulle envolto em reflexões sobre o psicodrama de maio de 1968, sobre as mutações das sociedades industriais, sobre a crise da Igreja e sobre a "suave mediocridade" que caracteriza, a seu ver, a política de hoje. Opinando sobre os acontecimentos mundiais durante estes "sete meses sem De Gaulle", o general dá mais uma vez a prova de que sua obstinação, pelo menos, não tem idade: "Veja só, nada mudou e eu tinha razão"; ou então: "A situação evoluiu de acordo com o que eu havia previsto". Em outras palavras, falta ainda rege o mundo e a política de blocos continua sendo sua obsessão número 1.

mais do que tudo, entretanto, De Gaulle está doente de seu país, que num domingo de primavera ensolarada lhe agradeceu pelos longos anos de serviços prestados e o aconselhou a descansar definitivamente em Colombey. Desta França, o general não aceita favores. Recusou mais de 20 000 francos mensais (NCR\$ 15 200,00) que deveria receber a título de ex-presidente da República, de membro do Conselho Constitucional, de aposentado militar e de titular da Legião

de Honra. Prefere viver de seus direitos autorais e se nega até a beneficiar-se do serviço gratuito de imprensa: "Eu mesmo compro meus jornais", afirma ele.

A partir de então, a correspondência que chega na Boisserie constitui seu último contato com a França. Todas as quartas ou quintas-feiras, Xavier de Boulaincourt, chefe de seu secretariado particular, chega de Paris com o "malote" da semana: quinhentas a setecentas cartas, além de dezenas de livros com dedicatórias. E o carteiro de Colombey, Jean Consigny, orgulha-se de dispor de um carro para levar diariamente a "Monsieur le Général" uma grande pasta de mármore contendo as cartas que chegam diretamente à aldeia.

Os franceses, por sua vez, não cortaram de todo o cordão umbilical que os liga ao "vieux Charles". Pelo contrário. Segundo a mais recente enquête realizada pela Sofres (Société Française d'Études et Statistiques), ainda há 51% de nostálgicos; mas, dos 49% que não lastimam a queda do general, três quartos se declararam "particularmente satisfeitos" com a mudança. Porém, os dados mais interessantes desta pesquisa se referem à categoria social dos insatisfeitos e dos satisfeitos. E a constatação mais surpreendente é a indiferença — e em muitos casos a satisfação — das camadas mais privilegiadas da população com o fim da era gaullista. Assim, 64% da burguesia que havia votado em favor do general nas eleições presidenciais

de 1965 e que durante a crise estudantil saiu às ruas em defesa da bandeira tricolor e da "Marselhesa", hoje se sente melhor sem o velho guerreiro. Paralelamente, as classes populares revelam-se bem menos hostis ou rancorosas: 54% dos agricultores, 53% dos operários e dos empregados de serviços, 60% dos aposentados ainda se sentem órfãos do general.

mas De Gaulle, que empolgava os mais apáticos com seu magnetismo e com sua oratória apocalíptica, sente as manifestações de simpatia de agora como meros gestos de comisseração. Homem que suscitou paixões, a caridade afetiva deve parecer-lhe intolerável. Assim, e por ter grande dificuldade em passar despercebido, o velho general quase não sai de Colombey.

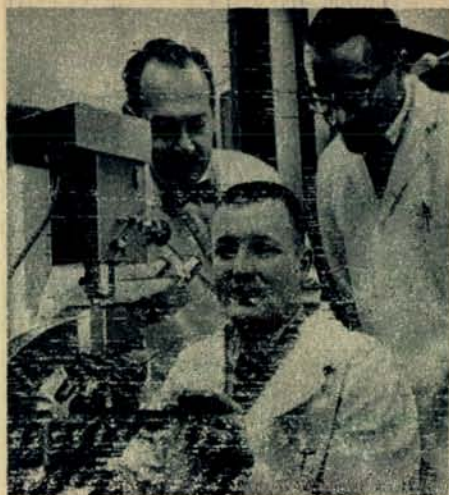
Determinado a não deixar ninguém, nem mesmo a França, decidir coisa alguma em relação à sua pessoa, De Gaulle já tomou todas as providências para que seu funeral também seja conforme as normas de dignidade e de extravagância que o acompanharam em vida. Talvez temendo perder em pompa para Churchill, Eisenhower ou Adenauer, todos objetos de grandiosos espetáculos fúnebres, o general se declarou a favor da mais despojada simplicidade: deseja ser sepultado em Colombey-les-Deux-Églises. Será esta sua teimosia póstuma contra a ordem estabelecida.



FOTOS PARIS-MATCH

MEDICINA

O Dr. Morton (o do meio) isolou um vírus do câncer. Mas não se arrisca a dizer se isto pode ser a cura para o mal



CÂNCER, O VÍRUS ISOLADO

Pelo menos uma vez por mês, jornais sensacionalistas, e até mesmo sérios, anunciam a descoberta da cura do câncer. Isso aconteceu de novo na semana passada, quando os professores americanos Donald Morton, de 34 anos, e Frederick Eilber, de 31 anos, pesquisadores do Instituto Nacional do Câncer, nos Estados Unidos, anunciaram em Paris ter conseguido isolar pela primeira vez um vírus causador do sarcoma (câncer dos tecidos mais profundos do corpo) em seres humanos.

Mas, desta vez, a reputação dos cientistas envolvidos era tão grande, que seus colegas deixaram de lado a reserva natural com que normalmente recebem notícias desse tipo, e passaram a comentá-las. Em Milão, um dos mais famosos cancelogistas italianos, o Professor Pietro Bulcalosi, diretor do Instituto Nacional para Tratamento de Tumores, disse: "É uma descoberta de alto valor e uma recompensa ao trabalho de todos os cientistas que investigam a origem do câncer".

No Brasil, as reações foram também de entusiasmo. O Dr. Guilherme Lacorte, diretor do Instituto Osvaldo Cruz, da Guanabara, disse: "Sem dúvida, é um grande avanço para a prevenção e cura da doença".

A experiência — Qual foi exatamente a experiência dos professores Morton e Eilber? O que ela realmente representa como um passo à frente na luta pela cura do câncer?

Há muito tempo os cientistas já suspeitavam que algumas formas de sarcoma sejam produzidas por vírus, pequenos

parasitas das células, responsáveis por muitas doenças já descobertas e hoje controladas, como a paralisia infantil, o sarampo, a febre amarela e várias espécies de gripe. Essas suspeitas foram fortalecidas recentemente com experiências em animais, como o coelho. Mas os professores Morton e Eilber sabiam, pelas lições do passado, que é muito diferente o comportamento de certas doenças nos organismos dos homens e dos animais. E foi isso que os levou a tentar encontrar uma prova capaz de confirmar — ou desmentir — suas suspeitas. Para alcançar o objetivo — a prova final — eles cercaram suas experiências de muito cuidado.

Inicialmente, desmancharam uma célula cancerosa e dela tiraram um extrato onde estava comprovada a existência do vírus apontado como possível causador de sarcomas, que foi injetado numa célula sadia.

Algum tempo depois, na célula sadia se formou também um sarcoma.

Para os professores Morton e Eilber essa era uma grande vitória, depois de cinco anos de pesquisas, mas eles não se contentaram com isso. E quiseram cercar seu trabalho da maior segurança até que pudessem afirmar que fora realmente o vírus por eles isolado o causador do sarcoma.

Passo seguinte foi injetar extratos de células doentes em animais. Retiraram depois amostras de sangue desses animais e descobriram nelas anticorpos semelhantes aos anticorpos produzidos pelo organismo das pessoas atacadas de sarcoma. A identidade dos anticorpos — pequenos soldados criados pelo organis-

mo para se defender toda vez que é atacado por corpos estranhos, como o vírus — deu a Morton e Eilber a segurança que lhes faltava para demonstrar a tese de que um vírus pode produzir um sarcoma. E abriu a possibilidade de, daqui a algum tempo, se conseguir uma vacina, como a da paralisia infantil, capaz de imunizar o organismo humano contra o câncer.

Caminho para cura? — Mas, apesar do êxito da descoberta, comparada por alguns, para demonstrar sua importância, ao ato de "alguém que puxa o gatilho de um revólver pronto para disparar", os cientistas são muito cautelosos quando a discutem. Eles sabem que, na ciência, o terreno tem de ser conquistado palmo a palmo. No caso do câncer, eles sabem disso melhor do que ninguém, pois foram precisos trinta anos de trabalho para que colecionassem alguns êxitos (na verdade, muitas vezes, mais fracassos do que êxitos) no combate à doença. E não desejam despertar esperanças infundadas em milhões de pessoas em todo o mundo que aguardam ansiosas uma droga milagrosa que as cure. É possível mesmo que se passem muitos anos antes que se possa conseguir nas prateleiras da Medicina um remédio para a cura do câncer, tão eficiente quanto é hoje a penicilina no combate às infecções. O Dr. Albert Sabin, o pai da vacina Sabin contra a paralisia infantil, reconheceu isto recentemente quando deixou os Estados Unidos para trabalhar em pesquisas de câncer com os especialistas do Instituto Weissman, em Israel. Ao partir para seu novo emprego, disse: "Estou convencido de que meu lugar é lá. É no terreno das pesquisas contra o câncer que a Medicina trava hoje a sua luta mais difícil". Os professores Morton e Eilber parecem concordar com seus colegas. Eles esperaram vários meses antes de anunciar ao mundo o resultado de seus trabalhos e estão conscientes do valor relativo da descoberta. A sua experiência foi feita com um vírus que se mostrou ativo na produção de um único tipo de câncer, enquanto mais de trinta são conhecidos hoje. Por isso acreditam que ainda terão pela frente um longo caminho de indagações a serem respondidas antes que possam fornecer à ciência uma base firme de conhecimentos para a busca da cura definitiva da doença. Uma dessas indagações: seriam todos os tipos de câncer produzidos por vírus? Ou existiriam outras causas? Nesses pontos, apesar das descobertas dos professores Morton e Eilber, o mundo dos especialistas continua dividido. Talvez exatamente porque o que se sabe é ainda muito pouco. **O**



Lupo, a super-meia

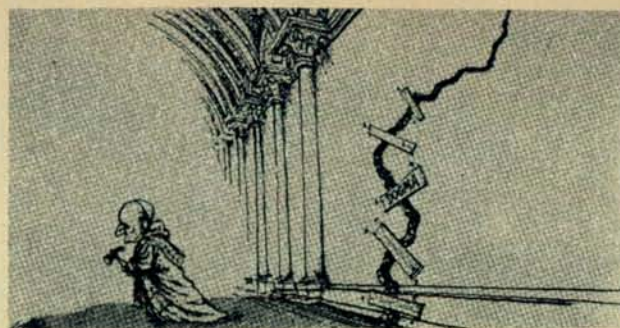
A vida de uma super-meia está sempre por um fio. Nas máquinas moderníssimas da Lupo só entram fios que passaram pela batalha dos testes de resistência. Então eles são tratados para não absorver os odores da transpiração e nunca perder a forma. Não se pode permitir nenhum deslize para o calcanhar numa super-meia.

Ela tem que aderir firmemente, não diminuir ou aumentar de tamanho e permanecer fiel a sua cor original. Por isso, quando você ouvir dizer que "toda meia é igual", sorria. Finja que você não sabe por que Lupo é a meia que mais se vende no Brasil.



RELIGIÃO

A infalibilidade é um dos poucos poderes do papa até agora não contestados, pelo menos abertamente. Ela se transformou em dogma cem anos atrás



OLIPHANT, NO "DENVER POST"

O PAPA INFALÍVEL

Num dos grandes e solenes salões do Palácio do Vaticano, o papa comemorou, no começo da semana, junto com seus cardeais, os cem anos do dogma da infalibilidade. O clima de crise de autoridade que vive a Igreja nos últimos anos deu à cerimônia um significado especial: não sendo um "poder" conferido ao papa, a infalibilidade é, entretanto, um dos últimos trunfos de que dispõe a Igreja para manter a sua unidade. E os acontecimentos da última semana mostraram mais uma vez a necessidade de um esforço maior de pacificação interna.

Até agora Paulo VI havia enfrentado apenas a rebeldia dos padres "progressistas". Mas, recentemente, depois de autorizar as novas normas de liturgia, passou a receber críticas violentas, e o pior, públicas, dos próprios conservadores liderados por dois veteranos cardeais italianos: Alfredo Ottaviani e Antonio Bacci. Eles condenam as mudanças introduzidas na missa e acusam o papa de tê-la tornado vulnerável às heresias. Não gostaram principalmente da substituição da hóstia pelo pão e vinho. Católicos italianos conservadores chegaram a organizar em várias cidades um movimento para tentar boicotar as missas: "O que nos resta fazer é deixar desertas as igrejas até que o Vaticano recupere a sanidade".

Um dom de Deus — Desde os primeiros séculos do catolicismo, o papa era considerado infalível quando se pronunciava sobre questões de fé e moral. Mas só durante o Concílio Vaticano I, iniciado em 1869, a infalibilidade foi proclamada como dogma oficial, pelo Papa Pio IX.

Foram estabelecidas também as condições necessárias para um pronunciamento infalível: 1 — o papa deve agir como supremo mestre da Igreja universal; 2 —

deve pretender definir uma doutrina e deixar claro que sua decisão valerá para sempre; 3 — a doutrina deve estar relacionada com a fé ou a moral; 4 — o papa deve pretender claramente impor uma "obrigação de crença" sobre toda a Igreja.

Durante todo este século, apenas um papa se pronunciou infalivelmente: Pio XII, em 1950, quando proclamou a assunção da Virgem Maria ao céu, como dogma de fé.

A crença na infalibilidade baseia-se em duas promessas feitas por Cristo a seus apóstolos (ou à sua Igreja): a de que estaria com eles "até o fim dos séculos" e lhes daria "a assistência do Espírito Santo".

É essa presença e assistência que garantem à Igreja a possibilidade de não errar quando transmite os ensinamentos de Cristo. A infalibilidade do papa, portanto, é uma consequência da infalibilidade da própria Igreja, como um to-



PARIS-MATCH

Ottaviani: o outro lado da crise

do, e de sua condição de chefe supremo.

União na fé — Enquanto a Igreja for considerada infalível ela poderá sentir-se segura. E dificilmente um católico irá contestar-lhe essa qualidade: do modo como foi estabelecido o dogma, se a Igreja falhar significa que o próprio Espírito Santo, que a assiste, falhou. Há apenas vozes isoladas fazendo objeções e elas atingem mais especificamente a infalibilidade do papa. Há pouco tempo um sacerdote americano, James Drane, foi suspenso de suas funções pelo seu bispo por ter declarado que o dogma "é um mito e já é hora de descansar em paz com uma declaração solene e falível". Mas em alguns países da Europa — até mesmo na França, onde a Igreja ainda vive dias relativamente pacíficos — o tema é debatido com frequência, juntamente com outros dogmas, como o da virgindade de Maria, também declarado de modo infalível.

Para o teólogo alemão (católico) Hans Kung, o conceito de infalibilidade sofreu uma "grave distorção" dentro da Igreja Católica. No começo, diz Kung, a infalibilidade não significava a capacidade da Igreja de não errar. "Quem não tem uma fé superficial, racionalista, mas uma profunda fé cristã em Deus e no seu espírito, crê firmemente que o espírito de Deus conservará a Igreja na verdade do Evangelho, apesar de todos os erros e através de todos os erros."

O novo credo — Para enfrentar a onda que ameaçava crescer, Paulo VI publicou, no ano passado, um novo credo, reafirmando todas as crenças fundamentais da Igreja, inclusive o dogma da infalibilidade papal. Não parece existir, entretanto, perigo real para a infalibilidade. Há, no máximo, uma tendência para fazer diluir o dom infalível do papa dentro da infalibilidade da Igreja — assim, ele nunca é infalível sozinho, mas "com" ela. E se eliminaria também, segundo os defensores dessa corrente, o "autoritarismo" exercido pelo papa.

Mas quem cria problemas sobre a infalibilidade papal, na opinião do Padre José Francisco Andrade, de Belo Horizonte, está esquecendo uma verdade básica: "O Espírito Santo existe e participa da vida da Igreja. Se Deus nos fala constantemente através dos fatos da vida humana, por que não vamos aceitar que ele nos revele as mensagens mais profundas de seu amor através de quem sucede a Pedro, o apóstolo escolhido para governar a Igreja?"

os grandes compositores não esqueceram do seu natal.

Nem será preciso falar sobre "O Messias", de Haendel, que, com o seu cântico de "Aleluia, Aleluia!", elevou o gênero oratório ao nível de magnificência e casou de tal forma com o Natal que, desde quando foi executado pela primeira vez, em 1742, nunca mais deixou de ser "a música do Natal". E nem será preciso falar sobre esta Edição Especial selecionada por "Os Grandes Compositores" como um verdadeiro presente para Você e sua família. É preciso ouvi-la. É uma dose dupla de emoção. Os 2 discos, com gravação da Orquestra Filarmônica de Londres e Grande Coral, sob a regência de Sir Thomas Beecham, reúnem os principais trechos da mais importante e mais famosa obra de Haendel. Esta é a sua oportunidade de transformar o Natal de sua casa no Natal mais envolvente de sua vida.



Um presente da
ABRIL CULTURAL
para o seu Natal

FASCÍCULO
com

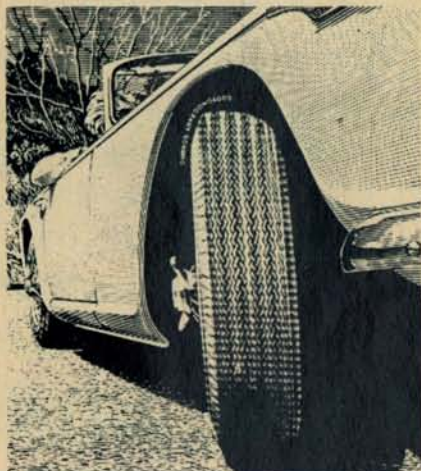
2 LPs

Apenas
NCr\$ 10,00

nas bancas
a partir de 8 de dezembro



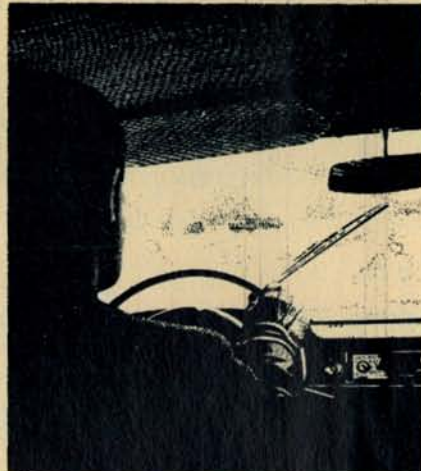
Com o G8 Goodyear você avança sempre. Firme e seguro.



Porque: graças aos ombros arredondados
você tem perfeito domínio do volante.



Nas curvas, a direção é firme,
e a aderência é perfeita.



Nas retas, o rodar é suave e seguro,
em qualquer tempo.



Construído com os famosos cordoneis 3T, enfrenta
qualquer tipo de estrada, resistindo a todos os impactos.



E a Borracha Tracsyn, exclusiva da Goodyear,
proporciona muitos km extra...



Tudo isso para você rodar feliz com
a segurança e o conforto do G8.

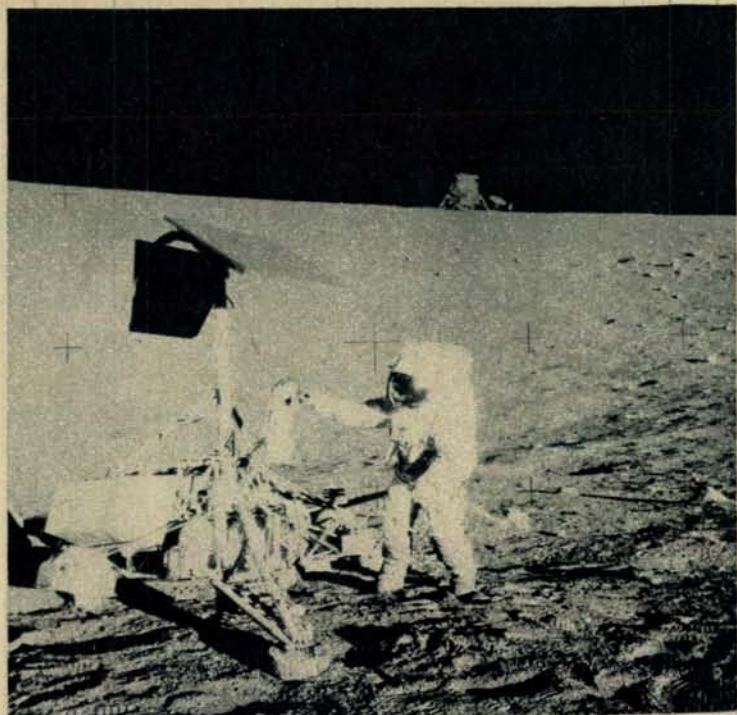
Rode com segurança e alegria... rode com pneus G8 Goodyear.

O pneu G8 com ombros arredondados é um pneu moderno para carros modernos. O rodar é confortável, macio e silencioso, a segurança é total, com perfeito domínio do volante. Mude já para o G8!

G8 GOOD YEAR

CIÊNCIA

A 368 000
quilômetros da
Terra, o Módulo
Lunar (ao fundo)
pousa a 180 metros
do Surveyor 3.
Entre eles,
dois anos e meio da
mesma busca:
como nasceu o
sistema solar?



FOTOS NASA

O MUNDO SEGUNDO A LUA

As pegadas que Charles Conrad Junior (Pete) e Alan Bean deixaram nas suas caminhadas de 780 metros (a primeira) e quase 2 quilômetros (a segunda), no Mar das Tormentas, lá ficarão por mais de 1 milhão de anos. Não há chuva nem ventos para apagá-las. Pete e Bean, agora cumprindo os 21 dias de quarentena em Houston (com Richard Gordon e mais vinte técnicos da NASA "contaminados"), recolheram com cuidado 45 quilos de rochas, sabendo que a Lua guarda as marcas do tempo: se as pedras forem mais velhas que as mais antigas já encontradas na Terra (3,5 bilhões de anos), terão os sinais do nascimento do universo, que a análise de alguns meteoros parece indicar como 4,6 bilhões de anos. Nos mesmos dias da quarentena, os cientistas, ainda desapontados com a primeira remessa de pedras trazida pela Apollo 11 da Base da Tranquilidade (1 500 quilômetros distante da Base das Tormentas), com apenas 3,5 bilhões de anos de idade, parecem reanimar-se: as novas amostras (algumas do tamanho de uma berinjela) têm composição química diversa das antigas — muito menos titânio e maior quantidade de feldspato —, além de não estarem cheias

de trincas. Suas idades podem não coincidir.

Os três astronautas parecem seriamente preocupados com outro problema, a dificuldade comprovada dramaticamente de um pouso perfeito previamente determinado. A Apollo 11 errou o alvo de vários quilômetros e a Apollo 12 desceu a apenas 180 metros do Surveyor, envolta numa nuvem tão grande de pó lunar, que os astronautas foram obrigados a confiar no comando automático. "Usei tudo o que sabia para fazer a criança (o Módulo Lunar) descer até o lugar certo", disse Conrad. Quando saírem da quarentena, os astronautas repetirão muitas vezes essa história aos técnicos da NASA. O próximo vôo, marcado para março de 1970 e dirigido ao velho planalto próximo à cratera de Fra Mauro, terá que pousar em terreno acidentado, multiplicando os riscos da descida. Mas há uma compensação: com muitas marcas de meteoros, e por isso imaginado como sendo de formação mais antiga, o planalto na região de Fra Mauro poderá fornecer pedras de 4,6 bilhões de anos, com mais probabilidade que os dois primeiros vôos. Tranquilos como técnicos certos de terem manobrado sua máquina com perfeição,



Base n.º 2, no
Mar das
Tormentas: a
bandeira
não tremula
num mundo sem
ventos

Richard, Bean e Conrad consolam-se com o maior triunfo de sua viagem: foram os primeiros homens a verem o Sol eclipsado pela Terra. Aconteceu quando voltavam da aborrecida viagem de três dias de retorno e a Terra já apontava 30 500 quilômetros distante: "Foi a visão mais espetacular em todo o vôo", disse Bean. O



Nas páginas seguintes, dois
espetáculos em fotos
da NASA: as imagens habituais
de uma base lunar e a visão
nova de um eclipse às avessas



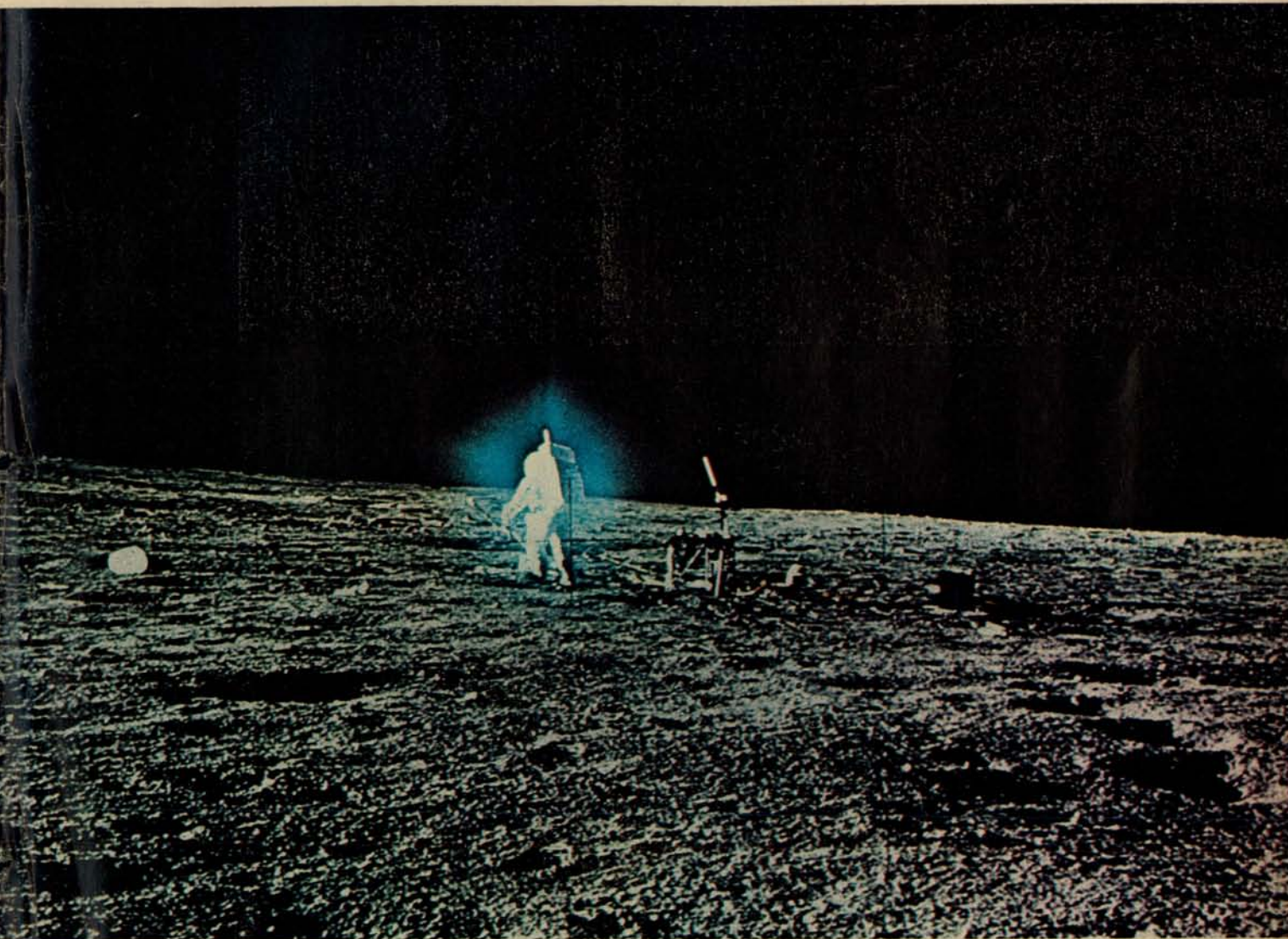
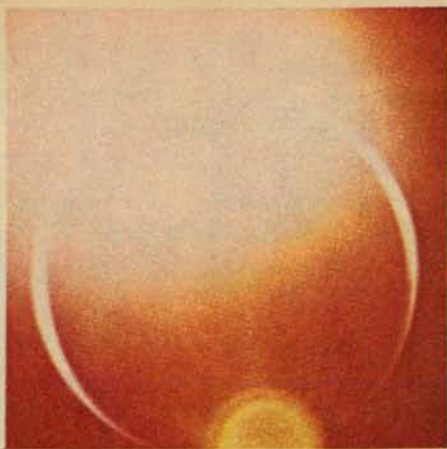
FOTOS NASA



As muitas terras da Lua: a mesma paisagem (acima), mas com rochas bem diferentes (ao lado).
 À direita, um halo de luz se desprende da roupa aluminizada do astronauta em sua caminhada na Base das Tormentas



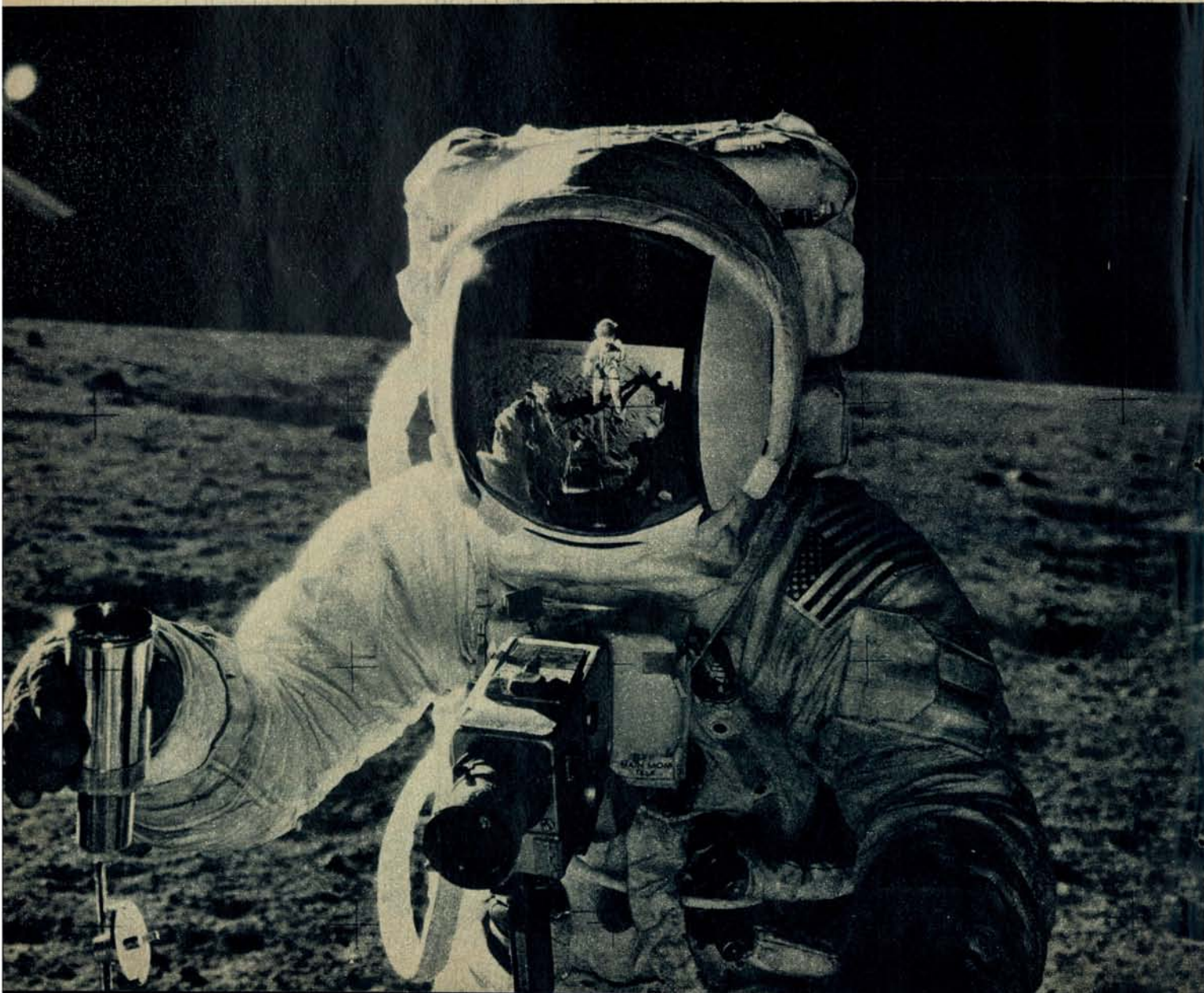
A 30 500 quilômetros e quatro
horas do regresso à Terra,
os astronautas são
surpreendidos por um eclipse
nunca visto antes: a Terra
está entre o homem e o Sol



Aos pés do Surveyor 3: dois anos
e meio depois do pouso,
a sonda é vistoriada pelos
astronautas da Apollo 12.
Embaixo, amostras de dentro da
Lua carregadas nas pontas
dos dedos

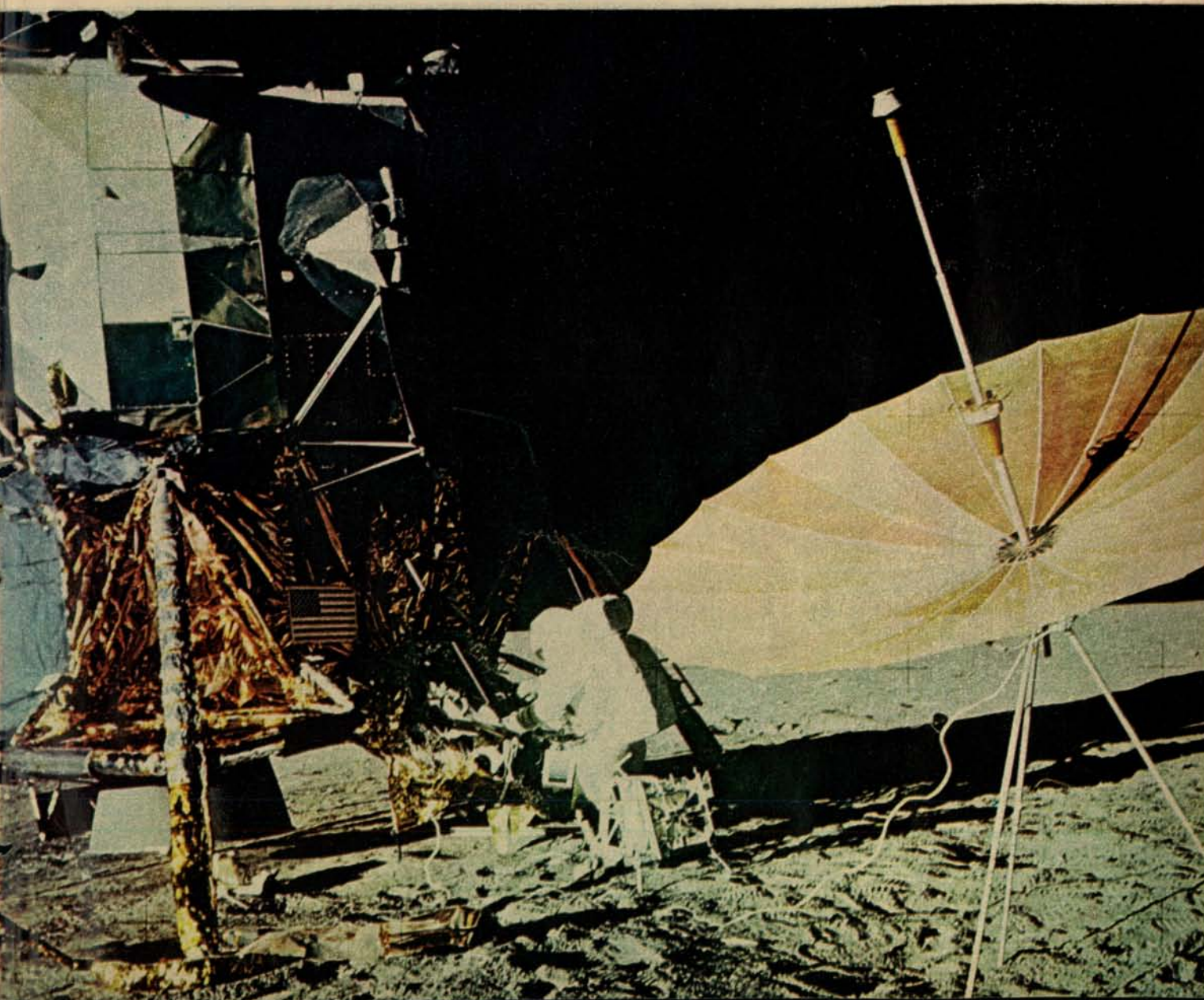


FOTOS NASA





A caminhada sob o sol. Ao fundo, o Módulo Lunar. Embaixo, cores novas na Lua: o dourado do alumínio, seu reflexo na antena e o azul-vermelho da bandeira americana



*Alguns dirigentes,
como Antônio
do Passo, na foto,
ainda acham
que o fator campo
é muito
importante para
ganhar a
Taça de Prata*



FUTEBOL DE GABINETE

Para Antônio do Passo, diretor de futebol da CBD, a melhor tabela para um torneio de futebol parece ser aquela capaz de determinar o vencedor por antecipação. E, se essa não era a sua intenção, pelo menos foi a impressão que deixou ao elaborar a tabela do turno final da Taça de Prata, sutilmente preparada para favorecer o único time carioca na disputa, o Botafogo. A tabela original, divulgada em setembro, determinava que os campeões dos grupos teriam o direito de "mando de jogo" na fase final. Mas, depois de definida a classificação, a CBD resolveu mudar tudo. Numa reunião na sede da Confederação, Antônio do Passo, João Havelange e Mozart Di Giorgio, dirigentes da CBD, prepararam a nova tabela alegando necessidade de alterar o regulamento para conseguir melhores rendas. Aparentemente, os paulistas não perceberam que a nova tabela era mal dirigida, e de certa forma, mal intencionada. O representante do Corinthians na reunião chegou a afirmar que a nova tabela era até benéfica para seu clube. Mas, depois das duas primeiras rodadas, os coríntios mudaram de opinião. Quando ficou sabendo que a última partida de seu time, contra o Cruzeiro, seria em Belo Horizonte, o presidente corintiano Wadih Helu ficou nervoso e chegou a dizer que o jogo seria em São Paulo de qualquer forma, "porque é assim que determina a tabela". E recomendou a Antônio do Passo que lesse atentamente o regulamento do torneio.

Os truques do Passo — Aparentemente, Wadih Helu não conhecia as diversas sutilezas desse regulamento. Mas isso não é nenhuma novidade. Na realidade, os dirigentes do futebol brasileiro nunca foram grandes entendidos em regulamentos, principalmente quando se trata de tabelas, apesar de seus longos anos de

experiência (êles costumam se perpetuar nos cargos). Por isso, não foi difícil para Antônio do Passo organizar os jogos conforme seus interesses. Primeiro, fez os favoritos do torneio, Corinthians e Palmeiras, se enfrentarem logo na primeira rodada, contrariando todos os princípios de tabela dirigida para rendas. Poderia assim cortar pela metade as possibilidades de os paulistas serem campeões (quem perdesse a primeira partida ficaria praticamente fora da disputa). E, ignorando que o Cruzeiro possui maior torcida do que o Botafogo, marcou para a Guanabara um jogo que daria maior arrecadação em Belo Horizonte. Completando seu esquema pró-Botafogo, Antônio do Passo conseguiu colocar dois itens no regulamento que, combinados entre si, procuravam diminuir ainda mais as chances dos paulistas: se, na última rodada, Corinthians e Palmeiras estivessem em melhor colocação do que seus adversários, aquele que tivesse mais pontos ganhos — e mais próximo do título — teria que jogar "fora de casa".

O jogo no campo — Mas todo o esforço para ajudar o Botafogo acabou não dando resultado: dos quatro finalistas, êle foi o único que entrou na última rodada já sem chances de ganhar o título. O que demonstra duas verdades muito elementares. A primeira delas: para um time ser campeão é preciso que êle marque pontos também dentro do campo e não apenas nos corredores da CBD. A outra, que só os dirigentes até agora não descobriram: num torneio como a final da Taça de Prata, o fator campo não tem tanta importância — como se pode concluir pela declaração do jogador Suingue, do Corinthians, em Belo Horizonte, pouco antes do jogo com o Cruzeiro: "Eu prefiro mesmo jogar no Mineirão. O gramado é muito melhor do que o do Pacaembu".

A TAÇA ESCONDE A MISÉRIA

No momento em que a Taça de Prata chega ao fim, com mais de 12 milhões de cruzeiros novos arrecadados, os grandes do futebol brasileiro podem dar-se por satisfeitos. Esse torneio melhorou a situação financeira de muitos clubes, serviu para João Saldanha tirar novas conclusões a respeito da sua Seleção e, principalmente, ocupou todo o espaço do noticiário esportivo nos jornais. Mas, enquanto grandes platéias disputavam os lugares dos estádios para ver os melhores jogos do Robertão, os clubes pequenos — compulsoriamente colocados num estado de estagnação — viam-se diante de sérias dificuldades. Alguns descobriram soluções originais para seus problemas. Como o Vila Nova, de Nova Lima (MG), que resolveu montar uma boate. Outros, menos imaginativos, estão morrendo sufocados por suas dívidas.

Atrás do dinheiro — Terminados os campeonatos regionais, algumas federações (como São Paulo e Rio) resolveram organizar torneios para seus clubes pequenos. Em Minas, porém, a perspectiva tornou-se sombria: o campeonato acabou em agosto, o próximo só começará em agosto de 1970 e, nesse intervalo, nenhuma competição. O Formiga descobriu logo que não teria condições de sobreviver e fechou suas portas. O Independente (Uberaba) e o Valério (clube da Companhia Vale do Rio Doce) extinguíram temporariamente o departamento de futebol. E o Usipa (da Companhia Usiminas) resolveu acabar com o profissionalismo.

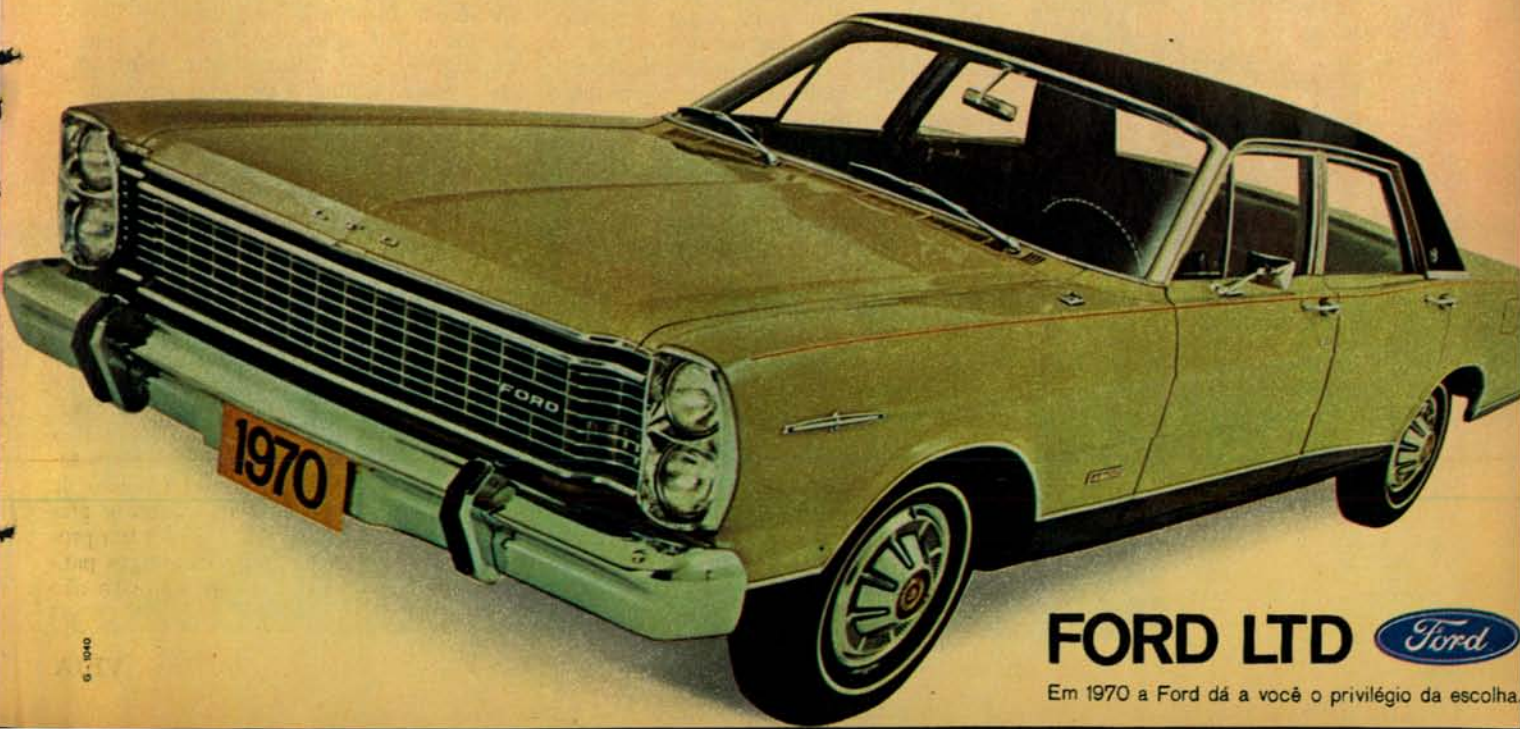
O Vila do Carmo (Barbacena) descobriu que só poderia sustentar o futebol explorando uma atividade comercial. Seus diretores estão em entendimentos com a Petrobrás, para explorar um posto de gasolina, na Rua Benjamin Constant (saída para Belo Horizonte). O Vila Nova, de Nova Lima, quatro vezes campeão do Estado (foi inclusive o primeiro campeão depois da implantação do profissionalismo, em 1933), tem, além de muitas dívidas, um problema especial: a maioria da população da cidade não vai aos seus jogos e os que vão não pagam, porque são sócios. Em dificuldades, a diretoria aprovou uma solução tão original quanto a do Vila do Carmo, porém um pouco mais sofisticada: montar uma boate. O clube tem um casarão na Avenida Bias Fortes e a idéia é derrubar as paredes dos três quartos para fazer o salão, para o que já existem promessas de material de construção e decoração gratuito. O Vila Nova agora só tem um problema: precisa de 2 milhões antigos para derrubar as paredes, e êsse dinheiro não existe.



Êstes carros têm a mesma transmissão automática do Ford LTD

Apostamos que você já deve saber quais são. À esquerda está o Mustang, no centro o Torino e à direita o Thunderbird. O que existe de comum entre eles e o nosso Ford LTD não é apenas a transmissão automática, nem a qualidade de marca. O nosso Ford LTD tem as mesmas características dos carros importados de alto luxo. Direção hidráulica. Ar condicionado*. Freios auto-ajustáveis. Troca de óleo a cada 10 mil km. Lubrificação para 50 mil km.

Possante motor de 190 HP. E o silêncio como prova de qualidade. O Ford LTD é mais um automóvel de categoria internacional fabricado pela Ford. Não nos Estados Unidos, mas no Brasil. Isto traz algumas vantagens concretas para você que já está na faixa de carros dessa categoria. O preço (O LTD custa a metade de um importado de luxo). E as facilidades de manutenção e assistência técnica em todo o País. *Opcional



FORD LTD 

Em 1970 a Ford dá a você o privilégio da escolha.

Entre a histeria
da glória
e o silêncio do
fracasso
equilibra-se
a vida
curta e incerta
dos ídolos

OS DESAFIOS DE UMA VIDA PROVISÓRIA

ESPECIAL



PAULO SALOMAO

Esta semana, quando a gravadora CBS quebrar o grave mistério em torno do novo disco de Roberto Carlos (já lançado no interior paulista), uma pequena multidão de empresários, funcionários, datilógrafos, vendedores de shows e animadores de torcidas de auditório vai mais uma vez ouvir a voz do rei e tentar aprender suas lições. Seu drama escapa às ardorosas fãs de todos os auditórios. Num mercado em recesso (5 744 000 discos vendidos até outubro de 1969, contra 6 145 000 nos dez primeiros meses do ano passado, segundo a Associação Brasileira de Produtores de Discos), onde arrancar dinheiro para pagar o palacetete de Roberto Carlos ou o Mustang de Paulo Sérgio? Como o mercado de discos, como a política, como o consumo (substituído pela mentalidade da poupança), os ídolos começam a viver uma crise e mesmo assim continuam se multiplicando.

Pacientemente, os empresários vão tentando descobrir alguém que tome o lugar

de Roberto Carlos e pelo menos dois deles — Genival Melo e Geraldo Alves — lembram com tristeza que, dois anos atrás, um rei que seria “o maior do país” virava as costas a todas as propostas e seguia outro caminho. Era Caetano Veloso, na época de “Alegria, Alegria”.

“É sempre preciso um novo ídolo para manter o público interessado em comprar discos”, diz Hécio Antônio do Carmo, inspetor-geral de promoções da gravadora Odeon. Para encontrar esse ídolo, a máquina trabalha com uma paciência de burocrata. Roque, um negro baixinho e gordo, empregado de Geraldo Alves, faz um sinal para a torcida de Paulo Sérgio durante o programa de Sílvio Santos (TV Globo, São Paulo) e começa a gritar e a cantar. Como animador da torcida, Roque é tão importante para o empresário quanto seus dois vendedores de shows, que correm o interior oferecendo apresentações de Paulo Sérgio por preços que variam entre 3 000 e 6 000 cruzeiros novos cada. Paulo Sérgio

continua na pág. 72

Agnaldo Rayol é o cantor mais elegante do país, segundo a pesquisa de VEJA. Entre as cantoras, Wanderlêa é a primeira. Antônio Marcos, Wanderley Cardoso e Paulo Sérgio são ídolos de disco e público



ABRAHAM LINCOLN

ABRAHAM LINCOLN

“Minha antiga vaidade foi para o inferno,” diz Roberto

O nôvo Roberto Carlos abandonou a camisa de babados e também tem idéias mais maduras. O que ele pensa está nesta entrevista feita com perguntas de Maria Helena Dutra e Tárk de Souza.

VEJA — Como você encara a fase atual de sua carreira? Chegou a ela sozinho ou teve orientação artística e influências determinantes?

ROBERTO CARLOS — Acho que estou numa boa fase. Pelo menos me sinto mais estável e mais seguro que anteriormente. Duas pessoas muito me influenciaram artisticamente: Evandro Ribeiro, da CBS, onde gravo, e Erasmo Carlos. Aliás, é um grupo terrível isso de dizerem que carrego Erasmo nas minhas costas. Mentira. Nós nos completamos artisticamente e somos amigos há mais de doze anos. Temos liberdade de opinião e uma franqueza sem melindres em nosso trabalho.

VEJA — Mas o tropicalismo não o influenciou também para chegar a esta nova fase?

RC — Olha, acho que não. Acho o tropicalismo muito bacana, mas não me influenciou nem na minha música nem na maneira de atuar. Se meu cabelo está mais encaracolado agora, é porque não uso mais touca para alisar. E se deixei de usar é porque cheguei à conclusão que é mais importante o interior do que o exterior, minha antiga vaidade foi para o inferno há muito tempo. Nós e o tropicalismo nos damos muito bem.

VEJA — Qual o melhor cantor e conjunto estrangeiros atualmente, para você? E no Brasil?

RC — Os Beatles ainda, porque são uns caras inteligentes e sabem o que fazem, têm o pé no chão e pesquisam sem se perder. Eu sou fã do estilo “Soul” e por isso admiro muito o Ray Charles, o Otis Reading e James Brown; fora dele, o Tom Jones. No Brasil ainda continuo tarado pelo João Gilberto. Não apareceu ainda um cantor que seja melhor do que ele.

VEJA — Quando você começou, o seu estilo era bem semelhante ao de João Gilberto. Foi sua maior influência?

RC — Olha, o João era tão bom, que ninguém conseguia ouvi-lo sem se influenciar. Mas procurei logo me livrar disso, apesar de ser ele bom demais —



PAULO SALOMAO

O nôvo Roberto é contra falsos hippies

e achei meu estilo, que não sei explicar bem ou definir. É o que eu sou. Outra enorme influência que tive foi de Elvis Presley, que até hoje está nas paradas. Dêle, foi nas roupas, topête e no ritmo. Na maneira de cantar, não, porque na língua portuguesa é muito difícil fazer as mesmas coisas que um cantor americano faz. Ela quebra o efeito vocal que eles conseguem.

VEJA — Por falar em roupas, elas também sofreram modificações na sua fase atual?

RC — Bem, o bacana hoje é se vestir com muita displicência. Roupas bonitas são troço antigo. Mudei bastante nesse item. Hoje só uso um medalhão, que uma freira me deu, e nem correntes não ponho mais, porque enfeitam muito. Estou sempre agora de calças e colête, muitas vezes sem camisa. Posso acrescentar algo a sua pergunta? Então, lá vai. Gosto de me vestir e mesmo sentir como os verdadeiros hippies. Gosto imensamente da filosofia deles, pelo amor e totalmente pacíficos. Sou contra o falso hippie por-



No nôvo LP o forte é uma valsinha

que esta é uma filosofia e um estado de espírito e não uma moda. E não é só uma filosofia daquele que vive na rua, sujo e cabeludo. Qualquer um pode se colocar dentro dela, mesmo o que usa gravata, contanto que não use gravata na alma.

VEJA — Você tem aparecido menos em televisão. É proposital?

RC — Por causa do meu filme, tive que viajar para o Japão, Israel e muito também pelo Brasil. Continuo contratado pela Record, para a qual volto no ano que vem. Também terei programa na TV Tupi do Rio nessa mesma época.

VEJA — Você ainda se considera o rei da juventude?

RC — Eu aceitei esse título com muita simpatia, mas não tenho idéia formada sobre isso e nem me preocupo com o assunto.

VEJA — Qual a música mais importante que compôs? Por quê? E de qual e por que gosta mais?

RC — Mais importante foi “Quero que Vá Tudo para o Inferno”, pois consegui com ela atingir os três públicos: infantil, jovem e adulto. A de que gosto mais é “Não Quero Ver Você Triste”, feita há cinco anos, onde só falo, não canto. É uma questão de gosto.

VEJA — Aplica autocensura nas suas letras ou diz o que realmente pensa?

RC — Nem sempre se pode escrever o que se pensa, mas pelo menos aproximado dá para dizer. Não existe liberdade poética total na música. Escrever pode, cantar ainda não.

VEJA — Mas nas suas músicas você nunca contestou nada. Por quê?

RC — A melhor forma de protestar é falar de amor. Quando falo de amor estou contestando todas as coisas que não prestam.

VEJA — Que imagem você acha que o público tem de você? O casamento atrapalhou sua carreira?

RC — A minha mudança foi gradativa e o público entendeu todas as minhas mudanças porque cresceu junto comigo. Casamento não tem por que atrapalhar ninguém profissionalmente. O público gosta de um artista como pessoa e sabe que ela tem de viver, amar, lutar e sofrer.

continuação da página 70

23 anos, 23 meses de carreira, três LPs, uma casa para os pais e um apartamento próprio em Copacabana, um Galaxie, um Cadillac, um Mustang e um Volkswagem, 32 apresentações públicas por mês, aproveitou quase tudo de Roberto Carlos: voz, fãs, estilo e o mesmo empresário (Geraldo trabalhava antes com Roberto).

Para Geraldo, o empresário deve crescer junto com o ídolo. Se o ídolo cai, o empresário também cai e ninguém mais lhe dará emprego.

Como até agora tem gostado do método, chega a incentivar alguns ataques ao seu cliente pelos jornais, só intervindo (geralmente através de um almoço de pacificação) quando as notícias se tornam "pesadas demais". Para Geraldo, Roberto tem medo de Paulo Sérgio e teria dito: "Quando o concorrente está forte, evito aproximar-me dele". E conta que Paulinho Machado de Carvalho, da TV Record de São Paulo, pensa exatamente o contrário. Disposto a destruir Ronnie Von, Paulinho chamou Geraldo e Roberto (juntos na época) e disse: "Nós vamos fazer um programa com Ronnie Von e colocá-lo no horário nobre. Não terá audiência. Se tiver, vai ser por pouco tempo". Ele, Geraldo, não usa esses expedientes. E parece não precisar: Paulo Sérgio é hoje dono de 40% das ações de sua gravadora, Caravelle, e está andando de terno e cabelo curto, procurando a própria imagem. Geraldo Alves até hoje só teve prejuízo com Nalva Aguiar (a cantora preferiu casar a tentar a carreira) e Wanderléa, sua ex-contratada (ela assinou contrato com Marcos Lázaro quando este lhe acenou com 27 000 cruzeiros novos para pagar o Mustang que ele — Geraldo — havia importado). O que não deixa de ser uma ingratidão: durante um mês, Geraldo escondera Wanderléa e espalhara o boato de que ela não ia mais cantar, que seu pai era contra, que a irmã da cantora fôra assassinada e que um tarado a perseguia. Quando Wanderléa reapareceu, no Teatro Record de São Paulo, aplaudiram-na de pé. Mas, apesar de toda a esperteza do empresário, Paulo Sérgio não é o ídolo que as gravadoras procuram. Bem no meio da máquina que procura um ídolo, há um homem tranqüilo. É Marcos Lázaro, um argentino corpulento, baixo, cara larga, empresário de Roberto Carlos, Elis Regina, Agnaldo Rayol, entre outros. Toda segunda-feira, Roberto aparece no escritório do empresário, em São Paulo, para traçar planos. Conversam francamente e depois o cantor vai embora. O empresário acha que o novo LP de Roberto Carlos vai vender "pelo menos 120 000 cópias". Um cálculo modesto. Na citação de números de discos — sempre entre 100 000 e 200 000 —, o alto, more-

Os golpes dos Beatles para mais fama, cartaz e vendas

Há sete anos os Beatles surgem com destaque nas seções de música, política, economia, cinema e até nas páginas policiais da imprensa mundial, fazendo coincidir — com admirável senso de oportunidade — façanhas sensacionais ou frases provocativas com o lançamento de seus discos. Por exemplo: em agosto de 1966, John Lennon declarava nos Estados Unidos que os Beatles eram figuras muito mais populares do que Jesus Cristo. Esta frase provocou indignações, debates, prós e contras. Com isso, o filme "Help" e o disco "Revolver" atraíram públicos imensos e encheram ainda mais os bolsos dos Beatles. Em 1967 eles compraram



John e Yoko: casamento promove

uma página do jornal mais austero de Londres — o "Times" — para publicar uma petição contra a lei que proibia o livre consumo de maconha. Nesse ano e na mesma época, surgiu o mais discutido e revolucionário LP do conjunto: "Sergeant Pepper's Lonely Hearts Club Band". E, ligando os alucinógenos ao disco, houve quem insinuasse que uma das músicas — "Lucy in the Sky with Diamonds" — queria veladamente dizer LSD. Ainda em 1967, surgiu a boutique Apple. Em 1968, o boato de que os Beatles iam separar-se correu mundo. Mas não passou de boato. Nesse ano, eles lançaram a cantora Mary Hopkins e o álbum duplo "The Beatles". Em 1969, John Lennon devolveu a Ordem do Império Britânico à rainha em sinal de protesto contra — entre outros motivos — a baixa vendagem do último disco do conjunto: "Cold Turkey". Além disso, casou-se e fez um álbum com fotos e canções dele e da mulher, Yoko Ono. Um álbum que ainda não chegou ao Brasil.

no, gordinho e nordestino Genival Melo se parece com Marcos Lázaro, mas seus ídolos ainda não chegaram tão alto. Genival acha que o disco é a base de tudo e por isso acorda às 6 horas da manhã para levar aos discotecários das rádios as obras de seus contratados, Antônio Marcos, Cláudio Fontana e Nelson Ned.

Antônio Marcos cantou para 10 000 pessoas no Recife e conseguiu sair do salão sem a camisa. Antônio Marcos, diz Genival, é para a "juventude mais séria", enquanto a "juventude mais alegre" se embala na voz de Cláudio Fontana e os "da linha romântica" ficam com Nelson Ned. Este último está nos planos internacionais de Genival (canta muito bem "The Shadow of Your Smile"). "Pela sua condição física", diz Genival, "ele, um anão, é naturalmente um objeto curioso. Como canta para os corações apaixonados, as meninas jamais o agarrariam." Genival se sente realizado. Só que a divisão da juventude pelos seus três contratados funciona mais como um esquema de criação de antiídolos. Talvez a dificuldade na criação de um ídolo seja porque os novos continuam se inspirando na imagem de Roberto Carlos. Foi o primeiro ídolo cientificamente formado através de uma campanha organizada pelo publicitário João Carlos Magaldi, que sustenta que a publicidade não engana ninguém: "Roberto já era bom e continua sendo". Mas os anunciantes recusavam Roberto. Uma indústria alimentícia disse que "aquele cabeludo" daria indigestão aos clientes da sua comida. Doze fábricas de roupas não quiseram a marca Calhambeque. Quando uma fábrica pequena a aceitou, estava nascendo um problema futuro.

Roberto cresceu tanto e a calça era tão ordinária, que acabou virando imagem negativa, Magaldi admite o fracasso da sua experiência com a industrialização do produto, mas ressalta que a campanha publicitária tem o valor de ter sido a primeira do país. Sem ela, Roberto seria hoje o que é? A resposta pode ser procurada de outras maneiras. "O cantor que canta gostosinho, com voz macia e afetuosa, absorve o amor das mulheres cansadas do machão possessivo e prepotente", diz o psiquiatra paulista José Angelo Gaiarsa. Involuntariamente, referindo-se à "simpatia total" de Wilson Simonal, seu empresário Roberto Colossi confirma isso. Para Colossi, Simonal só pensa no grande público: quando cantava no Beco das Garrafas, no começo da bossa-nova, já sonhava com um Caneção ou um Maracanzinho. Um show de Simonal custa hoje 10 000 cruzeiros novos, "País Tropical" vendeu cerca de 140 000 compactos, ele vai cantar na França, Grécia e México ano que vem. Os empresários estrangeiros "enlouque-

continua na página 74

Como estão os ídolos no interior da selva das macacas?

A estudante de dezessete anos, em Brasília, trocou Ronnie Von por Al Bano, cantor italiano, porque "começou a entender melhor". Em São Paulo, a escriturária de vinte anos mudou de Altamar Dutra para Roberto Carlos porque "na vida tudo passa". E Agnaldo Rayol não precisou cantar melhor para derrubar Agnaldo Timóteo do altar da doméstica paulista de 25 anos: "Timóteo é um sem-vergonha que vive sendo prêso". Em sete capitais (Brasília, Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Curitiba), VEJA ouviu os frequentadores (quase sempre frequentadoras) dos programas de auditório para conseguir uma pequena mostra dos gostos e desgostos musicais de uma faixa distinta da população (B e C), a mesma que, segundo os empresários dos cantores mais populares do momento, é a grande compradora de discos. A viagem ao mundo que a classe A chama de "selva das macacas" mostra que Roberto Carlos continua levando a parte do leão: além de ser o "rei da juventude" (veja o quadro), ele é o ídolo número 1 para 32,9% das pessoas ouvidas. Mas sua majestade está em crise: ele é também o ex-rei para 26,9% dos entrevistados, o que significa que em tempos mais felizes Roberto teria sido amado por 58,9% dos frequentadores de auditório.

QUE HÁ COM ELE? — Há cinco anos no trono, o rei começa a enfrentar os resultados das suas primeiras rugas. Para 63,6% das fãs, Roberto mudou. Como e por que mudou? Envelheceu, está mais maduro, mais calmo, mais sério, mais frio, mais triste e, além disso, "os tempos mudaram" (estudante gaúcha de dezessete anos). Mas a

grande mudança em Roberto foi mesmo provocada pelo seu casamento (44%), condenado com fúria ("traição às fãs") ou no máximo consentido ("ganhou uma certa maturidade", diz a estudante de Brasília, treze anos). Pior que isso: "ficou muito antipático" (estudante pernambucana, 21 anos), "não apareceu mais" (cabeleireira paulista, 22 anos), "caiu do galho" (estudante de Brasília, catorze anos, agora fã de Sammy Davis Jr.) ou simplesmente "encheu" (estudante, doze anos, no Recife, agora fã de Moacyr Franco, e secretária de 32 anos, em São Paulo, agora fã de Jorge Ben). O repertório de Roberto também fez com que ele fosse abandonado (23% das antigas fãs) e as desertoras dividiram-se entre vários outros ídolos. Paulo Sérgio, um dos que mais tomaram público de Roberto, é justificado assim pela doméstica mineira de dezenove anos: "Paulo é mais humilde e simpático". Apesar disso, Roberto ganha facilmente de Paulo Sérgio (78,2% contra 21,8%)

e o que canta hoje é mais apreciado que o que cantava ontem. Entre "Se Você Pensa" (1969) e "Quero que Vá Tudo para o Inferno" (1966), a primeira agrada mais (65% contra 35%). Motivos: é mais quente, mais moderna, "aplica-se ao meu caso" (balconista de dezessete anos, São Paulo) e, acima de tudo, porque "com o amor não se brinca" (estudante gaúcha de dezessete anos).

COISAS ÓTIMAS — À primeira vista, quase todos os ídolos perdem fãs por causa desses motivos extramusicais. A datilógrafa paulista de 25 anos só elegeu Jorge Ben porque "fizeram o Caetano Veloso ir embora para sempre". Ronnie Von, ao cortar seus cabelos de Pequeno Príncipe, perdeu uma fã para Roberto Carlos (estudante paranaense, dezesseis anos), mas conquistou com seu "jeito sexy" uma doméstica carioca da mesma idade. Pior aconteceu com o italiano Sergio Endrigo: além de "desaprender a cantar", ele "engordou demais"

(babá paranaense de vinte anos). Agnaldo Rayol, atual ídolo da estudante mineira de quinze anos, subiu ao trono porque "deve-se valorizar o artista brasileiro" (e abandonou Pat Boone). Os fãs parecem ter memória curta e tudo pode mudar de uma hora para outra. Vários entrevistados não se lembraram dos cinco nomes pedidos no questionário, uma estudante de dezessete anos colocou sumariamente entre os favoritos estrangeiros "negros americanos, em geral", e uma funcionária pública de 21 anos, em Brasília, nem sabe quem reinava no seu coração três anos atrás, quando elegeu Jerry Adriani. Motivo: "Aconteceram coisas ótimas enquanto eu ouvia o Jerry".

Seus cinco cantores favoritos:

Roberto Carlos	68,7%
Wanderley Cardoso	42,6%
Paulo Sérgio	29,5%
Jerry Adriani	26,9%
Agnaldo Timóteo	24,3%
Simonal	24,3%

Quem é hoje o rei da juventude:

Roberto Carlos	49,5%
Paulo Sérgio	15,6%
Não há	8,7%
Wanderley Cardoso	5,2%
Gilberto Gil	2,6%

Qual o cantor mais bem vestido:

Agnaldo Rayol	35,6%
Roberto Carlos	29,5%
Paulo Sérgio	13,0%
Wanderley Cardoso	12,1%

Qual a cantora mais bem vestida:

Wanderléa	40,0%
Gal Costa	21,7%
Rosemary	17,4%
Vanusa	10,4%
Nenhuma	6,9%

Qual o cantor estrangeiro preferido:

Johnny Rivers	15,5%
Beatles	13,5%
Sinatra	11,0%
Em branco	9,5%
Malcolm Roberts	6,0%
Johnny Mathis	5,5%

O gráfico só aponta os nomes mais votados. Por vezes, a soma das percentagens é superior a 100%. Motivo: as entrevistadas não se limitaram a um único candidato

A MULHER ACHA QUE O HOMEM BRASILEIRO NÃO É MAIS AQUELE.

mpm propaganda



Trinta mulheres corajosas foram entrevistadas por Realidade. Elas abriram a boca no mundo. Disseram coisas terríveis sobre o homem brasileiro, que, afinal de contas, é o homem de cada uma delas. Essas 30 mulheres brasileiras estão falando com conhecimento de causa. Também foram ouvidas 100 mulheres paulistas e 100 cariocas, através de uma pesquisa da Marplan. Desta vez, paulistas e cariocas aliaram-se para descer a lenha num inimigo íntimo: o homem carioca e o homem paulista. Despido dos véus diáfanos da fantasia, o homem brasileiro ficou nu, em público.

Leia ainda em REALIDADE de dezembro:

- Adoção: alguém ainda tem amor e carinho para dar a uma criança abandonada?
- O homem que é um Simonal.
- Três semanas de plantão numa Rádio Patrulha.
- Um diploma de Madureza custa NCr\$ 1.200,00, à vista.
- Sinodo ou os Cardeais Desobedientes.
- O Sexo no ano 2.000

Realidade de dezembro

REALIDADE

DOCUMENTO E VERDADE

continuação da página 72

cem" com o ritmo de Simonal. E o universo da música popular, mesmo nos momentos sombrios, equilibra-se entre os "gentis" e os "agressivos". Diz Gaiarsa: "Os jovens, apesar de toda a promoção em relação a eles, continuam bonzinhos, ajustados e obedientes. Então, delegam seu protesto ao cantor popular que faz estremecer o teatro, ao que urra, ao que nega quase tudo".

É a "vez" dos jovens, segundo os sociólogos Marialice Foracchi e Dirceu Nogueira Magalhães, da Universidade de São Paulo. Marialice sustenta que a euforia do consumo (calças, carros, discos, etc.), começada em 1966, terminou e que o problema da produção agora é manter os consumidores já mobilizados. Dirceu lembra o esvaziamento das lideranças políticas depois de 1964 e a mensagem de Roberto ("Quero que você me aqueça neste inverno e que tudo mais vá para o inferno"), que sensibilizava os jovens individualistas alheios às passeatas. Para ambos, Roberto é aqui o que os Beatles são no mundo: símbolos de uma ordem social que permite o sucesso dos jovens e gratifica os bons. Mas a causa da criação de um novo ídolo já está perdida — dizem Marialice e Décio Pignatari, publicitário e técnico em Teoria da Comunicação: vai ser difícil surgir outro ídolo como Roberto. Por quê? Porque Roberto já foi totalmente assimilado e a sua majestade toca hoje os limites do divino: "Ele é o ídolo dos ídolos". Décio afirma que um ídolo não se destina a algo particular, mas a quem possa interessar. "O ídolo é uma mensagem-síntese. É uma mensagem que vende comportamento, que polariza emoções e aspirações, difunde e recebe, molda e é moldado." E mais ainda: "Roberto trouxe para a música brasileira um novo folclore, o folclore urbano, que fala de carangas, bonecas, gatas, etc.". Mas hoje, diz Décio, Roberto é um ídolo em recesso. Contra esse recesso geral, a máquina continua trabalhando com todas as armas, indiferente às teorias dos sociólogos. As gravadoras dão coquetéis, distribuem "posters" dos seus cantores, mandam divulgadores às lojas levando discos de presente para os balconistas. Mas o presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Discos, João Rahmi, acha que essa propaganda não influi muito. Ele prefere acompanhar as oscilações do mercado financeiro em geral, "pois são elas, e não os ídolos, que vendem a mercadoria". Todos, porém, estão atentos à década de 70. Nas palavras de Décio Pignatari: "A mola vai saltar na década de 70". Essa é a resposta para as gravadoras: reorganizada a economia, o consumo voltará. Mas talvez não seja a resposta para os candidatos a ídolo: ninguém sabe para que lado saltará a mola.

VEJA

Estamos investindo 74,7 milhões de dólares numa filosofia.

74,7 milhões de dólares equivalem ao preço de uma frota de 15 mil caminhões.

Esta quantia está sendo aplicada na Petroquímica União.

E a Petroquímica União é antes de tudo uma filosofia.

A filosofia da produção em larga escala. Da luta pelo desenvolvimento social através do desenvolvimento industrial. Da abertura de novos mercados e criação de diferentes padrões de consumo.

E, acima de tudo, a filosofia do desenvolvimento, pela união da iniciativa privada com o Governo.

A Petrobrás participa dessa filosofia e da execução do projeto, através de sua subsidiária, a Petroquisa.

E por causa desta união entre o capital privado e o Governo, a filosofia está saindo do papel, para se implantar definitivamente em Santo André, Estado de São Paulo.

A partir de 1971, graças à nafta nacional, cujo fornecimento está garantido pela Petrobrás, a Petroquímica União estará iniciando a produção de até 900 mil toneladas de matéria-prima para a indústria petroquímica.

Levando mais fatura ao mercado, criando novos hábitos de consumo e dando oportunidades para mais empregos no País.

Mas aí ela não será mais uma filosofia, e sim uma realidade.

V. ainda acha muito os 74,7 milhões de dólares que estão sendo investidos numa filosofia?



Petroquímica União



FOTOS DE AMILTON VIEIRA



ARTE

AS ARTES DA ESPUMA

*A escultora
Amélia Toledo,
usando plásticos
e detergentes
coloridos,
lança a espuma
na arte como
nova forma de
participação do
espectador*

Espumas coloridas dentro de toalhas, almofadas, bolas, estandartes e colares de plástico transparente vão dar um aspecto de boutique à Galeria Bonino, do Rio, esta semana, na exposição da paulista Amélia Toledo. Junto a esses estranhos objetos foi colocado um aviso ainda mais estranho para uma exposição de arte: "Pede-se tocar neste objeto. Ele é vivo, orgânico. A espuminha gosta de sombra fresca e de ser tocada para se exibir e sobreviver". Depois de ter sido premiada em bienais de São Paulo com jóias de prata e cobre (1963) e esculturas em aço espelhado (1967), Amélia Toledo reaparece com uma arte revolucionária: os objetos em PVC (resina plástica) contendo água e detergentes espumantes. Além desse tipo de arte para ser manuseada, a exposição mostra algumas esculturas em aço inoxidável e uma série de esferas esculpidas em poliéster dentro das quais estão areia, molas de aço e até uma meia de seda,



*Na bola (esquerda)
e na toalha
(abaixo) a espuma
vai criando
formas variáveis*



*As esferas de
poliéster (página 76)
são feitas em
fôrmas de
borracha (abaixo)*

lembrando os antigos pesos de papéis em vidro, com flôres e algas incrustadas. Com a combinação de materiais tão diversos, Amélia pretende dar unidade e coerência aos diferentes tipos de objetos. "A malha da meia sugere uma formação de espuma e as molas eu também uso nas esculturas de aço", explica ela em seu atelier no bairro de Pinheiros, em São Paulo. É aí que prepara as fôrmas de borracha para modelar as esferas com a resina pastosa de poliéster e projeta os objetos espumantes — depois executados em oficinas especializadas.

A popularização da arte — Substituindo os mecanismos elétricos pela espuma, Amélia Toledo faz uma arte que depende unicamente da participação do espectador. Quando se corre a mão sôbre as toalhas (que servem de apoio de pratos como um jogo americano para refeições) ou se agitam as almofadas e as bolas, a espuma se movimenta e entra em expansão, criando formas sempre variadas. A natureza do material e a facilidade de confecção dos objetos — é possível fazer umas cinquenta toalhas por dia — dão a Amélia uma vantagem em relação aos artistas que trabalham com materiais mais caros e de difícil manuseio: a fabricação em escala industrial. Ela pensava nessa possibilidade desde 1959, quando estudou na Escola de Artes e Ofícios de Londres. Por êsse tempo fazia jóias e mesmo depois que passou às esculturas ainda não estava satisfeita: sua arte era consumida por um número muito peque-



no de pessoas. Amélia Toledo acha que o artista deve produzir em massa para a popularização da arte. "Gostaria de vender minhas coisas nas feiras livres." Enquanto não chegam às feiras, as toalhas, bolas e almofadas espumantes já se encontram à venda em butiques da Rua Augusta, em São Paulo, com uma procura surpreendente: só de toalhas, saem umas quinhentas por mês, a 17 cruzeiros novos cada uma. Mas a divulgação feita na Rua Augusta trouxe um inconveniente que Amélia Toledo não sabe como

evitar: a cópia. Ela já tem uma marca com as iniciais A.T. e agora está tratando de patentear alguns modelos, como o "Glu-Glu" (ampulheta de vidro que deixa escorrer de uma esfera para a outra espuma em vez de areia). Enquanto não tem os certificados de patente — que lhe permitirão processar os copiadores —, Amélia Toledo decidiu divulgar ao máximo as suas criações. Por isso a exposição desta semana na Galeria Bonino tem um endereço certo — os lojistas de Copacabana.

RÁDIO E TV

*O fim de Beto Rockfeller
(Luís Gustavo,
na foto com
Débora Duarte)
põe em cena o herói
Super-Plá,
dos mesmos autores*

BETO E SEU HERDEIRO



Semana passada, quando a TV Tupi de São Paulo mandou para o ar o último capítulo da novela "Beto Rockfeller, A Incrível História de um Bicão" (que continua passando em outras capitais), todos ficaram igualmente no ar. Nem os companheiros de Beto na novela nem o público entenderam a sua súbita partida. Na Censura, a surpresa não escondia o alívio dos zelosos funcionários que durante um ano travaram uma batalha com Beto, confinando suas aventuras nas horas tardias da noite, "para não influenciar a juventude". Luís Gustavo, o ator de trinta anos que se projetou no papel, está feliz. Ele acha que tudo aconteceu como precisava acontecer: "Beto nada mais fez do que seguir a sua linha de conduta durante a novela: foi em frente".

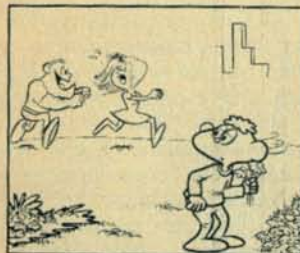
Embora não se saiba exatamente para onde, a verdade é que o itinerário de Beto vai ser de novo seguido em "Super-Plá" e os autores desta nova novela (Luís Gustavo, Bráulio Pedroso, Cassiano Gabus Mendes) não escondem que pretendem muito dela. "Com 'Beto' nós já avançamos dez anos sobre as outras novelas", diz Cassiano. "Agora nós esta-

mos avançando vinte anos adiante de 'Beto'."

O anti-herói — Luís Gustavo, que está fazendo um filme baseado em "Beto Rockfeller" e prepara-se para trabalhar numa nova novela da Tupi, não vai aparecer em "Super-Plá". Apenas deu a idéia e se explica: "O Beto tinha mesmo que acabar. Estávamos todos cansados. Mas tenho certeza que demos muita coisa à telenovela brasileira. Super-Plá só poderia aparecer depois da experiência de Beto". Para Luís Gustavo, pessoalmente, Beto deu também muita coisa. Ele conhece ministros que assistem à novela e tem certeza de que pelo menos dois embaixadores — o do Paraguai e o do Marrocos — acompanham suas aventuras. Quando Beto apareceu, um ano atrás, foi saudado como salvador da telenovela brasileira. A Censura conseguiu prejudicar muito a carreira desse herói sem muita pose de herói, moderou suas expressões, amenizou seus gestos, proibiu algumas de suas conquistas. Apesar disso, ele chegou à sua última noite como campeão do horário (32,5%, na despedida) e com a novidade do final

infeliz. Luís Gustavo explica as dúvidas e incertezas provocadas pela partida de Beto: "Era um cara muito pra frente, nunca poderia parar num lugar. Era um indisciplinado que não suportaria uma vida de horário. Todos ficaram na fossa quando ele foi embora porque Beto contaminava todos com alegria".

O super-herói — Super-Plá, que a Tupi lançou semana passada (18,6%, sétimo lugar, na estreia), tem muito dessa alegria de Beto, e mais duas: a loucura e a farsa das histórias em quadrinhos. Super-Plá (de Plácido, interpretado por Rodrigo Santiago) tem o segredo do espinafre de Popeye e do amendoim do Super-Pateta. Ele nasceu no interior e foi genial até os doze anos, quando levou um tombo e ficou normal. Super-Plá é o nome do refrigerante que Plácido toma para se transformar e para viver aventuras ao lado de outros personagens tirados de vários lugares: dos quadrinhos (Jonas Jazão, cópia de Tio Patinhas), do cinema (o gangster Big-1, interpretado por Hélio Souto, no modelo da Hollywood dos anos 30) e da realidade (Marília Pera, artista de rebolado, acaba herdeira da fábrica de refrigerantes Super-Plá, mais ou menos o que aconteceu de verdade com a atriz Joan Crawford). O desenhista Maurício de Souza (criador da Mônica dos anúncios de massa de tomate) escreve as historinhas que Plácido lê durante a novela e acha que pela primeira vez na TV a técnica dos quadrinhos é seguida ao pé da letra. "O Plácido vai lendo a historinha do Super-1 e aos poucos vai se identificando com ele. É por isso que ele quer se transformar em Super-1, fazer o que ele faz. É o homem querendo destacar-se da massa." Cassiano admite que está correndo riscos com "Super-Plá" (há inclusive muitas críticas às agências de publicidade), mas sustenta que sua novela, mesmo baseada em heróis fictícios, pretende mostrar gente e problemas de verdade. "Como Plácido usa a mágica para ser um herói, a novela usa o irreal para mostrar o real." O



Os quadrinhos na TV, segundo Maurício de Sousa: Plácido lê a história de Humberto, que cheira a flor mágica, transforma-se no Super-1, salva a mocinha e de repente volta a ser o que era. Plácido será o Super-Plá

Com este documento seu dinheiro entra em ação.



Aplice no Condomínio Deltec. O seu dinheiro vai participar dos mais lucrativos negócios do país. Sólidos empreendimentos da indústria e do comércio.

Você vai lucrar com isso, sem fazer força.

Quem faz a força é uma equipe que conhece profundamente o nosso mercado de capitais.

Essa equipe sabe tudo sobre investimento.

É a pioneira, a mais experiente do país.

Ela sabe onde é o melhor lugar para o seu dinheiro. Sabe comprar e vender ações nas condições mais vantajosas. Sabe identificar oportunidades e como aproveitá-las para beneficiar você.

Ela fez o dinheiro dos condôminos multiplicar 70 vezes, desde o início do Condomínio Deltec, em 1961.

Ela pode multiplicar o seu também.

Mas não é só isso. Você pode abater de sua renda bruta até 15% do que você investe e até NCr\$ 550,00 da parte tributável das distribuições anuais recebidas.

Aplice no Condomínio Deltec hoje.

Para você não se arrepender amanhã.



CONDOMÍNIO DELTEC

Administrado por BIB S.A. - Investimentos, Crédito e Financiamento

Carta de Autorização do Banco Central do Brasil 116

Capital e Reservas: NCr\$ 8.333.033,51

Uma empresa do Grupo BIB - Banco de Investimento do Brasil

S. Paulo: R. Líbero Badaró, 293 - 6.º and. - Tels.: 37-8870, 37-6061, 37-7953 e 34-3704

R. de Janeiro: Av. R. Branco, 147 - 11.º and. - Tels.: 222-5115, 222-5114, 222-5113 e 222-5112

LITERATURA

Depois de mostrar os "Desastres do Amor", Dalton é o repórter da "Guerra Conjugal"

A GUERRA DE JOÃO E MARIA

A adolescente, o ideal do escritor paranaense Dalton Trevisan "era ser corredor de 110 metros com barreiras. Jovem de bigodinho, sonhei ser farol de 'dancing', o galã amado por todas as 'taxi-girls'. Nem atleta, nem bailarino de gravatinha borboleta, meu lugar é entre os últimos dos contistas menores (a sombra ligeira de um sorriso)". Pelo menos a corrida com barreiras do I Concurso de Contos lançado pelo Estado do Paraná, em 1967, o autor de "O Vampiro de Curitiba" venceu, recebendo o maior prêmio para contos da história do Brasil (10 000 cruzeiros novos) e fugindo da imprensa, alérgico de nascença a entrevistas. Num de seus raros momentos menos lacônicos ("Nada tenho a dizer fora de meus livros. Só a obra tem importância, o autor não vale o personagem."), ele respondeu: "Vampiro eu sou, sim, mas de almas. Espião dos corações solitários. Um escorpião de bote armado, eis o contista". Os corações solitários já tinham sido sugados de seu sangue na coletânea que contém três dos seus contos premiados — "Desastres do Amor", lançado no ano passado. Agora, Dalton Trevisan arma o bote em torno do mesmo casal fundamental, João e Maria, em seu novo livro, "A Guerra Conjugal", publicado na semana passada pela Editora Civilização Brasileira (177 páginas, NCr\$ 12,00). Os mesmos amantes, namorados, noivos e amásios do livro anterior transferiram para o Inferno a domicílio do casamento suas trágicas e hilariantes escaramuças amorosas.

Eros x intestino — Os resultados podem ser cômicos: em "Devaneios do Professor de Filosofia", a batalha se trava entre Eros e a prisão de ventre, entre a

espôsa que combate o intestino preguiçoso com "simpatias" e o marido demasiado ardente. Ou a guerra pode atingir o estágio de uma tortura de décadas como em "O Crime Perfeito", com a Maria que mata o marido aos poucos, numa longa galeria de megeras não domadas. Outras vezes, como em "A Batalha dos Bilhetes", o conflito é acompanhado como um boletim da frente militar, a partir do momento em que o marido tirânico deixa "ao pé do Buda dourado, em caprichosas letras de fôrma", um bilhete hostil, rompendo relações com a espôsa solícita e velha. A luxúria, a crueldade deliberada, os mitos latinos da virgindade da nubente e da potência sexual do macho compõem um quadro feroz da guerra entre os sexos. Essa guerra abrange, em "Paixão Segundo João", um homossexual tímido adorador de um colega de colégio e, em "Idílio Campestre", um tarado sexual que estupra uma menina no campo. Sem puritanismo moralizante de autor que pune os prazeres da carne com a maldição do espírito, Dalton Trevisan, mesmo confessando-se "casado, bem casado", conduz o leitor a uma espécie de Inferno subterrâneo: é o Dante do conto, que leva o leitor assombrado para o reino do laço indissolúvel do casamento, tétrica região onde "deixam de fora toda esperança" os que nela entram. Ao contrário do Inferno medieval, porém, a morte, o assassinato, a fuga suprem a inexistência do divórcio. E essa guerra conjugal, se arrasa casais, não deixa o campo de batalha destruído: misturando elementos contrários — um realismo quase naturalista e uma poesia romanticamente melancólica —, o autor curitibano confirma sua posição de melhor contista vivo da língua portuguesa. ○

A CHEGADA DE FELICIDADE

Para seu marido, o crítico inglês John Middleton Murry, "ela parecia adaptar-se à vida como uma flor se adapta à terra e ao sol". Sedenta de sol e de vida, a grande contista inglesa Katherine Mansfield partiu de uma terra a outra, tentando escapar de sua constituição franzina desde seu nascimento, em 1889, na Nova Zelândia. Katherine Beauchamp, filha de um médico de origem francesa, precocemente demonstrou seu talento literário: aos nove anos publicava seu primeiro conto, aos catorze era diretora do jornal de seu colégio em Londres. Hesitando entre a música e a literatura, formou-se com nota "excellent" como violoncelista do Conservatório Real. Apaixonada por pintura, na Paris bombardeada da Primeira Guerra Mundial, enfrentava o perigo dos bombardeios para admirar os pintores impressionistas. Aos 34 anos de idade, Katherine Mansfield sucumbe à tuberculose depois de freqüentar inútilmente sanatórios alemães e clínicas francesas que misturavam banhos de sol com "leituras de textos elevados" como terapia nova. Com quase meio século de atraso, seu conto "Felicidade" ("Bliss") chega ao Brasil (Editôra Nova Fronteira, 193 páginas, NCr\$ 15,00) em excelente tradução de Érico Veríssimo. Incluindo catorze de seus contos mais famosos, "Felicidade" apresenta ao leitor brasileiro, mesmo duas gerações mais tarde, um dos supremos talentos do conto moderno. Katherine Mansfield, inspirando-se em seu ídolo Tchekov, capta momentos fugidios: o desencanto amoroso, o deslumbramento infantil perante uma festa. Como viveu, breve e poeticamente, ela trouxe ao conto uma nota humana, irônica, cheia de cor e melancolia. ○



"Felicidade": modelo de Katherine foi Tchekov

Seu fim-de-semana está aqui:



Agarre a revista Quatro Rodas e o volante do seu carro.
Você chegará a Angra dos Reis pelo caminho mais bonito.
Ou a Campo Grande. Ou Urubupungá.
Ou quem sabe às estações termais, ou à praia mais
exclusiva do litoral brasileiro?
Como esses, em Quatro Rodas dêste mês estão todos
os prazeres de um fim-de-semana.
Na estrada mais direta, na curva mais emocionante.
Com Quatro Rodas, ainda hoje você poderá
estar num dos lugares mais geniais do mundo.

QUATRO RODAS



Uma criança que brinca é uma criança feliz. Recreio, além de muitas brincadeiras, publica semanalmente, histórias e informações que desenvolvem a criatividade infantil.

Recreio

a revista brinquedo



APROVEITE
AS FÉRIAS E
COMPRA
RECREIO
PARA SEUS
FILHOS TÔDAS AS
SEMANAS.

GENTE

O toureiro espanhol **El Cordobés** (33 anos) recusou 1 milhão e meio de dólares (mais de 6 bilhões velhos) para tomar parte num filme contando a sua vida. Ao ler o "script", El Cordobés descobriu que o filme começava na época da Revolução espanhola e preferiu não lembrar o passado: o general que venceu a guerra civil na época em que ele nasceu continua no poder até hoje.

O grande costureiro basco radicado na França **Paco Rabanne** (35 anos), conhecido pelo avanço da sua moda (foi o primeiro a empregar fios e placas de metal em vestidos), começou a escrever um livro arrasador: "O homem já desceu na Lua", dirá Paco Rabanne, "mas a moda se encontra atrasada de cinquenta anos. As mulheres não sabem mais se vestir e é preciso abrir-lhes os olhos: o tempo das vovózinhas já acabou há muito tempo".

Depois de ter figurado como um cômico Romeu de dezessete anos, ao lado de Olivia Hussey, uma suave Julieta de dezesseis anos, o ator inglês **Leonard Whiting** vai voltar a viver no cinema o papel de um grande amante. Desta vez, porém, ele será o jovem Ca-

sanova, e a sua iniciadora na carreira do prazer, a glamorosa estrela alemã **Senta Berger** (28 anos e dezesseis filmes em papéis de moça sexy). Tal como em "Romeu e Julieta", de Shakespeare, Leonard Whiting também deverá aparecer nu, em uma cena de amor entre lençóis. Só que, como Casanova, quando cantar a cotovia ele já terá pulado pela janela há muito tempo.

As sete primeiras aposentadorias pelo INPS como escritor, obtidas pelos acadêmicos Adonias Filho, Afrânio Coutinho, Afonso Arinos, Tristão de Athayde, Álvaro Lins e José Honório Rodrigues e por Otávio de Faria (único não acadêmico) começaram a inquietar os editores brasileiros. É que o movimento liderado pelo romancista Adonias Filho poderá fazer resurgir uma idéia pioneira do poeta **Carlos Drummond de Andrade**: em 1940, o poeta lembrou que os editores deviam pagar uma taxa para um fundo destinado a garantir a aposentadoria dos escritores. Atualmente, para receber 500 cruzeiros novos como escritor aposentado, os autores têm de provar que escrevem livros há mais de trinta anos, e ainda precisam



Ratna: divórcio por amor

pagar 2 milhões velhos de atrasados ao INPS, mais 700 000 de imposto de serviços.

Em matéria de moda, só uma jovem pode ter hoje bastante ousadia para usar uma saia longa. Essa verdade acaba de ser demonstrada em Paris pela atriz **Sophie Desmaret** (47 anos) e sua filha **Catherine** (dezoito anos), ao serem fotografadas para publicidade da nova moda de inverno francesa: Catherine vestia um modelo com saia um palmo abaixo do joelho e mamãe Sophie uma mini-saia com quase um palmo acima. "É natural o interesse das meninas pelas saias longas", disse Sophie Desmaret sorrindo. "Elas não conheceram o New Look de Dior, como eu, há vinte anos." Sophie Desmaret foi estrela, entre outros, de um filme francês de 1956, intitulado "Ce Soir les Jupons Volent" (Esta noite as saias voam).

"Não se esqueça jamais, por favor, de que sempre o amei." Este é um dos trechos da carta em que uma mulher apaixonada pede divórcio do seu marido — como prova de amor. Ela é **Ratna Sari Dewi** (29 anos), esposa do ex-Presidente **Sukarno** (68 anos), preso há três anos na Indonésia, desde que um movimen-

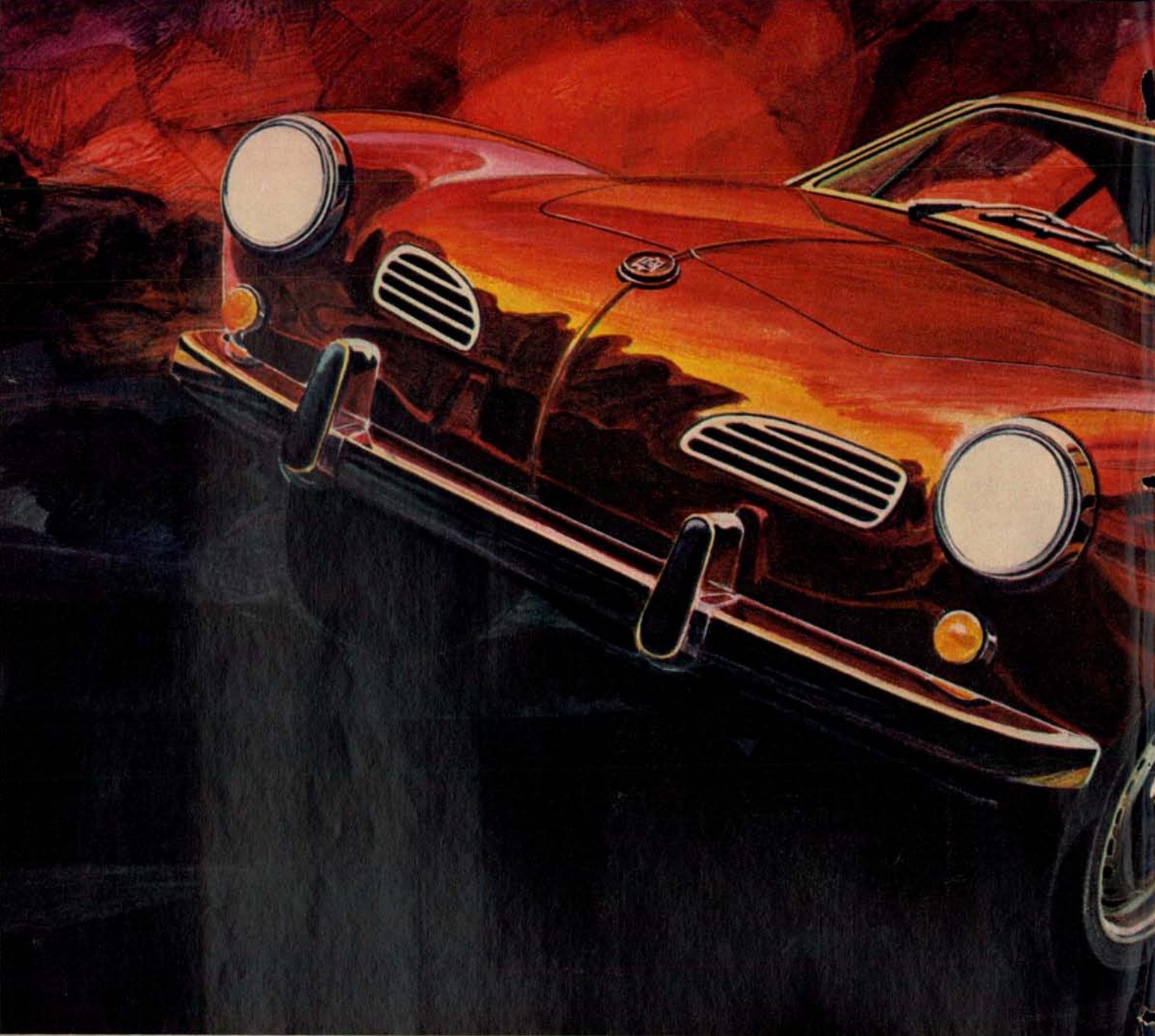
to armado o substituiu no poder pelo Presidente **Suharto**. Decidida a publicar um livro em que contará segredos do governo da Indonésia e fará acusações ao Presidente Suharto, a bela esposa de Sukarno resolveu pedir divórcio para que o marido não venha a sofrer consequências na prisão. Segundo Ratna Sari Dewi, que se encontra em Tóquio, a carta valerá como um documento: se Sukarno não responder, ela interpretará seu silêncio como mais uma violência do governo indonésio e se considerará liberada para obter o divórcio.

O Brasil acaba de conseguir o máximo em matéria de exportação no campo da música popular: o Uruguai lançou em disco, como compositora, uma brasileira que nunca fez música no seu país. A nova compositora é **Maria Inês Soares**, irmã do secretário da Embaixada do Brasil no Uruguai, que vive há oito meses em Montevideú. Começando a compor ao piano por distração, Maria Inês Soares apresentou suas músicas numa festa promovida pelo Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro, sendo descoberta por representantes de uma gravadora uruguaia. Maria Inês espera vender seu LP de músicas brasileiras no Brasil, como faz com grande sucesso Sérgio Mendes, estabelecido nos Estados Unidos.

Depois de ser Zapata em "Viva Zapata", Marco Antônio em "Júlio César" e Napoleão em "Desirée, o Amor de Napoleão", o ator **Marlon Brando** (45 anos) vai aparecer no cinema como Mussolini. Marlon Brando foi escolhido para o papel pelo diretor Terence Young, que pretende contar os amores do ditador italiano com Clara Petacci. O diretor pensou primeiro em Rod Steiger, mas o queixo arredondado e o jeito de olhar apertando os olhos de Marlon Brando fizeram Terence Young decidir-se por ele.



Leonard Whiting e Senta Berger: assim começou Casanova



**Em vez de pintar
preferimos colocar um motor**



© VOLKSWAGEN DO BRASIL S.A.

tar uma faixa, or 1.600 no Karmann Ghia.

Justamente.

Colocamos um motor 1.600, com 60 HP (SAE).

Com isso, o Karmann Ghia ficou com maior potência, aceleração muito mais rápida, e uma velocidade máxima de até 140 km por hora.

Agora, não contentes com isso, colocamos um detalhe absolutamente espetacular no

Karmann Ghia 1.600: quebra-ventos.

Justamente: quebra-ventos!

E para que v. possa usar amplamente todos os recursos do motor 1.600, seu torque excepcional, sua velocidade - nós o tornamos mais seguro: freios a disco nas rodas dianteiras, barra compensadora no eixo traseiro e bitola traseira mais larga.

Só para esnobar, também colocamos mais isto: pára-choques e aros das rodas redesenhados e alavanca do câmbio recoberta de couro.

Ah, sim, a faixa. V. não acha que depois de tudo isto cabe a v. colocar a faixa no lugar do seu agrado? Ou não colocar? Justamente.



 **BDMG**
comprova a
realidade
que é a
Alterosa

O estímulo para mantermos o ritmo e as diretrizes de nosso trabalho vem de cima. Uma prova aqui está: o financiamento alemão que conseguimos, teve a fiança do Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais. Isto representa muito: é o reconhecimento oficial da importância da nossa indústria para o desenvolvimento de Minas, pois com a fiança, dada após minuciosa análise do projeto de implantação da Alterosa, o BDMG aprovou técnica, financeira e economicamente o empreendimento, além de comprovar o lastro empresarial de nossa administração.

BANKHAUS
WALDTHAUSEN
 **e WALTRADE**
financiam
5.590.427
marcos à Alterosa

Mais um estímulo que envaidece: o financiamento de 5.590.427 DM marcos por dois poderosos grupos alemães, o Bankhaus Waldthausen & Co. e a Waltrade AG - ambos de Dusseldorf - é a confirmação da solidez, organização e planejamento da Alterosa. Os alemães também constataram as perspectivas que temos pela frente e o dinamismo objetivo que nos fez crescer coordenadamente em um ano de existência.

 **A. ZIEMANN**
fornece os
equipamentos e
monta a fábrica
de cervejas

E agora mais uma satisfação para nós e para quem está conosco: os produtos da Alterosa terão qualidade internacional. Os principais equipamentos foram adquiridos à A. Ziemann GmbH. (Ludwigsburg-Alemanha Ocidental) que - além das máquinas e montagem de nossa fábrica em Vespasiano - dará assistência técnica permanente à Alterosa, implantando em Minas o seu "know-how" e tradição seculares, como já fez em cervejarias de mais de 70 países.

Tudo isso nos deixa muito
orgulhosos de nosso trabalho.
E garante um grande futuro
para a Alterosa.

É com orgulho que anunciamos este financiamento concedido à Alterosa. Ele é o atestado de nosso trabalho consciente e planejado. E merece até uma comemoração que se realizará, brevemente, com a nossa própria cerveja.



cia.alterosa de cervejas
sua boa companhia

Escritório: Rua Tamóios, 200 - 21.º andar - Caixa Postal 404 Fone: 26-5033 - Belo Horizonte
Fábrica: Avenida Pedro II, 2070 - Vespasiano - M. G.
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO - CERTIFICADO N.º GEMEC-R-69/2812, DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

LUCROS EM FAMÍLIA

*Um papel desconhecido oferece
ganhos de 45% ao ano.
E uma deixa para aproveitadores*

Silenciosos, os antiquários começaram a percorrer o interior do país. Ferros de engomar enferrujados, bacias de louça quebradas, carrilhões encarquilhados — tudo eles compravam a preço de banana, quando não levavam de graça, que, segundo seus donos, “até que era bom desocupar espaço”. Cinco anos depois, a moda é transformar os ferros de engomar em porta-flôres, as bacias de louça em porta-revistas, os carrilhões em jóias na parede. Os ex-donos, seus filhos ou sobrinhos compram-nos de volta. A preço de ouro.

Silenciosos, os corretores começaram a percorrer o interior do país, atrás de um outro “entulho”, que lhes dá um lucro ilegítimo de 200%: as obrigações da Eletrobrás, ilustres desconhecidas do público — apesar de todas as famílias brasileiras serem proprietárias de obrigações, desde que consumam energia elétrica em suas casas. Como é que poucas famílias sabem que têm esse investimento já feito? Não é de estranhar, principalmente porque não houve divulgação em torno das obrigações — como não há até agora: os próprios corretores, silenciosos, nenhuma explicação dão aos seus donos. Simplesmente propõem comprá-las — e o conseguem, que até que é bom “desocupar o espaço” tomado nas gavetas pelas contas de luz.

A APLICAÇÃO INVISÍVEL

Mesmo sem saber, os consumidores de energia elétrica foram investindo na compra de obrigações desde 1964. Para quem não se lembra, o mecanismo pode ser recordado. O Brasil precisa construir usinas elétricas, para aumentar a oferta de energia e permitir a instalação de indústrias. São investimen-

tos da ordem de bilhões de cruzeiros por ano. Onde buscar dinheiro para isso?

No bôlso do consumidor de energia, decidiu o governo em 1962 — embora o sistema só viesse a ser implantado em 1964. A Eletrobrás — Centrais Elétricas Brasileiras S.A. —, empresa de propriedade estatal responsável pelo programa de eletrificação do país, deveria receber um **empréstimo temporário** do consumidor. Como nem sempre há boa vontade para esse empréstimo, criaram-se as obrigações: sobre o valor de cada conta de luz, passou-se a cobrar 10% para a compra forçada dos títulos, cujo valor nominal foi estabelecido em NCr\$ 1,00. Numa conta de luz de 10,00, o consumidor pagaria mais 1,00, ou seja, teria comprado automaticamente uma obrigação da Eletrobrás. Mas havia — naquele tempo — quem gastasse apenas 5,00 de energia por mês: pagaria no caso mais 0,50, isto é, estaria comprando apenas meia obrigação da Eletrobrás. Por causa desses casos — e porque seria muito trabalhoso e caro entregar as obrigações parceladamente ao consumidor — decidiu-se que as entregas se fariam dentro de determinados períodos, por um mecanismo simples: o consumidor apresentaria suas contas de luz nos postos da Eletrobrás e receberia obrigações de acordo com os pagamentos de 10% já feitos.

OS LUCROS VISÍVEIS

Qual a recompensa pelo empréstimo, ou, em outras palavras, qual o rendimento das obrigações? As emitidas até 1966 (correspondentes às contas de luz de 1964, 1965 e 1966) rendem juros de 12% ao ano, pagáveis em janeiro de cada ano; as emitidas em 1967 e 1968 rendem juros de 6% ao ano, pagáveis

☐ **SEGURANÇA**
☐ **RENDIMENTO**
☐ **LIQUIDEZ**

**LETRAS DE
CÂMBIO**

electra

... e nada mais. NÃO BRINCAMOS COM COISAS SÉRIAS

em julho de cada ano, e mais correção monetária (igual àquela que fôr aplicada sobre o capital da Eletrobrás). Apesar de essa rentabilidade não ficar abaixo dos ganhos que o investidor pode obter com a compra de papéis de renda fixa, o consumidor brasileiro tende a “desprezar” a troca de suas contas de luz por obrigações (a troca pode ser feita em qualquer agência do Banco do Brasil de qualquer cidade). E não é verdade que o dinheiro já gasto em obrigações seja uma ninharia: as contas de luz de famílias da classe média andam, atualmente, na casa dos 30,00 a 50,00, ou 360,00 a 600,00 por ano: os 10% correspondentes a obrigações podem representar um investimento de apenas 36,00 ou 60,00 em um ano — mas isso sem contar juros e correção, sem somar os diversos anos de contribuição forçada e sem falar que a cobrança dos 10% vai durar até 1970 — se não fôr prorrogada.

O PULO DO GATO

As obrigações equivalem a uma promissória: elas são o documento que prova que a Eletrobrás tomou dinheiro emprestado ao consumidor. Como toda promissória, têm que ser resgatadas: o dinheiro é devolvido em dez anos, para as obrigações emitidas de 1964 a 1966, e em vinte anos, para as emitidas em 1967 e 1968. O prazo é outro fator que desanima o consumidor — e traz duas consequências: oportuni-

dade de ganho para o **investidor** e para os corretores. No momento, realmente, o investidor que queira deixar de lado as ações e outros papéis tem oportunidade de **maiores lucros com a compra** de obrigações, que, por serem pouco conhecidas, por terem prazos tão longos, estão cotadas a **0,50**, ou à metade de seu valor nominal. Quem comprá-las agora, lucra a curto prazo: já em janeiro, receberá juros de 12% sobre o valor nominal, ou seja, 0,12, ou ainda quase 25% sobre 0,50. Lucra também a longo prazo, pois a obrigação será resgatada em dez anos pelo valor de 1,00 (e ela pode ser comprada a 0,50, agora), tendo pago juros e correção monetária todos os anos (há também resgates anuais de uma parte das emissões, por sorteio, nos meses de outubro). Tudo somado, diz Abaeté Jensen, operador da Bôlsa do Rio, o ganho vai agora a 45% ao ano. Para o investidor, isto basta. Mas quais os lucros ilegítimos do corretor? Ele alega que as obrigações estão cotadas a apenas 0,50 — metade do seu valor nominal, e, assim, se o consumidor tinha direito a dez obrigações, recebe apenas cinco. Depois, o corretor vai a um pôsto de troca da Eletrobrás e troca as contas ao valor de 1,00 — recebe portanto dez obrigações em vez de cinco, com um lucro de 100%. Não diz ainda — ao consumidor — uma palavra sobre os juros de 12% acumulados desde 1964: com isso, ganha mais 100%, ou seja, 0,48, sobre cada 0,50 aplicado. Ao todo, 200%.

OS LANCES

*Pagar menos imposto de renda
pode ser mau
negócio. Para quem tem tempo*

Massacrado pelo imposto de renda este ano, o brasileiro decide planejar sua vida. Quer aplicar em ações, obrigações, letras, porque todos esses investimentos podem ser “descontados” de sua renda bruta e reduzir o imposto de renda. “Um planejamento desse tipo é vantajoso?” — é a pergunta dominante ao aproximar-se o final do prazo (31 de dezembro) para as aplicações. Como esses investimentos ficam retidos de dois a até cinco anos, a opção depende do tipo do investimento: 1. **O investidor superocupado**, sem tempo de acompanhar os altos e baixos do mercado, certamente lucrará com o planejamento. Reúne suas poupanças, aplica-as em todos os tipos de papéis e garante três proveitos: menos imposto, rendimentos e valorização. 2. **O investidor permanentemente atento**, com tempo e condições de acompanhar o comportamento do mercado, certamente lucrará mais se, em lugar de imobilizar seu dinheiro, preferir aproveitar todas as oportunidades de ganho. Comprará ORTs quando seu preço estiver baixo (como agora); vai vendê-las para comprar ações quando houver prenúncio de alta na bolsa; abrirá mão das ações para investir em papéis de renda fixa quando fôr a hora, e assim por diante, ganhando sempre.

ESTEJA ATENTO

*Quando as regras do jogo
mudam, é possível
ganhar mais. E aprender*

Um lucro imediato de 12% é oferecido no momento pelas Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional: seu valor foi fixado em NCr\$ 41,42, mas o investidor pode encontrá-las a NCr\$ 36,00. Com a diferença, lucrará também a longo prazo (talvez ganhe 40% ou mais ao ano): os juros e correção monetária serão maiores, porque calculados sobre NCr\$ 41,42 e não sobre NCr\$ 36,00 realmente aplicados. Razões das vantagens extras: ante compromissos de fins de ano, empresas que possuíam ORTs realizam vendas maciças; segundo: o Banco Central não está recomprando as ORTs antes do prazo de resgate, a não ser aquelas que vencerão daqui a dois ou três meses. Além de lucros, o investidor deverá tirar uma lição do episódio: no mercado de capitais, a **prática** é mudada quando menos se espera e por isso é melhor só confiar nas vantagens estabelecidas em **lei**. Melhor explicado: as ORTs só ofereciam **liquidez** total, só podiam ser resgatadas antes do prazo, porque o governo assim decidira. De uma hora para outra, suspendeu-se a orientação, e não há como reclamar. Assim, para qualquer aplicação, o investidor não deve acreditar em promessas mas só no que é estabelecido em lei. Ou em contrato.

COM FRIEZA, TUDO ÀS CLARAS

Confronto de dados mostra ao investidor a real situação de uma empresa

Guardem-se os foguetes. Frieza, para uma análise. Os índices mostram que a oferta de empregos em São Paulo, depois de seis meses de quedas contínuas, cresceu quase 12% em outubro. Isso pode ser sinal de que a economia se recupera (embora, antes dessa reação, ninguém admitisse que ela estivesse em queda). Mas a tendência ainda não é clara: o aumento de 12% é de outubro em relação a setembro, e setembro foi o fundo do poço: o mais baixo nível de oferta de empregos em um ano e meio. Além do mais, o resultado de outubro, com recuperação e tudo, está 20% abaixo da oferta de empregos no mesmo mês de 1968. A melhora satisfaz?

Dados isolados não permitem medir a saúde da economia de um país: é sempre preciso um confronto. Com empresas não é diferente: o crescimento do volume de vendas, mostrado em um balanço, não indica lucros maiores forçosamente; é preciso verificar também se o volume de compromissos não cresceu em escala ainda maior, como, por exemplo, a carga de juros resultante dos empréstimos que a empresa precisou fazer para comercializar sua produção. Para isso, o investidor deverá estabelecer comparação entre o realizável, do ativo (visto na última edição), e o exigível, do passivo.

MAIS RÁPIDAMENTE

Para o investidor que se familiarizou com os conceitos de realizável a curto e longo prazo (veja a última edição), não há necessidade de explicações exaustivas sobre o exigível a curto e longo prazo. Se o **realizável** representa os **créditos**, ou parte do ativo da empresa, ao **exigível** correspondem as **obrigações**, ou parte do passivo: os itens que os compõem se equivalem.

O exigível a longo prazo representa débitos amortizáveis em períodos extensos, geralmente correspondentes a financiamentos obtidos. Um exemplo real, retirado do balanço de uma empresa siderúrgica brasileira, ajuda a compreender facilmente os valores que com maior frequência constituem o **exigível a longo prazo**: provisão para imposto de renda (uma espécie de reserva para o próximo ano); financiamentos nacionais (de bancos ou mesmo fabricantes, na compra de equipamentos ou ampliação de instalações); financiamentos estrangeiros (idem); diferenças de câmbio a liquidar (espécie de reserva para cobrir diferenças de preços de compras feitas no exterior, diferenças essas surgidas em consequência das desvalorizações do cruzeiro).

Também o **exigível a curto prazo** não oferece mis-

térios para quem aplica a seus diversos itens os mesmos conceitos vistos no realizável a curto prazo (veja a edição anterior). O mesmo balanço real de uma empresa siderúrgica mostra como principais itens do exigível a curto prazo: fornecedores (vendedores de mercadorias, matérias-primas, serviços); contas correntes (débitos não representados por títulos ou outras garantias); financiamentos nacionais (empréstimos de bancos e financeiras para movimentação de negócios); financiamentos estrangeiros; diferenças de câmbio a liquidar; impostos a pagar (de vencimento próximo); folhas de pagamento e encargos sociais (salários e INPS, Fundo de Garantia, etc.); dividendos a pagar (a acionistas); debêntures e juros a resgatar (debêntures são — simplificada — uma espécie de promissória, lançada porém em grandes emissões); royalties a pagar (pelo uso de técnicas ou patentes estrangeiras).

O que pode ser visto em um confronto entre o realizável e o exigível? Se, por exemplo, uma empresa tem um realizável a curto prazo pouco superior ao exigível a curto prazo, ela poderá ver-se em sérios apuros a qualquer momento. Sua "folga financeira" para operar será muito pequena: basta que alguns de seus devedores (realizável) atrasem os pagamentos para que ela tenha sérias dificuldades em atender a seus próprios compromissos (exigível). Essas relações serão vistas detalhadamente mais à frente, ao chegar-se à análise de balanços.

O FIEL DA BALANÇA

Lógico que, melhor do que créditos a receber, é ter-se dinheiro suficiente em mãos para movimentação dos negócios. O **disponível**, outra divisão do ativo, compreende os valores prontamente utilizáveis, a saber: dinheiro em caixa ou valor em moeda nacional ou estrangeira existente em caixa na data do balanço (representado, nos balanços, pela expressão **caixa**); depósitos bancários a vista (**bancos**), de livre movimentação, e que não incluem portanto os depósitos a prazo fixo ou para constituição de reservas especiais e semelhantes; cheques e vales existentes na caixa da empresa no dia do balanço, e também de cobrança a vista (**fundos em trânsito**); títulos de livre circulação, que possam ser movimentados prontamente, pelo valor nominal (sem sofrer desafio). Algum tempo atrás, os carros de determinadas fábricas poderiam incluir-se no disponível, pois eram "dinheiro em caixa". Mas isso foi antes do mercado "sofrer ajustes" — segundo a interpretação dos técnicos.

A SEMANA

A expressiva alta registrada pela Bolsa do Rio nos dois últimos dias da semana (cêrca de 8% ou 61,0 pontos) pode ser vista de dois ângulos. De um lado, representou a reação do mercado contra a nova e violenta queda que ocorrera na terça-feira (32,2 pontos), e que jogara o mercado ao seu mais baixo nível dos últimos meses. Mas pode, também, marcar o início do processo de recuperação das bolsas, pois nota-se aumento das compras dos fundos de investimentos, os grandes sustentadores do mercado. As transações, no Rio, situaram-se acima dos 7,0 milhões, na segunda metade da semana; São Paulo também acusou melhora e aproximou-se dos 3,0 milhões.

OSCILAÇÃO DAS COTAÇÕES

Dia	Índice BV Rio	Varição	Índice Bovespa	Varição
1	835,4	- 0,9	491,8	-5,7
2	818,8	- 16,6	482,7	-2,4
3	786,6	-32,2	473,6	-9,1
4	813,3	+26,7	472,6	-1,0
5	847,6	+34,3	—	—

**SE TÔDAS AS LETRAS DE
CÂMBIO * FÔSSEM IGUAIS,
NÃO IA ADIANTAR NADA
A "COMPER" OFERECER
SEGURANÇA ABSOLUTA**

Mas não são.

Para começar, nem toda financeira tem um capital de NCr\$ 10.000.000,00.

A COMPER tem.

E você tem duas vantagens: uma é ficar sempre tranqüilo.

Outra é a certeza de aplicar seu dinheiro de maneira correta e inteligente.

A COMPER participa do capital social das maiores empresas industriais de Pernambuco.

É especialista na captação do 34/18.



Crédito, Financiamento e Investimento

Recife - Av. Dantas Barreto, 512 - 7.º andar - tel. 4-5105.

S. Paulo - Av. Ipiranga, 318 - bl. A - conj. 401 - tel. 37-7739

* Podem ser adquiridas também nas Agências do BANDEPE.

COTAÇÕES

Sexta-feira
28/11/69
* Mais alta
na semana
* Mais baixa
na semana
Sexta-feira
5/12/69

SÃO PAULO

Bco. Brasul SP	—	—	—	—
Bco. Comercial ESP	3,12	3,20	3,11	—
Bco. Com. Ind. SP — ord.	—	—	—	—
Bco. Com. Ind. SP — pref.	—	1,75	1,75	1,65
Bco. do Estado SP	4,62	4,75	4,02	4,15
Bco. Itaú América	2,05	2,05	2,00	2,00
Aços Villares — ord.	—	1,00	0,98	0,97
Aços Villares — pref. A	1,09	1,12	1,09	1,02
Aços Villares — pref. B	1,07	1,07	1,00	1,00
Alpargatas — ord.	3,41	3,44	3,24	3,35
Antarctica Paulista	2,78	2,76	2,53	2,68
Arno — pref.	1,94	1,95	1,81	1,89
Brasmotor — ord.	1,19	1,21	1,19	—
Brasmotor — pref.	1,21	1,25	1,20	—
Cacique Café — pref.	15,80	17,70	17,37	—
Casa Anglo-Brasileira	11,30	11,36	11,30	11,45
CIMAF	4,80	4,92	4,68	4,66
Cimento Itaú — ord.	3,41	3,36	3,30	3,45
Cimento Itaú — pref.	6,44	6,50	6,20	—
Docas de Santos	—	1,52	1,29	1,40
Duralex — pref.	3,70	3,72	3,59	—
Estrêla — pref.	1,30	1,26	1,18	1,20
Ferro Brasileiro	4,10	4,10	3,70	3,85
Ind. Villares — ord.	11,30	11,36	11,30	11,45
Ind. Villares pref. B	4,80	4,92	4,68	4,66
Kibon	3,41	3,36	3,30	3,45
Lojas Americanas	6,44	6,50	6,20	—
Máq. Piratiníngua — pref.	—	1,85	1,83	—
Melhoramentos SP	2,96	2,99	2,74	2,95
Mesbla — pref.	1,11	1,12	1,02	0,96
Moinho Santista	2,39	2,39	2,12	2,23
Paulista Fôrça e Luz	0,96	0,96	0,91	0,90
Petrobrás — ord.	1,55	1,55	1,51	1,75
Petróleo União — pref.	3,10	2,05	2,90	2,85
Souza Cruz	4,98	4,97	4,64	5,00
Vale do Rio Doce — pref.	5,35	5,41	4,78	5,28
Willys — ord. port.	0,87	0,87	0,85	0,87
Willys — pref. port.	0,75	0,76	0,70	—

RIO

Alpargatas c. 12	3,45	3,42	3,25	3,35
Antarctica	2,70	2,70	2,50	2,60
Banco do Brasil	20,90	20,50	18,50	20,90
Belgo-Mineira	1,09	1,08	1,03	1,08
Brahma — pref. ex.	3,58	3,60	3,49	3,50
Brahma — ord.	3,35	3,35	3,18	3,27
Brasil En. Elétrica	0,89	0,90	0,85	0,84
Docas de Santos	1,50	1,43	1,30	1,35
Dona Isabel	1,00	1,00	0,97	1,05
Ferro Brasileiro	4,06	3,95	3,65	3,80
Kibon	4,25	4,15	4,05	4,20
Lojas Americanas	6,00	6,05	5,70	6,00
Mesbla — pref.	1,10	1,10	1,05	1,10
Nova América — ord.	2,80	2,50	2,45	2,40
Paulista Fôrça e Luz	0,95	0,95	0,92	0,94
Petrobrás — pref.	4,10	4,05	3,70	4,50
Petrobrás — ord.	1,60	1,65	1,55	1,75
Siderúrgica Nacional	0,92	0,90	0,87	0,90
Souza Cruz	5,05	5,00	4,65	4,90
Vale do Rio Doce — port.	5,30	5,20	2,80	5,10
White Martins	5,80	5,50	5,25	5,55

Ações que integram o índice BV do Rio e Bovespa de SP
Cotações no fechamento

* Quatro dias

A rede telefônica interna pode ser uma armadilha.



escape com Ring-Master

Cada vez que o Sr. ou um de seus funcionários levanta o telefone para uma ligação interna, a armadilha começa a funcionar. Os ramais ocupados por conferências internas diminuem as disponibilidade para chamadas externas. Os seus clientes tentam falar com o Sr. e não conseguem. Por outro lado, o Sr. também não consegue linha para suas ligações. Aquêlê importante interurbano não se completa porque os ramais continuam ocupados. E a armadilha vai se fechando.

Antes que seja tarde, conheça Ring-Master. Ring-Master se encarrega

das ligações internas com rapidez e simplicidade, liberando o telefone para as ligações externas, e contribuindo decisivamente para a racionalização do trabalho.

Para isso, Ring-Master conta com recursos exclusivos e revolucionários: teclado para chamadas, conversa a mãos livres, microtelefone para ligações sigilosas e outros aperfeiçoamentos que fazem dêle o mais perfeito sistema de comunicações internas em uso no mundo inteiro.

Deixe as ligações internas para Ring-Master. E escape da armadilha.



RING-MASTER

GUSTAV A. RING
OSLO-NORUEGA



serviços

S.A. - TELEFONES E MATERIAIS

Avenida Rangel Pestana, 203 - 13º andar
Fones: 36-0025/37-3617/36-1240/36-9603
Rua Alvaro Alvim, 27 - 4.º - grupo 42 - Fone: 231-0854 - GB
Rua XV de Novembro, 556 - 2.º - Conj. 208 - Fone: 4-3224 - Curitiba

Hilton



O modo
sofisticado
de desejar
Boas Festas.
200 vezes.



Qualidade Souza Cruz